



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

ATA N.º 3-A/2021

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Gouveia, auditório do Teatro Cine, pelas quinze horas, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Gouveia, com o objetivo de dar cumprimento à respetiva Ordem de trabalhos. -----

I - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

- a) Apreciação e votação da Ata da 1.ª reunião de 16/10/2021
- b) Apreciação e votação da Ata da sessão extraordinária de 26/11/2021
- c) Informações e leitura resumida do Expediente
- d) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir
- e) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua

II - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

III - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

- Ponto 1 -** Discussão e votação da Proposta de Lançamento de Derrama para 2022
- Ponto 2 -** Discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2022
- Ponto 3 -** Discussão e votação da Proposta relativa à Participação Variável do Município de Gouveia no IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- Ponto 4 -** Discussão e votação da Proposta de Fixação da TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2022
- Ponto 5 -** Discussão e votação da Proposta do Tarifário de Convergência, Tarifário de Coesão Social e Taxa de Gestão de Resíduos a aplicar no ano 2022, no Concelho de Gouveia
- Ponto 6 -** Discussão e votação da Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia para o ano de 2022
- Ponto 7 -** Discussão e votação da Proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2021-2030
- Ponto 8 -** Discussão e votação da Proposta de Adesão à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais
- Ponto 9 -** Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho, para integrar o Conselho Municipal da Educação
- Ponto 10 -** Discussão e votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista “Prémio de Mérito Académico/Escolar Pedro Botto Machado”
- Ponto 11 -** Discussão e votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista “Classificação do Bosque do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Farvão/Bosque Botto Machado, de Interesse Municipal”

Ponto 12 - Apreciação das seguintes medidas de resposta da Autarquia no âmbito da pandemia da doença COVID, praticadas ao abrigo da Lei n.º 6/2020, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro:

I. Isenção total do pagamento das taxas relativas ao Mercado Municipal e das taxas diárias de ocupação da Feira Semanal durante os meses de novembro e dezembro de 2021

II. Proposta de criação do Programa “GOUVEIA INVEST V”

Ponto 13 - Apreciação das seguintes Informações:

I. Informações das Atividades do Senhor Presidente

II. Informações dos Serviços Externos

III. Informação da Situação Financeira em 15/12/2021

IV. Informação sobre a situação económica e financeira do semestre a 30 de junho de 2021

----- Procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia Municipal, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

----- Luís António Vicente Gil Barreiros (PPD/PSD), Pedro Jorge Cardoso de Carvalho (PS), António José Ferreira Machado (PPD/PSD), Sara Vieira de Almeida (PS), Susana Isabel Marques dos Santos Seara Pires de Andrade (PPD/PSD), José Manuel Correia Santos Mota (PS), António de Jesus Viegas Nogueira (PPD/PSD), Ricardo Filipe Morgado de Sousa (PPD/PSD), Cezarina da Conceição Santinho Maurício (PS), Valentina da Silva Santos (PPD/PSD), Pedro António Morais Pacheco (PS), Ana Isabel Oliveira Martins Cardoso (PPD/PSD), Matilde Duarte Freitas (PS), Ana Paula Alves Morgado Mendes (PPD/PSD), Isabel Cristina Gonçalves Pinto (PS), Daniela Figueiredo Gomes de Oliveira (PPD/PSD), Miguel Dias Albuquerque (PPD/PSD), Raquel Santos e Silva (PS), Diogo Filipe Guerra dos Santos (PPD/PSD), Rui Filipe Lopes Martins Garcia Monteiro (PS), Rodrigo Manuel Gaspar Pinto (PPD/PSD), Sérgio Miguel Gonçalves Almeida (Presidente da União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra), Vítor Manuel Ribeiro Jordão da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra), Virgínia Manuela Baptista Garrido de Araújo (Presidente da Junta de Freguesia de Cativeiros), Maria Elisabete Almeida Lopes Guerrinha (Presidente da União das Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra), Isabel Maria Ernesto de Sousa Teixeira, (Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso), João José Amaro (Presidente da União das Freguesias de Gouveia), Marcelo Almeida Santos, (Presidente da União das Freguesias de Melo e Nabais), Eduardo Manuel Domingues Trepado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

(representante legal do Presidente da União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó), Nuno Filipe Pereira Figueiredo (Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira), Vitor Manuel dos Santos Quaresma (Presidente da Junta de Freguesia de Paços da Serra), Pedro Miguel Santos Monteiro (Presidente da Junta de Freguesia de Ribamondego), Gonçalo Luís Chouzal do Nascimento (Presidente da União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos), Glória Cardoso Lourenço (Presidente da Junta de Freguesia de São Paio), Avelino Zacarias Sequeira Tente (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra), Carlos Manuel Santinho Pacheco (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra) e Sandra Cristina Nogueira Borges Cunha (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem).-----

----- Solicitaram os Senhores Deputados Maria Helena Marques Gonçalves (PPD/PSD), Rui Manuel de Jesus Gonçalves (PS) e Joana Cosme Jordão (PPD/PSD) as respetivas substituições, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, cabendo as mesmas António de Jesus Viegas Nogueira (PPD/PSD), Isabel Cristina Gonçalves Pinto (PS) e Diogo Filipe Guerra dos Santos (PPD/PSD). -----

----- Foi o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó substituído pelo respetivo substituto legal por ele designado, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

----- Considerando que a Assembleia reunia o número legal suficiente para deliberar, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. -----

----- Para cumprimento do n.º 1, do art.º 3.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho (Estatuto dos Eleitos Locais), informou o Órgão Deliberativo que o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Tadeu Marques, o Senhor Vice Presidente Jorge Abrantes Cardoso Ferreira e os Senhores Vereadores Ana Cláudia Bonifácio Machado Martins e José Nuno Ribeiro Saraiva Silva Santos, deram conhecimento relativamente a outras atividades de exercício continuado, quanto à sua natureza e identificação:-----

----- **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Manuel Tadeu Marques:**-----

- Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;-----
- Membro não efetivo do Conselho Diretivo da ANMP;-----
- Vice-Presidente da Direção da ADIRAM – Associação de Desenvolvimento Integrada da Rede de Aldeias de Montanha;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- Vogal do Conselho de Administração da APdSE, EIM, S.A. – Águas Públicas da Serra da Estrela;-----

- Presidente da Assembleia Geral da Associação de Futebol da Guarda;-----

- Presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Folgoso;-----

- Presidente da Assembleia Geral da Comissão de Melhoramentos de Freixo da Serra;-----

----- **Senhor Vice Presidente, Jorge Abrantes Cardoso Ferreira:**-----

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Empresa Intermunicipal APdSE, EIM, S.A. – Águas Públicas da Serra da Estrela;-----

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Antigo Alunos da Escola Apostólica de Cristo Rei (Gouveia);-----

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Costumes do Horizonte – Casa Museu d’Avó;-----

- Vice Presidente da Direção da Sociedade Musical Gouveense Pedro Amaral Botto Machado;-----

- Secretário da Direção da Associação Julião;-----

----- **Senhora Vereadora em Regime de Permanência, Ana Cláudia Bonifácio Machado Martins:**-----

- Informou que, para além do cargo autárquico, não desempenha outras atividades de exercício continuado.-----

----- **Senhor Vereador em Regime de Permanência, José Nuno Ribeiro Santos:**-----

- Membro do Conselho Regional da Casa do Concelho de Gouveia – cargo não remunerado.-----

a) Apreciação e votação da Ata da Reunião da 1.ª reunião de 16/10/2021

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 1-A/2021, da 1.ª reunião da Assembleia de 16/10/2021, tendo sido a mesma aprovada, pela maioria, dos presentes. -----

Os Senhores Deputados António de Jesus Viegas Nogueira (PPD/PSD), Isabel Cristina Gonçalves Pinto (PS) e Diogo Filipe Guerra dos Santos porque não estiveram presentes na respetiva reunião, não participaram na discussão e votação da Ata, como determina o n.º 3 do art.º 34.º do CPA. -----

b) Apreciação e votação da Ata da sessão extraordinária de 26/11/2021

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 2-A/2021, da sessão extraordinária de 26/11/2021, tendo sido a mesma aprovada, pela maioria, dos presentes. -----

Os Senhores Deputados António de Jesus Viegas Nogueira (PPD/PSD), Isabel Cristina Gonçalves Pinto (PS) e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Paços da Serra e o representante legal do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó, porque não estiveram presentes na respetiva reunião, não participaram na discussão e votação da Ata, como determina o n.º 3 do art.º 34.º do CPA. -----

c) Informações e leitura resumida do Expediente

----- A 1.ª Secretária da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida, desde a efetivação da última reunião da Assembleia Municipal e que a seguir se discrimina: -----

MANDADO 2017/2021

- i. **Senhora Deputada Maria Helena Marques Gonçalves (PPD/PSD):-** Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 28/09/2021;
- ii. **Senhor Deputado Ricardo Filipe Morgado de Sousa (PPD/PSD):-** Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 28/09/2021;
- iii. **Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó:-** Comunica a sua substituição na sessão de 28/09/2021 pelo elemento da Junta de Freguesia Eduardo Manuel Domingues Trepado;
- iv. **Senhor Deputado Constantino Duarte Gomes de Matos (CDU):-** Comunica a sua substituição na sessão ordinária de 28/09/2021 pela eleita Açucena Carmo;
- v. **Senhor Deputado Pedro Emanuel Brazete Marques (PPD/PSD):-** Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 28/09/2021;
- vi. **Nuno Filipe Pereira Figueiredo:-** Comunica a sua renúncia ao mandato de deputado na Assembleia Municipal, uma vez que pretende tomar posse como cidadão que encabeçou a lista mais votada para a Assembleia de Freguesia de Nespereira;
- vii. **Rodrigo Manuel Gaspar Pinto:-** Justificação de falta ao Ato de Instalação dos Órgãos Autárquicos;
- viii. **Cezarina da Conceição Santinho Maurício:-** Justificação de falta ao Ato de Instalação dos Órgãos Autárquicos;
- ix. **Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM):-** Envio de artigo da autoria de Cláudia S. Costa, de Luís Filipe Mota Almeida e de Tânia Maia que aborda a composição e instalação da assembleia municipal;
- x. **Valentina da Silva Santos:-** Justificação de falta ao Ato de Instalação dos Órgãos Autárquicos;

MANDADO 2021/2025

- i. **Presidente da ANAM:-** Apresentação de cumprimentos para o mandato autárquico 2021/2025;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- ii. **Secretário-Geral da ANAM:-** Formalização do pedido de adesão do Município à ANAM;
- iii. **Secretário-Geral da ANAM:-** Envio de parecer jurídico relativo ao direito à senha de presença na 1.ª reunião da Assembleia Municipal para eleição da Mesa neste novo mandato;
- iv. **António José Ferreira Machado:- Envio de convite pra estar presente no 35º Encontro de Antigos Alunos da Escola Apostólica de Cristo Rei,** que teve lugar no passado dia 21 de novembro, no Seminário de Gouveia;
- v. **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens:-** Envio para conhecimento a Recomendação nº 2/CNPDP/CJ/2021, relativo ao cumprimento dos mandatos pelos membros indicados pelos órgãos autárquicos;
- vi. **Secretário-Geral da ANAM:-** Envio de parecer jurídico relativo ao direito à senha de presença na 1.ª reunião da Assembleia Municipal para eleição da Mesa neste novo mandato;
- vii. **Secretário-Geral da ANAM:-** Envio de dois pareceres que abordam o direito ao pagamento de senhas de presença e o seguro para eleitos locais, bem como a constituição da Comissão Permanente e o funcionamento de Grupos Municipais na sequência das coligações autárquicas;
- viii. **Secretário-Geral da ANAM:-** Envio de comunicações do Presidente da ANAM, Albino Almeida e do Presidente da FEFAL, João Moura, bem como dos módulos I e II, do curso de Formação Inicial para Eleitos Locais do Município;
- ix. **Secretário-Geral da ANMP:-** Envio de alteração dos horários inicialmente previstos no programa do XXV Congresso da ANMP;
- x. **Senhora Deputada Maria Helena Marques Gonçalves (PPD/PSD):-** Solicita a sua substituição na sessão extraordinária de 26/11/2021;
- xi. **Presidente da Junta de Freguesia de Paços da Serra:-** Comunica a sua substituição na sessão extraordinária de 26/11/2021 pelo elemento da Junta de Freguesia Marco Rafael Dias Salvador Rodrigues;
- xii. **ANAM e Centro de Valorização de Eleitos Locais:-** Informa que a ANAM e o Centro de Valorização de Eleitos Locais irá, regularmente, fazer chegar conteúdos, partilháveis com os membros desta Assembleia Municipal, acerca dos mais variados assuntos;
- xiii. **Presidente da ANAM:-** Informa que da atualização do valor da quota de associado para o ano de 2022;
- xiv. **Presidente da ANAM:-** Informa que a ANAM vai disponibilizar dois exemplares do Guia Prático das Assembleias Municipais;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- xv. **Coordenador Municipal de Proteção Civil:-** Comunica que, após reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil do Concelho de Gouveia, realizada naquele dia, 3 de dezembro, foi decidido ativar o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Gouveia, e passagem ao estado de alerta de âmbito municipal, devido à atual situação de pandemia relacionada com a COVID-19;
- xvi. **ANAM e Centro de Valorização de Eleitos (CVEL):-** Envio de registo acerca do BIM (Building information modeling) nas Autarquias;
- xvii. **ANAM e Centro de Valorização de Eleitos (CVEL):-** Divulgação da realização do Webinar subordinado ao tema “E-Planning para a transição digital e o Poder Local”;
- xviii. **Secretário-Geral da ANAM:-** Vem dar conhecimento da realização do III Congresso Nacional da ANAM, que ocorrerá na cidade da Covilhã, no próximo dia 19 de fevereiro de 2022;
- xix. **Senhor Vereador Jorge Abrantes Cardoso Ferreira:-** Para cumprimento do n.º 1 do art.º 3.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, comunica o exercício continuado de outras atividades;
- xx. **Coordenador do CVEL - Centro de Valorização de Eleitos Locais:-** Envio de link de acesso e senha para visualização do webinar subordinado ao tema “E-Planning para a transição digital e o Poder Local”;
- xxi. **Coordenador do CVEL - Centro de Valorização de Eleitos Locais:-** Envio, para conhecimento, de sessão do Professor Pedro Mota e Costa acerca do Calendário Orçamental;
- xxii. **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Vem indicar as propostas da Câmara Municipal para a ordem de trabalhos da 5.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Gouveia.
- xxiii. **Senhora Vereadora Ana Cláudia Bonifácio Machado Martins:-** Para cumprimento do n.º 1 do art.º 3.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, comunica o não exercício continuado de outras atividades;
- xxiv. **Senhor Deputado José Santos Mota, pelo Grupo Municipal do Partido Socialista:-** Envio de Requerimento a solicitar o agendamento de duas propostas para a sessão de 27/12/2021;
- xxv. **Senhor Presidente da Câmara Municipal:-** Para cumprimento do n.º 1 do art.º 3.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, comunica o exercício continuado de outras atividades.

d) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Freguesia de Gouveia questionando o Senhor Presidente da Câmara para saber se teria resposta, ou não, ao requerimento que apresentou neste órgão na sessão ordinária de 28 de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

setembro de 2021, a propósito dos supostos “despachos”, que o Senhor Presidente de Junta endereçava para a Câmara Municipal, quando os munícipes o abordavam, dizendo-lhes que tinham que se dirigir a esta edilidade para resolver as suas situações, já que tal não era competência a Freguesia.-----
Esse requerimento não teve resposta. No entanto, do ponto de vista regimental já devia ter sido dada resposta, não sabendo se ainda o vai merecer, se é apenas um *fait divers*, se ficamos por aqui ou se o Senhor Presidente da Câmara reconhece que não há resposta a dar, porque não houve efetivamente nenhuma solicitação por parte da Freguesia que não fosse da competência da Câmara Municipal.-----
Por outro lado, fez referência a duas situações que lhe parecem perfeitamente inusitadas e que se arrastam há já algum tempo e que têm a ver com a resposta, ou a falta dela, por parte do Município, sempre que é instado pelo Presidente da Junta em dar resposta àquilo que são os justos pedidos da Freguesia.-----
Recordou neste órgão um ou dois “despachos” que enviou em outubro e novembro. O primeiro tem a ver com o Caminho do Azeveiro, do qual tiveram oportunidade de falar aquando a discussão do Orçamento, não obteve resposta a esse pedido de esclarecimento. O caminho encontra-se completamente degradado, qualquer dia não tem conserto e em vez de uma reparação, vai necessitar sim de uma intervenção profunda ou até mesmo da criação de um novo caminho, porque aquela via está praticamente intransitável. Fica, portanto, a aguardar uma resposta da parte do Senhor Presidente da Câmara.-----
O outro assunto que remeteu ao Senhor Presidente da Câmara, prende-se com as árvores do Recinto de Santo António e da Mata do Dique. São árvores de grande porte, a Junta de Freguesia procedeu à limpeza do coberto florestal e a realização desse trabalho pôs à evidência a necessidade de realização de uma intervenção profunda naqueles locais, nomeadamente, na avaliação da possibilidade de algumas espécies que ameaçam cair, podendo dar-se ali uma desgraça, originar graves sinistros porque são, como disse, eucaliptos e pinheiros de grande porte, com muitas dezenas de anos, implantados em terrenos declivosos, sendo visível a sua inclinação, o que, com os fortes ventos poderão levar à sua queda, pondo em risco a segurança de pessoas e bens.-----
É de opinião, pois, que deve ser feita, urgentemente, uma intervenção pelos serviços especializados do Município.-----
Finalmente, passados muitos anos, no que ao Mercado Municipal diz respeito, verifica-se que do ponto de vista físico a obra estará completa, não se conhecendo a razão por que ainda não abriu.-----
Desde a fase de projeto, passando pela candidatura, passando à intervenção e conclusão das obras, já lá vão mais de quatro anos. Já se ultrapassou o horizonte de um próprio mandato autárquico e o Mercado ainda não abriu. Deste modo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

pretendia saber o que se passa em concreto, se há dificuldades e quais são para o que o Mercado Municipal ainda não tenha sido reaberto.-----

Assim, desde a fase de projeto, passando pela fase de candidatura, passando à intervenção, já lá vão mais de quatro anos. Já ultrapassou o horizonte de um próprio mandato autárquico e o Mercado ainda não abriu. Deste modo, pretendia saber o que se passa em concreto, se há dificuldades em termos de instalação dos comerciantes ou algum problema em termos de licenciamentos, com a EDP, por exemplo.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira solicitando informação sobre o ponto de situação da obra de Requalificação do Bairro de Santo António, na Freguesia de Nespereira, uma vez que, no passado dia 22 de outubro 2021, foram colocadas manilhas e tubos e, até ao presente, as obras ainda não avançaram. Assim, questionou o Senhor Presidente da Câmara para quando o início e o prazo para a realização da mesma.-----

Um outro assunto, prende-se com as obras protocoladas com o Município em 2021, pretendia saber qual o prazo para pagamento das mesmas, uma vez que já foi enviado ofício à Câmara informando da conclusão das mesmas.-----

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, referindo o seguinte:-----

“A presente sessão da Assembleia decorre ainda durante a época natalícia, uma quadra na qual os nossos comerciantes depositam algumas esperanças e expetativas. Digo “nossos comerciantes” porque não são apenas as pessoas que nós representamos aqui, enquanto Presidentes de Junta e Deputados, mas são também todas aquelas pessoas que nós encontramos todos os dias nas nossas terras. Enquanto cidadã, e também como elemento executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, ouço muitas vezes as preocupações e receios dos nossos comerciantes, mas também vejo e assisto à sua capacidade empreendedora e espírito de resiliência. Nesta luta de mercados, os nossos comerciantes confrontam-se não só com a realidade das grandes superfícies comerciais, mas também com o mercado online, contudo, continuam a investir, a surpreender na apresentação, a receber com simpatia e que nos faz ter vontade de voltar.-----

Ainda mais em tempos de pandemia, reconheço a importância daquelas que foram as medidas implementadas pelo Executivo tendo em vista apoiar a economia do concelho. Medidas municipais estas, a que se veio juntar algumas iniciativas promovidas por algumas Freguesias, mostrando assim aquele que deve ser o empenho de todos na salvaguarda do comércio local.-----

Desde a iniciativa o “Presente de Natal Está no Comércio Local”, o Gouveia INVEST, a isenção do pagamento de taxas a algumas actividades, são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

iniciativas que pretenderam estimular, manter e apoiar os comerciantes e os empresários e todos aqueles que são os autores das atividades económicas locais.-----

Solicito à Câmara que, oportunamente, no decorrer dos trabalhos, faça um balanço destes apoios e destas iniciativas” – Concluiu.-----

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Folgosinho, iniciando a sua intervenção com uma referência ao evento da Festa da Castanha. Quando, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Folgosinho, foi contactada para a realização deste evento, reconhece que ficou um pouco receosa.-----

Primeiro, devido a esta pandemia que nunca mais tem fim e apesar de todos terem conhecimento das normas de segurança, admite que iria haver sempre riscos.-----

Segundo, o tempo de preparação do evento, que era muito curto, a que se juntou a questão da alteração do local da realização do evento, pois talvez as pessoas não vissem de bom agrado a alteração do local, uma vez que o Adro de Viriato sempre foi a “sala de visitas” da Freguesia de Folgosinho e não saberiam como as pessoas iriam percorrer o caminho.-----

Por outro lado, o receio de envolver as coletividades e instituições na colaboração desse evento, que nem sempre é muito fácil, mas, felizmente, todos os receios foram ultrapassados.-----

Para que este evento se realizasse com a dimensão que teve agradeceu ao Município de Gouveia e à ADIRAM, sem eles certamente que não teria sido possível realizar esta festa desta forma, apenas teria sido possível à Junta de Freguesia assinalar a Festa da Castanha de uma forma simbólica. O nosso bem-hajam pelo apoio prestado! – Disse.-----

Endereçou, também, um agradecimento às instituições e coletividades que a deixaram de “coração cheio”, uma vez que participaram com todo o carinho e amizade. Ficou surpreendida com a adesão de algumas coletividades que, nos anos anteriores, nunca estavam disponíveis. Este ano aderiram mesmo com o tempo limitado que havia, mas todos juntos conseguiram.-----

Enalteceu o embelezamento da rua principal até ao recinto da Festa, bem como o próprio recinto e espaço envolvente.-----

Por fim, agradeceu a todos os participantes, comerciantes e a todas as pessoas que os visitaram.-----

Posto isto, atreveu-se a dizer que obtiveram um resultado muito positivo, com muitos visitantes. E, apesar de não ter existido a contagem do número de visitantes, em conversa com os comerciantes, pode constatar que estes se encontravam muito satisfeitos com os resultados obtidos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Conseguiram que, ao longo do evento, as normas de segurança fossem cumpridas.-----

Foi um ano diferente dos anos anteriores, em muitos moldes, muitas e novas mudanças, novas ideias e novos desafios. Para o ano, tudo farão para que seja mais positivo, esperando que não seja mais necessário o uso da máscara e certamente que surgirão mais ideias do que aquelas que houve este ano.-----

“O meu bem-hajam a todos, e em meu nome pessoal e da minha Junta de Freguesia desejo um feliz ano novo a todos!” – Concluiu.-----

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Paio, regozijando-se com o facto de ter visto, finalmente, resolvido o problema do muro dos Cabrais, junto à Igreja Matriz de São Paio. O executivo da Junta de Freguesia de São Paio, ao longo dos últimos anos, alertou inúmeras vezes o Senhor Presidente da Câmara e os serviços municipais do estado caótico e perigoso em que se encontrava o referido muro, o qual estava na iminência de ruir. Felizmente o pior não aconteceu. Mas, o mais importante é que, no presente, esse problema está solucionado.-----

Deu conta de que, finalmente, foi construído o muro de suporte da rede de saneamento na ribeira junto à moradia do falecido Eng.º Galanho.-----

De seguida referiu o seguinte em relação à obra na rede de esgotos e saneamento daquela Freguesia:-----

“As obras tão necessárias na rede de esgotos e saneamento na sua freguesia, finalmente, estão a ser executadas. Mas isso, Senhor Presidente, seria pura ilusão e invenção, porque, na realidade, nem sequer foram iniciadas. Não havia reunião ou assembleia municipal em que o Senhor Presidente da Câmara não enchesse a boca com as obras em São Paio.-----

Mesmo antes das eleições autárquicas mandou colocar tubos e tubinhos em território sampaeense, alegando ser o início do grande investimento em São Paio.-----

No entanto, até hoje nada existe!. Os sampeenses continuam a ser prejudicados pela inércia do seu comando na administração do que é efetivamente importante para resolver este problema concreto que a população de São Paio reivindica há quase vinte anos!-----

Por isso, Senhor Presidente, efetivamente, sem rodeios, sem truques, diga-me, ou melhor, diga aos sampaeenses, quando pretende iniciar as obras na rede de saneamento em São Paio?” – Questionou.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS) referindo, na qualidade de líder da bancada do Partido Socialista, e nesta primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal não poder deixar de intervir para dizer que, com esta reunião de hoje, se inicia verdadeiramente um novo ciclo de quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

anos em que esta bancada de eleitos pelo Partido Socialista, e cada um dos treze membros que a constituem, vai encarar com sentido de dever e responsabilidade as suas funções.-----

Como aqui já foi dito, a Assembleia Municipal é, por excelência, a Casa da Democracia em Gouveia. E, é nesta Casa da Democracia, neste Órgão Deliberativo, que cada um vai exercer o seu mandato de modo a que esta Assembleia exerça as suas importantes funções de forma livre e independente. Assim, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, acrescentou:-----

“Conte com o nosso escrutínio, estamos aqui para isso, para apreciar a ação do executivo municipal. Somos homens e mulheres livres, temos pensamento próprio. O que for aqui dito, deverá ser ouvido e valorizado.-----

Não se esqueça, eu diria, nunca se esqueça, que estamos aqui em representação dos muitos gouveenses que nos elegeram, e estes, todos eles, devem ser ouvidos e respeitados.-----

Tenha sempre também, permita-me que lhe diga, a humildade e, sobretudo, a sensatez, de saber ouvir as críticas, de reconhecer que as boas ideias, as boas propostas não vêm apenas de um lado.-----

A política, e este concelho em particular, não ganha absolutamente nada com uma visão maniqueísta da realidade, em que, de um lado, estão os bons, os que estão sempre certos e, do outro lado, está o mau, os que estão sempre errados.--

Senhor Presidente da Câmara, seremos críticos sempre que tivermos razões para o ser, depois, obviamente, de analisarmos as propostas que o executivo municipal fizer chegar a esta Assembleia. E seremos críticos, também, sempre que tivermos uma visão alternativa.-----

Procuraremos também os compromissos sempre que forem possíveis, aliás, na última reunião demos prova disso mesmo, ao promovermos um acordo possível. Não deixaremos ainda de agendar assuntos e apresentar propostas construtivas, cuja discussão, nesta Assembleia Municipal, consideremos fundamental.-----

Finalmente, e não menos importante, votaremos favoravelmente as propostas apresentadas pelo executivo a que preside, mas apenas e somente apenas, quando considerarmos que estas ajudam a dar corpo a um plano político estratégico que contribua para o desenvolvimento do concelho. Se assim for, conte connosco. Se não for assim, se não existir da vossa parte uma ideia clara para Gouveia, se tudo de resumir a anúncios, a medidas avulsas, inconsequentes, a uma política errática de navegação à vista e sem critério, não conte politicamente connosco, não conte com a nossa aprovação”. – Disse.-----

Em jeito de conclusão e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, lançou-lhe dois reptos nesta que é a primeira sessão ordinária deste mandato. Em primeiro lugar, que promova, através da constituição de um grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

de trabalho, a revisão do Regimento desta Assembleia Municipal, no sentido de clarificar os pontos que assim o exigem e de tornar as reuniões mais operativas e mais funcionais. Em segundo lugar, que consiga para esta Assembleia Municipal um orçamento próprio e condigno que lhe permita organizar algumas iniciativas, mais do que aquelas que organiza, nomeadamente aquelas com uma carga simbólica relevante para o Município e para o País.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo que, no primeiro “esboço” da ordem de trabalhos para esta sessão, tinha sido agendada a aprovação do Regimento que, entretanto, acabou por retirar, uma vez que, na sua opinião, a revisão do Regimento é essencial e deve ser discutida por todos os grupos parlamentares e deve haver tempo para se discutir, para apresentar propostas de ambos os lados, de se chegar a consensos, porque é um documento que vai reger o trabalho deste órgão durante este mandato.-----

Devem ser programadas essas reuniões, esses grupos de trabalho, o que acharem por bem e, em conjunto, analisarem e debaterem o documento, de modo a que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, possam apresentar um Regimento que seja consensual, ao invés de se apresentar um documento em que não houve debate prévio entre as duas bancadas, correndo-se o risco de não se chegar a consensos em pontos que considera importantes para o bom funcionamento do Órgão. Por esse motivo não agendou o Regimento na presente ordem de trabalhos.-----

No que concerne a um orçamento próprio da Assembleia Municipal, disse que esse é o “sonho” de qualquer Presidente de uma Assembleia Municipal. Só que, reconhece que não é fácil, uma vez que requer a criação de uma estrutura própria de apoio à Assembleia, que custa dinheiro. E a verdade é que, com esta sensibilidade de gouveense, não queremos de todo gastar muito mais dinheiro e, por isso, estamos nesta situação como sempre estivemos. Não é deste mandato, é desde o início das Assembleias Municipais em Gouveia. Temos um orçamento que, no fundo, depende do dinheiro que o próprio executivo possa dar para as nossas propostas, não querendo dizer que não possam apresentar propostas, que não tenham depois toda uma ação de diálogo com o executivo, de modo a proceder à sua execução, mas isso diminui a própria autonomia da Assembleia. O ideal era o Órgão ter dinheiro, decidirem e executarem, mas estão com estas contingências.-----

Estão no início de um mandato de quatro anos, vão ver o que é que conseguem fazer em termos de mudanças, de inovações, mas isso também requer muito diálogo com o executivo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Estão abertos a isso, porque esse também sempre foi, no fundo, o pensamento e a nossa deste órgão. Aliás, isso prende-se com o que vão decidir hoje que é a própria adesão à ANAM.-----

----- Usou da palavra a Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) que, em nome da bancada municipal do PPD/PSD referiu o seguinte:-----

“Neste momento particular, no qual são fortes as preocupações para enfrentar os desafios da pandemia – que toca não só o físico e a mente das pessoas, mas também influencia as relações sociais – formulamos para todos os nossos concidadãos gouveenses votos de que cada um, em 2022, possa gozar de plena saúde, de serenidade de vida e de paz.-----

No adeus de Carlos Peixoto e Santinho Pacheco à Assembleia da República, o concelho de Gouveia ficou mais pobre. Independentemente das convicções políticas de cada um, agradecemos os anos de dedicação, entusiasmo, competência que puseram vida parlamentar. Foram capazes de cultivar relações de grande proximidade e amizade, mesmo como adversários. O nosso obrigado pela defesa da nossa região. Acreditamos que a política continuará a fazer parte da vida de cada um. Desejamos a ambos muita saúde e tudo de melhor agora e no futuro.-----

Felicitemos Luís Tadeu, Presidente da Câmara de Gouveia, pela eleição para Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMBSE. Ser Presidente da Câmara exige muito. Liderar dois órgãos e em tempos imprevisíveis e desafiantes, muito mais. A responsabilidade é grande. Não deixe nada para trás. Os munícipes vão cobrar.-----

Desejamos-lhe as melhores felicidades nesta função, sabendo que o seu sucesso será o sucesso da Comunidade do seu território e das suas populações.-----

Senhor Presidente da Câmara, colocou duas perguntas:-----

- Quando tem condições para nos informar que não vamos ter mais nenhuma primeira página do Notícias de Gouveia com o título: “O Museu que continua a ser uma «miniatura»?-----

Apresento a mesma preocupação do Senhor Presidente da Freguesia de Gouveia, para quando a abertura do Mercado Municipal?-----

Finalmente, uma recomendação em jeito de pergunta: porque não pode o executivo solicitar à assembleia a discussão e aprovação dos pontos 1, 2, 3 e 4 da ordem de trabalho desta reunião, passar a ser na sessão de setembro de cada ano”.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Matilde Freitas (PS), referindo que no dia 25 de Abril deste ano, o Conselho Municipal da Juventude, reuniu pela primeira vez para proceder à instalação deste órgão consultivo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Nesse dia, enquanto grupo do PS e enquanto juventude socialista, reconheceram a importância deste órgão na construção contínua da Democracia. Valorizaram a tentativa de envolver os jovens que, tal como o Senhor Presidente da Câmara reconheceu, estão cada vez mais afastados dos partidos e da política formal. Inclusive, congratularam a Câmara por o ter feito num dia carregado de simbolismo.-----

No entanto, oito meses depois, este órgão ainda não está completamente instalado, tendo ficado a votação da Mesa por concluir, devido à burocracia do mesmo.-----

Para além disso, hoje, nesta assembleia, vão discutir o Orçamento e, pelas funções que decorrem do Regulamento aprovado e, inclusive, publicado em Diário da República, cumpria ao Conselho Municipal da Juventude de Gouveia emitir um parecer obrigatório sobre este Orçamento.-----

Imagina que, dado o interesse que foi demonstrado em ouvir os jovens, não tenha sido por uma questão de esquecimento e, muito menos, por uma questão de falta de interesse, pelo que questionou porque é que essa auscultação não aconteceu e porque é que, em oito meses, não se voltou a proceder a uma nova reunião para instalação do Conselho Municipal da Juventude. Assim, pretendia saber qual é que é o presente estado deste órgão e o que é podem esperar deste Conselho num futuro próximo.-----

No dia 25 de Abril foi ainda lançado o repto aos conselheiros para que neste órgão contribuíssem, e passou a citar, *“para a projeção do futuro com os jovens”*. Lançaram, enquanto grupo, o repto. Agora, pede-se à Câmara que, finalmente, conclua a instalação deste órgão e mostre que ouvir os jovens na construção do futuro de Gouveia é semelhantemente à celebração da Liberdade no 25 de Abril, citando novamente *“tem de ser mais do que este dia, tem de ser todos os dias da nossa vida”*. Porque ouvir os jovens e construir uma democracia inclusiva e participada, tal como inclusive comemorar o 25 de Abril, tem e terá sempre de ir muito além de simples momentos simbólicos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Mota (PS), começando por dizer que tinha muitas questões para apresentar, contudo, na presente sessão, iria apenas falar de uma, ficando as restantes para uma próxima assembleia municipal. E passou a descrevê-la:-----

“Só somos capazes de gerir o que conhecemos. Frase feita, é verdade. Mas a elaboração do cadastro do concelho de Gouveia, através de uma candidatura da CIM_BSE assenta no chamado BUPI - Balcão Único do Prédio e tem por filosofia a deslocação dos proprietários ao balcão sediado nos espaços da Câmara, onde pretende que o proprietário identifique a sua propriedade numa cartografia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Estamos preocupados com isto. Por experiência própria, mas também pelas experiências piloto realizadas a norte do país, este procedimento não resulta. Estão aqui presentes alguns Presidentes de Junta com quem tive a oportunidade já no passado, acerca de dois anos, iniciarmos este processo de cadastro e foi com a participação dos Presidentes de Junta que nós fomos capazes de o fazer. Temos uma população completamente envelhecida, os seus herdeiros, na maior parte dos casos, desconhece os limites da propriedade, por isso, incapazes de, diante de uma cartografia, serem capazes de identificar com rigor a sua propriedade, na maioria dos casos com áreas muito, mas mesmo muito reduzidas.-----

Assim, recomendamos ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de que sejam os técnicos a deslocarem-se às Freguesias, ao contrário do que pretende o Município, pois o projeto em si, tem por base filosófica, que é o proprietário a deslocar-se à Câmara. Sugerimos que sejam os técnicos a deslocarem-se às Freguesias e, em colaboração com as Juntas de Freguesia, poderem definir um plano específico para identificação da propriedade.-----

Deste modo, a Bancada Municipal do Partido Socialista recomenda o seguinte procedimento, e com experiência própria, para que não haja dúvidas:-----

Primeiro, a colocação de editais em tudo o que seja possível, quanta mais divulgação existir melhor; Segundo, promover avisos às populações nas cerimónias religiosas, é determinante este procedimento; Terceiro, a instalação do balcão nas próprias sedes das Juntas de Freguesia, se tal for necessário.-----

Encontra-se presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo o qual pode comprovar isto. Se for preciso nós deslocamo-nos às freguesias, ao Arcozelo, a Mangualde da Serra. Se for preciso nós deslocamos os técnicos para o local onde se faz o trabalho.-----

Agora, não podemos de forma alguma dizer à pessoa idosa para se deslocar à sede do Município e identificar a propriedade. Isto não faz qualquer sentido. A forma mais correta é deslocar os técnicos às propriedades, acompanhados dos proprietários vizinhos, evitando, assim, as sobreposições de áreas e conflitos que de facto surgem.-----

Por outro lado, deve a Câmara solicitar ao ICNF a identificação das propriedades já cadastradas no concelho de Gouveia, nomeadamente, nas unidades de baldios e nas zonas de intervenção florestal. Só aqui, na área de baldio que ocupa cerca de 25% de área do concelho, mais ao menos, vinte mil hectares, e as zonas de intervenção florestal têm, neste momento, um cadastro feito em mais cerca de cinco mil hectares, ou seja, é um contributo que pode facilitar cadastrar a propriedade para que o proprietário e os seus herdeiros tenham no futuro o bilhete de identidade da sua propriedade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Se fizermos isto, o processo vai ser resultar, caso contrário, vai ser um fracasso, tal como aconteceu, por exemplo, no concelho vizinho de Seia, que teve a experiência piloto do cadastro e que, inicialmente, ficou pelos 50%, a par de outras situações”.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD), referindo o seguinte:-----

“Nos últimos tempos, apesar de passar um pouco despercebido entre as nossas populações, o metal que está no centro das atenções e, possivelmente, no subsolo português chama-se lítio. Diz-se que é um metal crucial para a transição energética de forma reduzir a pegada de carbono. Até podemos estar todos de acordo quanto a este ponto, mas teremos ou queremos continuar a sacrificar as nossas populações? – Perguntou.-----

Portugal definiu oito áreas para integrar o concurso para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de lítio. Gouveia, o nosso concelho, está entre os definidos. Gouveia tem 300,61 Km² e 12.223 habitantes de acordo os censos provisórios de 2021 e, de acordo com o estudo de impacto ambiental que esteve em consulta pública até o dia 10 de dezembro último, a área previsível de prospeção é de 133,25 Km², ou seja, 44, 32% do concelho. Significa que quase metade do concelho, incluindo zonas urbanas, estão entre as áreas possíveis a explorar este metal considerado tão precioso.-----

Apesar de pouco esclarecidos quanto ao método e tipo de prospeção a realizar, temos a certeza que os impactos negativos serão vários, nomeadamente, ao nível ambiental, nos recursos hídricos, na biodiversidade, o ruído, as vibrações e na vertente social, não só devido à área que definem para a prospeção, como para as populações residentes e aqueles que nos procuram para desfrutar do nosso território.-----

Vivemos nos designados “territórios de baixa densidade”. Será que o Governo pretende mesmo reduzir estas zonas a zero de população? Será que pretende eliminar o turismo nacional e internacional que temos vindo a conquistar? – Perguntou.-----

Senhor Presidente, a Bancada do PPD/PSD associa-se ao parecer desfavorável que esta Câmara Municipal apresentou relativamente à consulta pública do Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio na nossa região, confiantes que este seja o parecer definitivo. As populações precisam e devem ser respeitadas e se a maior riqueza desta região é o ambiente, a beleza paisagística e o ar saudável que se respira, enquanto responsáveis políticos temos a obrigação de tudo fazer para que as gerações futuras herdem uma terra sã”. – Concluiu.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS) falando de um tema que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira abordou anteriormente e que se prende com a Requalificação dos Arruamentos do Bairro de Santo António, transmitindo ao Senhor Presidente de Junta, assim como aos restantes Presidentes de Junta, que terão sempre da bancada dos eleitos pelo Partido Socialista toda a colaboração para reivindicar aquilo que é justo.----- Neste figurino de justiça, o Senhor Deputado fez questão de apresentar o cronograma desta intervenção ou desta putativa intervenção: desde o início de setembro, ou seja, a poucos dias das eleições, foram colocados os “tubos e tubinhos”, não sabendo se os tubos são os mesmos ou são parecidos aos que foram colocados na freguesia de São Paio numa situação idêntica e que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Paio mencionou.----- Posteriormente, quinze dias depois do Senhor Presidente ter vencido as eleições, constataram a existência de dois outdoors em Nespereira e a obra mantém-se no mesmo local, ou seja, igual a tudo aos últimos anos. À data de hoje, pois naquele dia teve a oportunidade de se deslocar ao Bairro de Santo António, pode verificar que os tubos ainda lá estão associados a umas manilhas.----- A questão que se impõe aqui é o respeito para com as populações e o respeito por uma obra que vai melhorar a dignidade e as condições de vida de todos quantos ali vivem.----- Depois, é preciso perceber que o Senhor Presidente da Câmara permitiu, autorizando, a colocação de material naquele bairro. Não sabe se teve ou não teve interferência política, mas que “cheirou” a intervenção política disso o Senhor Presidente da Câmara e o seu executivo não se livram!----- De seguida abordou uma outra questão relacionada com o Caminho da Trémoa, também na Freguesia de Nespereira. Segundo pode apurar, o anterior executivo, não teve oportunidade de fazer intervenções naquele caminho, porque o Município de Gouveia não o permitiu, sob o pretexto de se tratar de uma calçada romana ou com vestígios de calçada romana em alguns troços.----- A verdade é que, passados três meses, o que é que mudou em Nespereira? O que é que mudou nesse caminho? – Perguntou.----- As reivindicações, aquilo que se pede neste órgão é respeito, respeito para com o Senhor Presidente de Junta Nuno Figueiredo que é do seu partido, mas respeito para com a Senhora Presidente de Junta Glória Lourenço que é do Partido Socialista. Respeito com todos os Presidentes de Junta que têm um trabalho muito difícil com os poucos recursos de que dispõem e que carecem do apoio e não de manobras que, em período eleitoral, são ainda mais graves.----- O respeito para com as populações e por quem as representa, da parte do Partido Socialista, será sempre uma tônica presente na sua ação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Deste modo, pretendia saber da parte do Senhor Presidente da Câmara informação relativamente ao início da obra de requalificação do Bairro de Santo António e, em relação ao Caminho da Trémoa, o que mudou, para além de ter mudado a cor da Junta de Freguesia.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Rui Monteiro (PS) dizendo que, relativamente ao aproveitamento turístico de recursos naturais no concelho de Gouveia – “Ecovia da Ribeira das duas pontes”, proposta apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista e aprovada por unanimidade, reafirma, unanimidade, na sessão da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2018, ou seja, há três anos e meio atrás, há 1278 dias.-----

Lembrou que a ideia desta proposta consiste em promover o enriquecimento de um curso de água afluente do rio Mondego e que oferece quadros paisagísticos ambientais extraordinários do leito. Nasce na montanha, na zona das duas pontes, a sul de Gouveia, passa por várias freguesias até chegar ao Mondego, passando por Gouveia, Aldeias, Mangualde, Moimenta, Vinhó, Rio Torto, Lagarinhos até chegar a Cativeiros. Este projeto, de acordo com a sua descrição, consiste na realização de um percurso ecovia ao longo da ribeira, desde a nascente até à foz, com a utilização dos caminhos existentes e a construção de passadiços em madeira, quando não houver a possibilidade de aproveitar as paisagens naturais.-----

Esta temática voltou a ser trazida a esta Assembleia a 28 de setembro, tendo, na altura, o Senhor Presidente dito que não houve avanço nenhum, porque o que tinha sido proposto pela bancada parlamentar do Partido Socialista não era nada mais do que uma rota que faria parte da Rota do Mondego, sendo que, quando esta Rota estivesse feita, obviamente, contemplaria aquela Rota proposta pela bancada do Partido Socialista.-----

Posteriormente, houve mais algumas intervenções, a saber, em dezembro de 2018, em abril, em que foram feitos pedidos.-----

Aproveitou para reiterar o pedido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de saber se houve ou não uma resposta por parte do Executivo à proposta apresentada. Se será viável a sua aceitação ou não, isto apenas por uma questão de formalidade.-----

Entretanto, em algumas sessões da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara foi-lhes dando algumas dicas, algumas explicações, inclusivamente, na última sessão em que abordaram este assunto, em 30 de abril, informou que estavam a trabalhar no âmbito do projeto Rota do Mondego e que essa intervenção se ia concretizar, porquanto estava a ser definido no âmbito da rede ambiental pelo mesmo técnico que definiu a Rota do Alva, a Rota do Mondego que vai desde a Foz, na Figueira, até Oliveira do Hospital.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

A par disso, o Senhor Presidente da Câmara comprometeu-se, a que o Senhor Deputado Fernando Silva, que foi o grande mentor deste projeto, desta rota, e ele mesmo, pudessem ter conhecimento do projeto quando o esboço estivesse feito. Deste modo, questionou o Senhor Presidente da Câmara se esse esboço já está feito, ao fim de já terem passado 1278 dias desta Rota que, à partida, já estaria feita-----

Para finalizar, deu conta de que, antes das eleições, foi feita uma intervenção no passeio junto ao Largo Dr. Alípio de Melo. As pessoas falam que se trataria de uma intervenção para alteração da praça de táxis para esse local. Por conseguinte, gostaria de saber da parte do Senhor Presidente da Câmara se se confirma essa intenção de se transferir a praça de táxis e, em caso afirmativo, para será essa alteração efetivada.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Rodrigo Pinto (PPD/PSD), parabenizando as seguintes coletividades gouveenses que recentemente celebraram mais um aniversário: o 110.º aniversário da Sociedade Musical Gouveense Pedro Amaral Botto Machado, para além da participação na celebração dominical do dia 3 de outubro, brindou a cidade no dia 5 de Outubro com a sua típica e saudosa romagem pelas artérias principais da cidade, terminando na Av.ª Botto Machado; a Sociedade Recreativa e Musical de Moimenta da Serra pelos seus 142 anos; a União de Futebol Clube de Arcozelo da Serra pelo seu 87.º aniversário; mais recentemente, a Casa Museu da Avó que celebrou o seu 5.º ano de existência e, por último, o Teatro Cine de Gouveia, a casa de muita e boa cultura promovida pelo Município de Gouveia, que celebrou o seu 79.º aniversário. O Teatro Cine celebrou este aniversário com dois espetáculos gratuitos: o concerto de NOISERV e a peça de teatro “Cárcere”, de Vinicius Piedade. Para terminar a onda de celebrações, fez ainda uma referência ao Museu da Miniatura Automóvel que celebrou o seu 14.º aniversário no passado dia vinte e sete de novembro.-----

No que diz respeito à promoção turística a nível local e nacional, o concelho de Gouveia e o Município contaram com a sua forte aposta na Festa da Castanha, em Folgoso e com o Encontro de Vinhos, em Lisboa, onde sete produtores vitivinícolas do nosso concelho levaram a este evento o que aqui se produz.-----

Para finalizar, no que diz respeito às iniciativas de apoio ao comércio local, os apoios com as campanhas do seu “Presente de Natal Está no Comércio Local”, por forma a reforçar o apoio ao comércio tradicional, apoiando a economia local. Nesta lógica de apoio, o Município prolongou também o programa Gouveia INVEST através do lançamento do Programa Gouveia INVEST V, estes apoios ao arrendamento e também aos mutuários de crédito, permite aliviar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

e apoiar os gouveenses que trabalham e investem na área do comércio, serviços e indústria.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Daniela Oliveira (PPD/PSD), referindo que, findas as festividades e que, em resultado da pandemia que ainda estamos a tentar ultrapassar, foram novamente mais modestas em abraços e ajuntamentos, é agora altura de fazer um ponto de situação sobre o que estamos como comunidade a fazer bem e o que devemos corrigir.-----

O que para nós será talvez o mais difícil de controlar serão os ajuntamentos e os convívios. Num concelho que celebra, nesta altura do ano, o regresso a casa de filhos e netos, racionalizar que os ajuntamentos nos podem prejudicar mais do que beneficiar é um exercício difícil, mas obrigatório.-----

O Município de Gouveia antecipou-se e, ao contrário de muitos municípios vizinhos que continuam na curva ascendente de contágios, Gouveia, encontra-se agora com números mais reduzidos, confirmados pelos dados que saíram no passado dia vinte e três.-----

O Município ativou o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil cancelando as atividades que podiam ser potenciadoras de ajuntamentos e, conseqüentemente, focos de propagação do vírus e apelou ao reforço de medidas de proteção.-----

O segundo complemento, tão importante como as medidas a aplicar para a contenção do vírus, é a testagem. E nisso o Município de Gouveia conseguiu dar uma resposta eficaz e célere, sempre que necessário. Com a aquisição de seis mil testes rápidos, foi possível realizar quatro mil testagens com o auxílio de enfermeiros contratados pelo Município, conseguindo detetar centena e meia de testagens positivas, permitindo, assim, desta forma, exterminar mais rapidamente os focos de contágio. Os restantes testes que têm servido as nossas instituições como as IPSS's, associações desportivas, culturais, humanitárias, entre outras, têm permitido que, de uma forma mais saudável e humana, todos os utentes, colaboradores, desportistas, artistas e cidadãos, que de alguma forma delas dependem, possam seguir com as suas vidas e as suas atividades.-----

No auxílio prestado à marcação da vacinação, nas testagens em massa e gratuitas, nas decisões difíceis, mas concertadas, o Município tem sido uma ajuda atenta e preocupada, com o qual os gouveenses sabem que podem contar na luta contra um vírus que nos alterou a rotina e a forma de nos organizarmos como sociedade.-----

Mas esta ajuda não retira a responsabilidade individual de cada um, de saber que mais do que nunca as nossas decisões e comportamentos individuais têm sempre uma consequência para o grupo. E é com o grupo que todos nos devemos preocupar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Solicitou o uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira para, em defesa da honra, prestar a seguinte explicação ao órgão. Em primeiro lugar, agradeceu ao Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS) a sua preocupação para com a Freguesia de Nespereira. Segundo, em relação ao Caminho da Trémoa, o que difere de há quatro ou oito anos atrás, tem sido o presente executivo saber se é ou não calçada romana. O referido caminho foi todo ele arranjado pela Junta de Freguesia até esse troço, que não se sabe se é calçada romana ou não. A única diferença é saber se é ou não, é subir e descer muitas vezes a escada, é essa a diferença entre o antigo e o atual executivo da Freguesia de Nespereira.-----

a) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua

----- Usou da palavra o Senhor Presidente respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, e em relação ao requerimento, assume a culpa e o esquecimento da resposta ao mesmo e já tomou a devida nota no sentido de lhe ser remetida a respetiva informação.-----

Relativamente ao Caminho do Azeveiro, reconhece que de facto o mesmo se encontra em mau estado e a Câmara tem previsto num curto espaço de tempo uma intervenção que permita desde logo dar alguma qualidade na circulação, sem qualquer prejuízo da elaboração do respetivo projeto e da intervenção profunda que vai ter que ser executada.-----

No que diz respeito à questão das árvores que mencionou, informou que remeteu esse assunto para o Sr. Eng.º Hugo Teixeira, que está a acompanhar e a analisar para, posteriormente, ser tratado devidamente, com a informação posterior para ser dirigida ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia.-----

Relativamente ao Mercado Municipal, já aqui foram colocadas questões sobre o prazo que já decorreu, lembrou que efetivamente este procedimento começou por ter um primeiro empreiteiro que, entretanto, declarou insolvência.-----

Perante esta situação, a Câmara teve que intentar no sentido de encontrar um outro empreiteiro que desse prosseguimento ao processo. Felizmente, decorridos muitos meses conseguiram, mas não foi fácil encontrar um empreiteiro, reconhece, mas, felizmente, foi possível dar andamento e conclusão à obra e considera que é uma obra da qual os gouveenses se vão orgulhar.-----

Nos últimos meses verificaram-se atrasos muito significativos, a começar pela EDP, que tardou em fazer a ligação da energia ao edifício, pois o que inicialmente ficou combinado e apresentado como data pela própria EDP seria para o início de setembro, contudo, só se verificou no início de novembro, após muitas insistências por parte do Município.-----

De momento, estão a ultimar pequenos detalhes que ainda se encontravam em falta ou que se verificaram necessário realizar, já com as obras praticamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

concluídas. Ao mesmo tempo, estão em articulação com os comerciantes que já estavam no mercado, e que vão voltar para os espaços que já estavam a ocupar, se assim o entenderem, como é óbvio, estando a tratar-se de detalhes de decoração, e outras questões, que solicitaram, entretanto, ao Município e que o Município está a resolver para de facto terem as condições adequadas para regressarem aos respetivos espaços.-----

Espera que, durante o mês de janeiro, possam fazer a mudança dos comerciantes para os respetivos espaços e, ao mesmo tempo, proceder à abertura do procedimento da hasta pública para os espaços livres, para que todos aqueles que tenham interesse em ali se instalar possam concorrer para esses locais.-----

----- Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e no que respeita à obra do Bairro de Santo António, questão também colocada naquele dia em reunião de Câmara, deu conta de que o Município está a passar por uma fase como há muito não se via, ou seja, há empreiteiros a quem são adjudicadas as obras, no entanto, os mesmos estão a atravessar grandes problemas ao nível da mão-de-obra que, efetivamente, não lhes permite acorrer como desejariam às obras que lhes são adjudicadas.-----

No que concerne ao Bairro de Santo António, o empreiteiro é o mesmo que se encontra a realizar as obras em Vila Nova de Tazem, na Av.^a dos Vilanovenses, que ainda não está concluída, porquanto se tem debatido com a falta de mão-de-obra para poder acorrer com a rapidez que todos gostariam para com os vilanovenses, mas de facto tal ainda não aconteceu.-----

O que este empreiteiro pretendia era efetivamente ter começado aquela obra em outubro, sem mais delongas. O que é certo é que não foi possível da parte dele, não há qualquer outro problema a não ser esse.-----

À Câmara só cabia uma de duas coisas, ou rescindir o contrato, abrindo outro concurso e ver o que acontecia ou manter o concurso. No entanto, face à situação do mercado em termos de construção civil, optaram por manter o contrato em vigor, sendo que, a informação que lhes foi dada é que a obra irá avançar durante o mês de janeiro. É esta a informação que possui e que transmite a este órgão na sequência do contacto prévio com o empreiteiro.-----

No entanto, não é esta a vontade do Presidente da Câmara, nem do restante executivo, na medida em que gostariam de há muito tempo ter iniciado a obra que reconhecem que é muito importante para a Freguesia de Nespereira.-----

Não está a falar de uma promessa, porquanto a obra está adjudicada, está a falar de algo que está contratado para uma determinada realidade, não se está a enganar nem os nespereirenses, nem os gouveenses, porque é algo que é efetivamente para ser executado na medida em que está contratado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Em relação aos contratos-programa celebrados com o Município, informou que há diferentes ritmos de execução por parte das Juntas de Freguesia e, exatamente por causa disso, à semelhança do quem fizeram o ano passado, já foram pagos os 50% que cabiam à Câmara.-----

Em relação aos restantes 50% e, para obviar esses diferentes ritmos de execução e para não haver prejuízos para as Juntas de Freguesia, naquele dia, em reunião de Câmara foi aprovado antecipar o pagamento de 35%, dos restantes 50%, ficando depois o pagamento dos restantes 15% na altura do encerramento administrativo/técnico do processo por parte dos serviços da Câmara Municipal. Aquela antecipação vai ser paga antes do final do ano, pelo que os Senhores Presidentes de Junta irão ser contactados para assinar a adenda e, imediatamente, será feita a transferência.-----

----- Em relação à intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, no que diz respeito às referências que fez às iniciativas que o Município teve ao nível do apoio ao comércio local, como é óbvio, a Câmara fez porque sentiu que havia necessidade de haver esse estímulo por parte do município também ao comércio local. Fizeram-no com todo o empenho. Obviamente que a estes programas que o Município lançou aderiram os comerciantes que assim o entenderam. Podendo dizer que, dos programas todos que o Município lançou, devem estar a falar, certamente, de umas centenas de milhares de euros a expensas totalmente do Município de apoio e de injeção no comércio local e economia do concelho.-----

----- Relativamente à intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso, que felicitou, primeiro que tudo, pelo facto da Junta de Freguesia ter agarrado, em tão curto espaço de tempo, esta iniciativa e que de facto decorreu de forma excelente. Certamente, como é óbvio, também devido à colaboração das coletividades que aderiram e, sem dúvida, aderiram porque, desde logo, a sua Presidente de Junta conseguiu motivá-las para tal.-----

Não esquecendo a parte da decoração que a Junta efetuou em conjunto e com a colaboração de outras pessoas e coletividades da freguesia, tal como aconteceu agora na época festiva do Natal. Felicitou-a também por isso é por essas pequenas coisas que também as freguesias se motivam, são mais visitadas e arrastam mais gente. Às vezes são as coisas mais simples, sem grandes investimentos, que se conseguem fazer ações bastante interessantes nas freguesias em termos de atratividade das mesmas.-----

Felicitou a Junta de Freguesia e todos aqueles que de alguma forma colaboraram na realização desta iniciativa. É óbvio que a Câmara Municipal não se podia alhear, é óbvio que a ADIRAM também não se podia alhear. Folgoso é uma das Aldeias de Montanha e, portanto, estas entidades só podiam estar em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

parceria com a Junta de Freguesia para concretizar este investimento, tal como estão, desde logo, com todas as que façam parte da Rede Territorial de Aldeias de Montanha e do concelho de Gouveia.-----

----- Respondendo à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Paio, antes de mais, agradeceu-lhe o facto de ter referido a intervenção feita pela Câmara no muro dos Cabrais e na resolução do assunto do saneamento naquele muro junto da ribeira. A Câmara nunca disse que não fazia, simplesmente, às vezes, não consegue fazer com o ritmo que pretendia e gostaria.-----

Relativamente à obra do saneamento básico da freguesia de São Paio, trata-se de uma obra que já está adjudicada, que já teve trabalho técnico por parte do empreiteiro, o projeto já foi todo ele percorrido na freguesia pelos técnicos do empreiteiro e a informação que dispõe é que, na segunda semana do mês de janeiro, iniciar-se-á esta empreitada, cujo valor ronda os setecentos mil euros.---

É uma empreitada que todos reconhecem que é importante para a freguesia de São Paio, desde logo, porque abrange uma área fundamental que é a qualidade de vida de todos os habitantes em termos ambientais, em termos de saúde pública e, por isso mesmo a colocaram como prioritária.-----

Por conseguinte, espera e confia que no prazo que o empreiteiro asseverou para o início das obras se confirme. Mais referiu que é uma obra com um prazo de execução de um ano, não é de facto uma obra qualquer, nem fácil de executar, mas é uma obra que vai ser certamente uma realidade para o bem de todos os sampaenses e será também de todos os gouveenses.-----

----- À intervenção do Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS) afirmou que a maioria no Executivo não tem qualquer visão maniqueísta da sua presença, nem nunca se consideraram detentores da verdade absoluta e não são nenhuns *expert machine*. São humanos e têm a humildade suficiente e necessária para acolher as boas propostas e sugestões vindas dos outros, independentemente, da questão partidária, porque aquilo que mais importa é aquilo que seja bom para os gouveenses e é isso que os motiva a estar no executivo.-----

Não estão naquele órgão para defender o partido, estão a defender os interesses e aquilo que entendem ser o ideal e o melhor para a qualidade de vida dos gouveenses e de todos aqueles que aqui queiram viver. Tudo aquilo que puderem fazer em conjunto será ótimo e acolhemos com muita satisfação essa disponibilidade porque, desde logo, queremos ver nela o mesmo sentido de entendimento das coisas, mais do que qualquer interesse partidário é o interesse dos gouveenses que está em causa. Felicitou-o pela sua intervenção e afirmou a sua, e do restante executivo, vontade e a humildade para acolher as sugestões que possam surgir. Reafirma que não são detentores da verdade absoluta, não existe isso, ninguém é detentor da verdade absoluta. Portanto, tudo aquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

possam fazer em conjunto, tanto melhor para todos os gouveenses, são eles, somos todos nós que ganhamos ou que perdemos.-----

----- Respondendo à intervenção do Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD), no que diz respeito ao Museu da Miniatura Automóvel, gostaria que já estivesse feito há anos, mas teve que ser dada prioridade àquilo que efetivamente é mais urgente e necessário para os gouveenses e aquilo que é também possível apresentar como candidatura. Esse projeto ainda não avançou porque se trata de um investimento superior a quatrocentos mil euros. Como tal, há outros que são no tempo mais urgentes e a esses temos que dar prioridade, por muito que gostassem, obviamente, de dar andamento a este.-----

----- No que diz respeito à intervenção da Senhora Deputada Matilde Freitas (PS) referiu que houve aquele primeiro momento aquando do 25 de Abril e naquela primeira reunião não foi possível concluir todo o processo de instalação. Entretanto, seguiu-se a campanha eleitoral e as eleições autárquicas.----- Aquilo que temos previsto é o mais rapidamente possível realizar a próxima reunião, de modo a concluir aquele processo e a partir daí começarem a ter uma interação com o Conselho Municipal de Juventude que pretendem ter e que este órgão seja muito mais ativo e dinâmico, colhendo as opiniões e sugestões que possam vir deste órgão.-----

----- Respondendo ao Senhor Deputado José Mota (PS) no que diz respeito à questão da elaboração do cadastro que tem estado a decorrer e que tem tido bastante adesão por parte dos munícipes, a Câmara vai divulgar mais amiúde a partir de janeiro. Neste momento, existe um balcão na Câmara Municipal, mas o processo não vai ficar pela existência apenas desse balcão. Este processo vai ter vários balcões ao longo do concelho, em articulação com os Senhores Presidentes, nas instalações das Juntas de Freguesia, onde serão recebidos os munícipes que ali se dirigirem para identificar os prédios que tenham e desta forma procedermos a uma identificação mais assertiva e eficaz.----- Pois sempre souberam desde início que, para a nossa população e com os problemas de locomoção, que não eram as pessoas que tinham que se dirigir à Câmara, mas os serviços da Câmara a irem junto das pessoas e é essa a prática que vai ser efetuada.-----

Felizmente já têm tido uma série de contactos na Câmara Municipal de pessoas que, não estando a viver em Gouveia, estando a viver em outras zonas do país, onde trabalham, e já se dirigiram ao Município a fim de tratar de algumas situações relacionadas com os prédios que têm no concelho.-----

É um processo que, como é óbvio, não vai ser fácil. É um processo que vai ter sempre alguns problemas, no entanto, podem, no fundo, diminuir ou eliminar alguns desses problemas deslocando-se ao terreno.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

A Câmara tem três técnicos do Município, mais um que vai ser contratado no âmbito da candidatura, são quatro pessoas a trabalhar neste processo de identificação dos prédios. Espero que tal processo possa decorrer, acima de tudo, em articulação com os Senhores Presidentes de Junta e tem que passar, obviamente, por uma transmissão clara para as pessoas e fácil de modo a que as pessoas possam saber onde os técnicos vão estar para ali se puderem dirigir o mais perto possível das suas freguesias de residência para identificar os prédios.

----- No que concerne à questão do lítio, colocada pela Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD), numa fase preliminar, esta foi a nossa postura, a nossa preocupação. As manchas que estão agora identificadas, são manchas muito vagas, inclusivamente, as próprias manchas urbanas das freguesias. Há freguesias cujas manchas ocupam quase a totalidade da área da freguesia e, portanto, aquilo que a Câmara sempre defendeu que, quer por razões de ordem ambiental, quer por razões de defesa do setor primário, quer por razões de defesa do setor de turismo, desde logo, e fundamentalmente, pela qualidade de vida das pessoas que lá vivem, este processo da forma que estava apresentado não satisfazia, nem poderia merecer o parecer favorável do Município de Gouveia.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS) à sua questão em relação ao Caminho da Trêmoa, na freguesia de Nespereira, já foi respondido. Relativamente à questão do Bairro de Santo António também já respondeu.-----

No entanto, clarifica que a Câmara só publicita uma obra quando sabe que a mesma está adjudicada, de outra forma não o faz. Como aqui já explicou a obra está adjudicada e é para ser concretizada, não é uma promessa, é algo muito concreto e real e que está contratado. Mas, tal como informou anteriormente, há grandes problemas neste momento no sector da construção civil e, felizmente, só dois procedimentos é que ficaram desertos. Curiosamente, naquele dia, a Câmara aprovou a adjudicação dessas duas empreitadas, num segundo concurso, onde apenas houve um candidato a cada um dos procedimentos. Existe de facto essa dificuldade e esse problema ao nível dos empreiteiros.-----

Temos até obras adjudicadas a empreiteiros de Gouveia, algumas até desde o princípio do ano e estão a concretizar-se agora, quase um ano depois, mas estão a concretizar-se.-----

Por isso, está convencido que durante o mês de janeiro terá o seu início e está certo que a intervenção projetada e adjudicada irá satisfazer as necessidades de todos aqueles que vivem naquela zona da Freguesia de Nespereira e que dessa forma passarão a ter uma melhor qualidade de vida que é isso que todos querem.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Respondendo ao Senhor Deputado Rui Monteiro (PS) e no que respeita à projeto da Ecovia, informou que esse trabalho está a ser feito no âmbito da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, uma vez que é um procedimento que atravessa vários municípios que integram esta Comunidade e será por via de uma candidatura da própria da CIM_BSE que vai ser candidatada esta intervenção. Será por esta via que irá concluir-se esta intervenção que muito desejam efetuar.-----

No que diz respeito à mudança da praça de táxis está previsto no decorrer do mês de janeiro ser efetuada essa transferência. Isto foi feito em articulação e com a concordância dos nossos taxistas e em permanente contacto com os mesmos.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Rodrigo Pinto (PPD/PSD) quanto aos aniversários das diferentes instituições, também tiveram oportunidade de as felicitar em reunião de Câmara e de as apoiar nas diversas iniciativas.-----

De todas aquelas que o Senhor Deputado referiu, faltou fazer uma referência a uma associação cujo aniversário é no dia 1 de Janeiro e que são os 100 anos da Banda Filarmónica de Paços da Serra e que passa a ser mais uma instituição centenária do nosso concelho, a par de outras, nomeadamente no setor filarmónico e, portanto, é mais uma riqueza do nosso concelho.-----

----- À intervenção da Senhora Deputada Daniela Oliveira (PPD/PSD) relativamente àquilo que tem sido a postura do Município a propósito da pandemia, a Câmara preferiu prevenir ou antecipar a correr riscos. Estavam planeadas um conjunto de atividades e eventos que certamente iriam ser muito do agrado, não só dos gouveenses, mas também de todos aqueles que nos pudessem visitar. Simplesmente, ao verem o crescimento que estava verificar-se de casos positivos no concelho, optaram por não as realizar, não chegando a ficar comprometidos com contratos, dando prioridade, mais uma vez mais, aos gouveenses e à saúde pública no concelho, não realizarmos eventos que poderiam e iriam certamente levar à aglomeração de pessoas. Sensibilizaram, também, os Senhores Presidentes de Junta para a não realização das fogueiras, porque todos sabemos que são, desde logo, um dos locais onde as pessoas tendem a juntar-se, facilitando e aligeirando os cuidados. Por isso, desde logo, chamaram a atenção para isso e tomaram as medidas em tempo oportuno e, posteriormente, esta nossa acção foi repetida por outros municípios.-----

Esta tem sido a nossa postura e é assim que vamos continuar. Sempre no cuidado com os gouveenses e com a saúde dos gouveenses, sempre realizando os testes e disponibilizando para todas as associações que o solicitem, desde logo, as associações ligadas ao desporto que muito têm solicitado ao Município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

este tipo de testes, e outras instituições, inclusive, gouveenses, que nos têm solicitado testes e que muitas vezes são efetuados pela Autarquia.-----

Concluiu, agradecendo a toda a equipa de enfermagem que nos tem acompanhado e que têm sido fantásticos e que têm prestado um serviço inestimável a todos, contribuindo dessa forma para detetarmos, o quanto antes, possíveis focos de infecção, permitindo, assim, estancar o mais rapidamente possível a sua propagação, embora, agora, estejamos com a nova variante e um risco de transmissibilidade mais elevado e mais rápido, podendo ter um novo surto de casos que espera que não se venha a verificar.-----

----- Interveio o Senhor Deputado José Mota (PS) alegando que, após consulta da página do Município de Gouveia e no Edital que consta publicado, não se verifica qualquer referência à deslocação dos técnicos do Município às Freguesias.-----

----- Respondeu o Senhor Presidente da Câmara dizendo que, tal como mencionou na sua intervenção anterior, essa informação, a partir do mês de janeiro, passaremos a ter esse trabalho ao longo do concelho nas freguesias, não em todas mas num conjunto de freguesias onde os técnicos estarão durante a semana para receber as pessoas e prestar as informações. Tal como disse anteriormente, iremos agora em janeiro lançar toda a informação para que as pessoas de uma forma clara e simples saibam onde se dirigir, na sua freguesia ou na freguesia ao lado para juntamente com os técnicos prestarem informações.----

II - PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

----- **Senhor José Cardoso, de Nabais:** - Dirigiui-se à presente sessão da Assembleia Municipal para abordar a questão do lítio. Um desenvolvimento que tanto se apregoa para o interior e para a região. Uma vez que o concelho de Gouveia está na calha para ser todo ele esburacado, questionou o Senhor Presidente da Câmara qual a sua posição relativamente ao assunto, quais as medidas que a Câmara poderá ou não tomar, uma vez que acabou de referir que, hipoteticamente, poderá dar o aval favorável a esta questão.-----

Por outro lado, pretendia saber a localização onde esta prospeção será realizada, por empresa agiotas que nada de bom trazem. -----

Também pretendia saber se o Senhor Presidente leu os relatórios que são divulgados, são relatórios nos quais as entidades que elaboram estes estudos mencionam nos mesmos os malefícios da sua atividade para a saúde e, aliás, mencionam os períodos de tempo em que andam a trabalhar nessas explorações, há anos. Por exemplo, em Mangualde, estas empresas andam há quarenta anos a tentar mitigar os efeitos desta atividade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Assim, questionou o Senhor Presidente da Câmara se é este o desenvolvimento que tanto ele, como as demais entidades das quais é Presidente, tanto apregoam para o Interior.-----

-----Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo que na resposta à questão colocada pela Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD) a propósito do lítio teve a oportunidade de falar desse assunto. Portanto, esclarece que nunca disse que estava disponível para o que quer que fosse na questão do lítio no que diz respeito à aprovação do que quer que seja. O parecer que o Município aprovou, por unanimidade, na questão do lítio, nesta fase, por razões que se prendem com questões ambientais, com questões de proteção do setor agrícola, bastante importantes no nosso concelho, questões de turismo, de perturbação desse setor e, mais importante que tudo, da qualidade de vida e saúde dos gouveenses, a Câmara Municipal pronunciou-se negativamente nesta fase, de acordo com aquilo que dispunha de informação.-----

Em momento algum foi dito que estariam disponíveis para outra coisa qualquer. Nesta fase, aquilo que disseram foi o seguinte: a não ser que lhes demonstrem o contrário e a não ser que determinem muito concretamente as zonas que seriam hipoteticamente abrangidas e que essas zonas fiquem o suficientemente, o que não tem acontecido, afastadas de áreas urbanas - por exemplo na zona de Boticas, e outras, as explorações estão a cerca de cento e poucos metros de habitações - obviamente que a Câmara nunca aceitará tal. Esse é o compromisso deste executivo. Não estão a fazer pacto nenhum com qualquer empresa prospectora de lítio, que não conhecem, pois nesta fase não lhes foram apresentadas quaisquer empresas.-----

Neste momento é-lhes apresentado um estudo, nada mais. Mesmo em relação a esse estudo a Câmara pronunciou-se negativamente. Esta é a postura da Autarquia nesta fase e que só alteraram se efetivamente verificarem e, tecnicamente, lhes for justificado e poderem efetivamente confirmar que esses dados estão corretos e são credíveis e que nada de mal poderá acontecer à nossa população. Portanto, reiterou, que não afirmou nada no sentido de permitir o que quer que seja. A posição da Câmara Municipal é aquela que está plasmada na Ata da respetiva reunião em que o assunto foi debatido e é contra.-----

III - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

PONTO 1. DISCUSSÃO DE VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA A APLICAR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS DO EXERCÍCIO DE 2021 A LIQUIDAR EM 2022



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentação deste ponto da ordem de trabalhos, referindo que, relativamente a esta questão da Derrama, a proposta é idêntica à do ano anterior, com uma exceção que é relevante e que diz respeito às empresas cujo volume de negócios, no ano anterior, não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros. No ano passado propuseram a isenção, legalmente tal deixou de ser possível, pelo que, aquilo que aqui propõem é uma taxa residual de 0,01%, para não ser isento, uma vez que não podem isentar.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS) para dizer que o problema é mesmo esse, ou seja, a questão da isenção. Neste primeiro ponto da ordem do dia, esta questão do valor tributável sobre o lucro das empresas, começa, na opinião da bancada municipal do Partido Socialista, por espelhar uma das características deste executivo municipal, que não é propriamente novo, dado que é um executivo em continuidade de funções: o arrastar de certas situações, revelando uma certa inoperância e que se revela aqui na inexistência de um regulamento de impostos que permitia não só aplicar taxas reduzidas, mas permitiria sobretudo as isenções.-----

É importante dizer que a grande maioria das empresas de Gouveia vai pagar derrama, mesmo que seja um valor reduzido, é certo, mas vai pagar derrama, desde logo, porque não existe esse regulamento que poderia permitir isenções.--- E isso prende-se com uma questão ainda maior que é a seguinte: se queremos atrair investimento para Gouveia, deveria já estar definido todo um quadro regulamentar que permitisse às empresas e aos investidores saber com o que contam. O Senhor Presidente da Câmara saberá melhor que ninguém que, a este nível, é necessária clareza. Clareza nas taxas, clareza nas tarifas, nas coimas, estabilidade fiscal é fundamental para atrair investimento, os investidores precisam de saber isso.-----

Concluiu dizendo que é preciso tudo fazer para atrair investimento. É preciso tudo fazer para criar emprego e fixar pessoas no nosso concelho.-----

O voto contra da bancada municipal do Partido Socialista sinaliza precisamente isso mesmo. É um voto contra este arrastar dos processos, contra uma certa inoperância que se revela a vários níveis e contra esta incapacidade de concretização.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) referindo o seguinte:-----

“Constatamos que a Câmara Municipal de Gouveia, mantém o mesmo imposto do ano anterior relativamente às empresas.-----

Assim, como temos defendido, as políticas municipais devem potenciar o desenvolvimento económico e a captação de investimento gerador de riqueza para o concelho. A taxa de 0,01 por cento (obrigatório) sobre o lucro tributável para as empresas com volume de negócios abaixo de 150 mil euros deixa-nos muito satisfeitos porque beneficia a maioria do tecido empresarial, fundamentalmente empresas locais, grandes responsáveis pela produção, comércio e serviços e pelo emprego dos nossos concidadãos.-----

A bancada do PPD/PSD regista favoravelmente a conjugação dos seguintes fatores relativos à taxa proposta para a Derrama:-----

É importante salvaguardar a capacidade financeira municipal, seja para concretizar as atividades e investimentos previstos, seja ainda para garantir a capacidade de autofinanciamento que permita captar e alavancar fundos comunitários do quadro “Portugal 2030”. É necessário cobrar receitas e obter disponibilidades financeiras que permitam fazer face a obrigações fiscais, às políticas de contenção orçamental e ao aumento das competências, assegurando ainda assim uma capacidade de intervenção que permita executar respostas sociais (como as que estão contempladas no Orçamento) e permita melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.-----

Deixamos como recomendação ao Executivo a possibilidade de uma parte significativa da verba cobrada possa ser reinvestida no setor económico, nomeadamente, na ampliação, dinamização e promoção dos parques industriais do concelho. Consome recursos financeiros, mas permite a criação de infraestruturas e condições que geram atratividade para novas empresas e das quais beneficiam igualmente as empresas já instaladas no concelho.-----

Assim e pelo exposto, a bancada do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Gouveia vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal para a taxa de Derrama a cobrar em 2022.”-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa que colocou à votação a **“PROPOSTA DE LANÇAMENTO DA DERRAMA A APLICAR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS DO EXERCÍCIO DE 2021 A LIQUIDAR EM 2022”**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com **vinte e dois (22) votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e **treze (13) votos contra** por parte do Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Parlamentar do PS, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

“PROPOSTA

Lançamento de Derrama a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas do exercício de 2021 a liquidar em 2022

Considerando:

- *O disposto na alínea c), do artigo 14.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais;*
- *O disposto no n.º 1, do artigo 18º do mesmo diploma, segundo o qual “os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território”.*
- *Que, nos termos do n.º 22, do artigo 18º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs 2 e 3, do artigo 16º, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama.*
- *Que, nos termos do n.º 2, do artigo 16º, do RFALEI, a Assembleia Municipal, mediante proposta da câmara municipal, aprova regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios.*
- *Que, nos termos do n.º 24, do artigo 18º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, “até à aprovação do regulamento referido no número anterior, a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150.000”.*
- *Que, as deliberações referidas devem ser comunicadas, por via eletrónica, à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado, conforme n.º 17, do artigo 18º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação;*

Considerando ainda que:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- *É essencial manter o apoio municipal à atividade económica, bem como a promoção de novos incentivos ao investimento;*
- *Há também responsabilidade solidária das empresas desenvolvimento concelhio e tendo em conta a evolução da receita arrecadada e a necessidade de manter uma política fiscal equilibrada e sustentada;*
- *É possível manter uma diferenciação positiva para as PME's do concelho, favorecendo o seu crescimento, bem como a sua competitividade.*

Proponho que a Assembleia Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:

a) Ao abrigo do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação:

- O lançamento, em 2022, de uma Derrama de 0,9 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas;

b) Ao abrigo do n.º 24, do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação:

- O lançamento, em 2022, de uma taxa reduzida da Derrama de 0,01 %, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros.”

PONTO 2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2022

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que também neste ponto da ordem do dia a proposta é idêntica em termos de valores com a apresentada no ano anterior, com a manutenção do benefício decorrente do número de dependentes a cargo e de acordo com aquilo que a lei prevê.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Almeida (PS), tecendo as seguintes considerações relativamente à proposta de IMI para o ano de 2022:----

“Relativamente à proposta aqui hoje em discussão sobre a fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis para 2022, não posso deixar de começar por dizer que a posição da bancada parlamentar do Partido Socialista não podia ser outra senão a de manifestar discordância com o proposto pelo executivo.----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

E não podemos concordar com a proposta, desde logo, porque é inaceitável que uma autarquia que se diz amiga das famílias, proponha uma taxa de 0,36% para os prédios urbanos quando a maior parte dos concelhos do distrito da Guarda aplicam taxas correspondentes ao mínimo de 0,30%.-----

É cada vez maior o número de autarquias que optam por aplicar uma taxa de IMI mais baixa, sendo uma minoria aquelas que aplicam taxas superiores a 0,35% de acordo com os dados disponíveis no site da Autoridade Tributária.----

E esta tendência de redução enquadra-se numa linha de apoio às pessoas que vivem nos respetivos concelhos e também numa estratégia de atrair outras pessoas e empresas para o território, sobretudo aquelas cujo agregado familiar tenha rendimentos que ultrapassem os 15.295,00 euros e que adquiram imóveis de valor superior a 66.500,00 euros, uma vez que relativamente àquelas que têm rendimentos inferiores e imóveis de valor inferior ao referido já estão automaticamente isentas nos termos do Código do IMI.-----

No caso da Câmara de Gouveia, nesta matéria, depois de uma redução de 0,38 para 0,37% do ano de 2016 para o ano de 2017, tivemos quatro anos seguidos, em que a taxa de IMI permaneceu igual a esses 0,37%, tendo havido uma redução simbólica para 0,36% em 2021.-----

Ora, não podemos deixar de notar que esta redução foi isso mesmo, uma redução simbólica, que pouco impacto teve na vida dos cidadãos.-----

E agora que tínhamos, pelo menos, a expectativa de haver uma nova redução, ainda que não fosse muito acentuada, mas que, pelo menos pudesse demonstrar uma tendência de redução gradual, acabamos por ter como proposta exatamente a mesma taxa que foi definida para 2021, quando o texto desta proposta refere, a título de considerandos, que a conjuntura atual obriga a um reforço de medidas que aliviem a carga fiscal sobre os cidadãos, famílias e empresas.-----

Ora, não há alívio nenhum.-----

A proposta apresentada é completamente contraditória a este pressuposto e isto tem que ser aqui salientado.-----

Por fim, pode o executivo argumentar que para o orçamento da Câmara uma taxa inferior à proposta pode ter uma repercussão significativa ao nível da redução de receita.-----

No entanto, parece-nos que este argumento também não poderá colher, uma vez que, de 2020 para 2021, houve uma redução de 0,1% na taxa de IMI e, apesar disso, constatamos, através da demonstração da execução orçamental referente ao ano de 2020, que a Câmara arrecadou 1 milhão e 292 mil euros a título de receita de IMI. Já no orçamento para 2021, estava previsto arrecadar 1 milhão e 310 mil euros nesta rubrica, pelo que, das duas uma: ou as previsões estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

mal feitas ou a receita nem sequer sofreu qualquer impacto com a redução da taxa, o que se pode dever a requalificações ou eventuais novos prédios.----- Por isso, este argumento, a ser convocado, só pode ser um argumento falacioso. Por tudo isto, consideramos que esta proposta não é adequada, pelo que, o sentido de voto da bancada parlamentar do Partido Socialista só poderá ser contra”. Concluiu.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD), referindo que a Câmara Municipal de Gouveia, mantém o mesmo imposto do ano anterior relativamente à Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2022 (0,36%).-----

Como podemos ver a taxa proposta é bastante inferior ao máximo legal, ficando sensivelmente abaixo do meio dos limites previstos no código do IMI para a taxa a fixar pelos Municípios que, como se sabe, pode variar entre os 0,3% e os 0,45% para os prédios urbanos.-----

Desde que tal passou a ser permitido que o nosso Município tem aplicado a redução das taxas do IMI para agregados familiares com dependentes e aplicando sempre a redução máxima na Lei.-----

Esta medida contribui para a dinâmica social e económica do concelho. Estas reduções continuam a abranger um número significativo de agregados e devem ainda ser enquadradas no conjunto vasto de medidas de carácter social tomadas pelo executivo da Câmara, das quais destacamos “Inserção e Emprego”, “Ser Gouveia”, “Gouveia Empreende”, “Gouveia Reabilita”, “Gouveia Social”.-----

Refira-se, ainda, que a redução proposta para agregados com dependentes é absolutamente transparente, referindo-se apenas aos prédios urbanos destinados à habitação própria e permanente e baseando-se em dados fornecidos pela Autoridade Tributária, quer quanto a esses prédios, quer quanto aos dados dos agregados. Embora fosse desejável uma taxa inferior, volta-se a destacar a importância de salvaguardar a capacidade financeira municipal para concretizar as atividades e investimentos previstos para captar e alavancar fundos comunitários do quadro “Portugal 2030” e os investimentos previstos em áreas prioritárias desde o social passando pela educação e a dignificação dos funcionários da Autarquia.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa colocando à votação a **“PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2022”**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com **vinte e três (23) votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e **treze (13) votos contra** por parte do Grupo Parlamentar do PS, nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

“PROPOSTA

IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

Considerando:

- *O disposto no artigo 112º, do Anexo I, do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – C.I.M.I.), com a mais recente alteração introduzida pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, o Município através do seu órgão deliberativo pode fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), cujo máximo, para os prédios urbanos, se cifra em 0,45% e o mínimo em 0,3%, fixando o percentual para Prédios rústicos em 0,8%;*
- *Que por deliberação da Assembleia Municipal, podem os Municípios “fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar”, cfr. n.º 1 do artigo 112º-A do C.I.M.I.;*
- *Que a conjuntura atual obriga a um reforço de medidas que aliviem a carga fiscal sobre os cidadãos, famílias e empresas;*
- *Que os pressupostos que estiveram na base da proposta para 2021, se mantêm para o ano de 2022.*

*Proponho que a Assembleia Municipal de Gouveia delibere, no uso da competência prevista na alínea d) do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a definição das seguintes **taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis a liquidar em 2022:***

<i>Prédios Rústicos (valor fixo de 0,8%, cfr. al. a) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)</i>	<i>Prédios Urbanos (0,3% a 0,45%, cfr. al. c) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)</i>
0,8%	0,36%

1. *Nos termos e para os efeitos do n.º 8, do art.º 112º, do mesmo diploma fixar a majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, que tenham pendentes notificações municipais de intimação ao abrigo do n.º 2, do art.º 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro para a realização de obras, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas;*
2. *Nos termos do n.º 3, do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

dezembro Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, elevar para o triplo a taxa prevista na alínea c), nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em diploma próprio;

3. Nos termos n.º 1, do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a redução levando em consideração o número de dependentes a cargo, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

PONTO 3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO DE GOUVEIA NO IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que, neste ponto, a proposta que o executivo apresenta a esta Assembleia Municipal é idêntica à do ano transato que, no fundo, o que nos diz é que a Lei permite que os Municípios têm direito em cada ano a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no nosso caso, no concelho de Gouveia.-----

A Câmara gostaria muito de, e já o fizeram em anos anteriores, poder distribuir, abdicando de alguma percentagem destes 5%, mas não o fazem por uma razão muito simples. Aquilo que o Município faz, atribuindo apoios e subsídios diversos, quer na área social, quer às coletividades, em tudo aquilo que de um pouco decorre e acontece no nosso Município e que não acontece sem o apoio financeiro.-----

E aquilo que fazem é distribuir por essa via aquilo que é cobrado também por via deste imposto. E para o poderem fazer é preciso ter meios de financiamento para o executarem e é por isso mesmo que não abdicam de nenhuma percentagem destes 5 % a que a Câmara tem direito. Podiam abdicar, mas não o fazem, porque precisam desta verba para poder atuar, como disse, na área social, na educação, na saúde e é com este dinheiro. É certo que muitos dirão que é bom abdicar porque assim estaríamos a dar mais algum dinheiro às pessoas uma vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

que pagariam um pouco menos, simplesmente, a Câmara, por esta via, está a ajudar e a apoiar àqueles que mais necessitam e a ajudar as coletividades, as associações do nosso concelho a manterem-se vivas. Mesmo nesta altura da pandemia, em que não tiveram trabalho, execução, porque infelizmente não puderam, não só manteve os subsídios, como os aumentaram e, para isso, é preciso haver dinheiro e aqui está uma das fontes e, por isso, não podemos abdicar.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS), referindo que se este executivo não faz uso do que poderia fazer para atrair investimento das empresas parece-nos também que deveria fazer mais para incentivar as famílias a viver em Gouveia, através do IMI como dito anteriormente, mas também através do IRS.-----

Recordou que não há muito tempo atrás esta taxa variável de IRS era de 3% e agora volta a manter-se na taxa máxima de 5% quando, em concelhos vizinhos, essa taxa é de 0%. São exemplo disso Manteigas, Sabugal, Trancoso, Aguiar da Beira, pelo que questionou que vantagem competitiva se retira daqui. Acha que nenhuma, antes pelo contrário.-----

E esta taxa máxima de 5% acaba por representar muito dinheiro para as pessoas, um encargo ainda pesado, sobretudo, para as famílias de classe média que pagam impostos em Gouveia.-----

Diria o Senhor Presidente, e acabou de o referir, que precisa de receita. É óbvio que o Município precisa de receita, mas também é fundamental que se aplique bem essa receita, esse dinheiro. E, neste caso em particular, a bancada parlamentar do Partido Socialista até votaria favoravelmente se uma parte da taxa do IRS pago pelas famílias, pago pelas pessoas singulares, fosse investida, por exemplo, nos orçamentos participativos, fosse investido onde essas pessoas, e não o executivo municipal, achassem que devia ser investido o seu dinheiro, o dinheiro dos seus impostos, o dinheiro do seu IRS. Assim, os contribuintes saberiam e decidiriam onde era aplicado o seu dinheiro, mas não é isso o que acontece e isto mais uma vez não faz parte da visão do plano estratégico deste executivo municipal.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) referindo que a bancada parlamentar do PPD/PSD regista os seguintes aspetos em relação à participação do Município de Gouveia no IRS:-----

“Seria certamente desejável uma taxa inferior, com reversão de parte do valor para os contribuintes. Todavia, mais uma vez é necessário destacar a importância de salvaguardar a capacidade financeira municipal para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

concretizar as atividades e investimentos previstos para captar e alavancar fundos comunitários, para executar as respostas sociais e para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Pelo extraordinário impacto que esta taxa tem nas finanças municipais qualquer redução com algum significado para os contribuintes tem necessariamente muito significado para a Câmara. Logo, propostas extemporâneas de redução só podem ser levadas a sério se indicarem onde se fará igual corte no lado da despesa: Diga-nos o PS quais os investimentos de que se deve abdicar, quais as funções ou os apoios a suprimir? É importante esclarecer que embora já houvesse anteriormente transferências do IRS, esta participação variável dos municípios resulta de uma base recente do orçamento do estado, segundo a qual a verba pode reverter para as autarquias de forma que estas possam responder positivamente às necessidades das populações. Refira-se ainda que a introdução desta taxa na Lei das Finanças Locais se destinou a fazer face aos cortes no financiamento das autarquias locais e gerou desnecessárias discrepâncias entre municípios contíguos. Abdicar desta taxa é um contrassenso, seja pelo seu enorme impacto económico, seja pelo seu simbolismo. Se a taxa é para responder positivamente aos problemas e necessidades das populações, então vamos nós dizer que em Gouveia as populações não têm problemas e necessidades? Se a taxa é para fazer face ao corte de financiamento das autarquias, vamos nós dizer que a Câmara de Gouveia não precisa de financiamento? Por outro lado, o IRS é um imposto progressivo, pelo que a diminuição da Taxa beneficiaria sobretudo aqueles que mais rendimentos auferem. Portanto, esta participação no IRS acaba por ser uma boa medida de equilíbrio social, na medida em que cada um contribui em função dos rendimentos, mas parte dessa verba é depois alocada pela Câmara aos mais desfavorecidos, através de inúmeras medidas de cariz social que desenvolve. Convirá recordar que, para além dos 5% correspondentes à participação variável dos municípios, os restantes 95% da receita do IRS são recebidos pelo estado, que assim dispõe de uma margem muito maior para aliviar as contas dos cidadãos e das famílias.-----

Pelo exposto, a bancada do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Gouveia vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal sobre a participação do Município de Gouveia no imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares”.

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa colocando à votação a **PROPOSTA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO DE GOUVEIA NO IRS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com **vinte e três (23) votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e **treze (13) votos contra** por parte do Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Parlamentar do PS, nos termos da alínea b), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

“PROPOSTA

Participação Variável do Município no IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Considerando que:

- *O n.º 1, do art.º 26º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, estabelece que os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1, do artigo 78.º, do Código do IRS.*
- *O n.º 2 do mesmo artigo determina que a participação suprarreferida depende de deliberação sobre a percentagem do IRS pretendida pelo Município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos;*
- *A necessidade de manter em 2022 o equilíbrio orçamental que sustente o aumento de investimento e o aumento gradual dos apoios sociais, culturais e desportivos.*

Proponho que a Assembleia Municipal delibere aprovar a aplicação da taxa de 5% da participação variável no IRS, a pagar pelos contribuintes com domicílio fiscal no concelho de Gouveia, respeitante aos rendimentos auferidos durante o ano imediatamente anterior, nos termos do art.º 26.º da Lei 73/2021, de 3 de setembro.”-----

PONTO 4. DISCUSSÃO DE VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TMDP – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2022

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, tendo usado da palavra o Senhor Vice Presidente.-----

----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente da Câmara, dizendo que neste ponto, a proposta que aqui se apresenta é em tudo idêntica à dos anos anteriores. É o cumprimento de um formalismo que se submete a esta Assembleia Municipal.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir não se verificando nenhuma inscrição.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa colocando à votação a “**PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TMDP – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2022**”, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

“PROPOSTA

TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem

Considerando:

- *Que, de acordo com o artigo 12º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio, na sua atual redação, e com a Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação, a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura dos clientes finais de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;*
- *O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada Município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%;*
- *A determinação do n.º 4, do referido artigo 106º, nomeadamente que nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento, ou seja, que a taxa aplicada pelos municípios é da responsabilidade das empresas não podendo repercutir-se nas faturas dos cidadãos, utentes/consumidores finais;*
- *Que, tem sido política dos Órgãos do Município de Gouveia fixar as taxas tendo em atenção o equilíbrio orçamental do Município.*

Propõe-se que a Assembleia Municipal delibere, nos termos e para os efeitos do artigo 25º, nº 1, alínea b), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em consideração do estipulado no artigo 106º, do Decreto-Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação, a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), fixando o respetivo valor em 0,25% sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município, e cujo pagamento é da exclusiva responsabilidade dessas empresa.”-----

PONTO 5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO TARIFÁRIO DE CONVERGÊNCIA, TARIFÁRIO DE COESÃO SOCIAL E TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS A APLICAR NO ANO 2022, NO CONCELHO DE GOUVEIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, tendo usado da palavra o Senhor Vice Presidente.-----

----- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, para dizer que, tal como o Senhor Presidente da Assembleia já referiu, esta proposta contempla três, quatro propostas se considerarem que a alínea 2 também se divide em duas sub-alíneas.-----

Em primeiro lugar, a aplicação do tarifário de convergência previsto originalmente no estudo aprovado pela Assembleia Municipal em dezembro de 2019 para o ano de 2022. O que podemos aqui referir é que o tarifário que estamos a aplicar no ano de 2021 é aquele que resulta do estudo que foi feito para a constituição da empresa Águas Públicas da Serra da Estrela e que, portanto, estava previsto aplicar em 2020. O que aconteceu foi que, também por alguns efeitos da pandemia, todos nós sabemos que a empresa intermunicipal das Águas Públicas da Serra da Estrela atrasou a sua entrada em vigor, tendo iniciado em 2021.-----

No fundo os municípios do concelho de Gouveia estão a beneficiar um pouco daquilo que foi o atraso na constituição da empresa. O que aqui está a ser proposto, esta taxa de convergência tem que, num prazo de 5 anos, os três municípios têm que ter convergido para o mesmo pagamento, para o mesmo tarifário. O que está aqui a ser proposto é que, tendo por base no tarifário que estava previsto no referido estudo inicial, aprovado para a constituição da empresa para 2022, e seja efetivamente aplicado efetivamente para o ano de 2022.-----

Depois, existe também o tarifário para a Coesão Social para o ano de 2022 e aqui divide-se em dois vetores. Aquele que é o aplicado às coletividades, coletividades desportivas, recreativas, culturais, sociais, associações, fundações que têm aí o quadro que tem no fundo duas taxas. A taxa fixa que diz respeito ao diâmetro da tubagem do contador e depois a taxa variável que depende do consumo, aqui os escalões também são diferentes. Enquanto no consumidor familiar, os escalões também são diferentes.-----

Uma segunda alínea para este ponto dois do tarifário da coesão social e que diz respeito às entidades públicas e, como compreenderão, no tarifário de coesão social o que estamos aqui a dizer é que, este valor que esta aqui, não é o valor real do consumo da água, o Município colabora neste pagamento, há uma parte que é paga pelo Município. O Município subsidia uma parte do pagamento da água. No caso das entidades públicas tal não acontece, pois não teria lógica o Município estar a subsidiar o consumo de água de entidades públicas, aí o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

tarifário que se sobrepõe é o tarifário base da APdSE, é o tarifário sem a componente do apoio municipal.-----

Finamente, aplicar aos municípios a taxa de resíduos sólidos de 10 cêntimos por m². Em outubro de 2020 os municípios passaram a pagar de 11 euros por tonelada para 22 euros por tonelada. No ano de 2021, os municípios não estão a pagar nada deste acréscimo e o que a proposta que aqui trazemos pede é que os mesmos passem a pagar um pouco desse sacrifício que o Município, ajudar um pouco o Município a pagar a taxa de resíduos. O Senhor Presidente já referiu em reuniões anteriores nós sabemos este valor imputado aos municípios, uma duplicação do valor, pois sabemos já que nos próximos anos este valor vai continuar a subir e no fundo o que estamos aqui a fazer é também dar um sinal que temos nós que contribuir com a nossa quota parte para este sacrifício para o pagamento da taxa de resíduos sólidos.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS) que, relativamente a este tema referiu o seguinte:-----

“É verdade que a taxa de gestão de resíduos irá subir, sendo que, até é um objetivo nobre na lógica de que se pretende atingir os objetivos da reciclagem e da redução dos resíduos que enviamos para aterros sanitários. É relevante que isso aconteça.-----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá abster-se neste ponto, nomeadamente, pelo seguinte, e desde já na justificação da bancada se comprometer com este executivo naquilo que será um trabalho conjunto, se assim o entenderem, que consistirá na criação ou definição de um plano, a longo prazo, onde sejam definidas, de forma clara e objectiva, metas que possam atingir, nomeadamente, no que à gestão de resíduos diz respeito.-----

Olhar para esta taxa, sendo inevitável pagar esta taxa com o acréscimo que se avizinha, verificamos que ela poderá aumentar, mas o custo para todos nós para a diminuir, se tiverem em sintonia aquilo que é uma diminuição ou uma transição clara ou uma potenciação de economia assente num modelo linear para uma economia assente num modelo circular que privilegia de forma clara processos de reciclagem e é nossa função estarmos na linha da frente.-----

Concordando com a Senhora Deputada Susana Seara Pires (PPD/PSD) a questão ambiental é claramente um dos nossos maiores bens e que devemos proteger. Portanto, há mais um plano que falta em Gouveia, plano este que pode ser muito bem inserido em outras estratégias a nível ambiental.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

A bancada parlamentar do PS, com todo o seu conhecimento e boa vontade, está ao dispor do executivo no sentido de cooperarem para que o Município de Gouveia tenha melhores índices na gestão de resíduos.-----

Porém, este grupo parlamentar irá abster-se, esperando que a Autarquia possa acatar recomendação apresentada, esperando que o Município possa ter tão breve quanto possível um plano que responda a esta questão”. – Concluiu.-----

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Paio questionando relativamente às taxas que estão a ser aqui propostas, como o tarifário de convergência e o tarifário de coesão social, se também vão ser aplicados estes valores nas freguesias que continuam a ter a gestão protocolada com a Câmara Municipal, já que, até ao momento, este assunto nunca foi submetido às Assembleias de Freguesia com o devido protocolo para ser aprovado. Pretendia, portanto, saber se esta proposta também vai interferir nessas freguesias, nomeadamente, São Paio, Folgosinho, Figueiró e Paços da Serra.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara em resposta ao Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS), referiu que a nossa disponibilidade, até porque devemos fazê-lo, é que em 2025 a taxa será de 85 euros por tonelada e é um aumento substancial. Fazendo uma breve resenha, este ano, no âmbito dos municípios da empresa Águas Públicas Serra da Estrela definimos que não iríamos aplicar qualquer aumento relativamente a esta taxa da TGR, porque durante uns largos meses os Municípios andaram em diálogo com o Ministério do Ambiente no sentido de não haver esta duplicação do valor, mas acontece que houve e aquilo que está previsto é um valor ainda maior, os tais 85 euros para 2025.-----

Como é óbvio, em 2021, o Município assumiu o encargo na totalidade, sendo que o custo do município ultrapassou os 100 mil euros e, portanto, o que aqui propomos agora é dar um sinal para os gouveenses que também aqui vão ter que começar a contribuir com alguma coisa, sendo que o município como é óbvio continuará a assegurar grande parte, o grosso, do custo da taxa. Aqui está também um ponto em que a receita do IMI serve para aliviar os Gouveenses. A proposta que o Senhor Deputado fez, e que agradeceu, certamente, que vão ter a oportunidade de falar sobre ela, pois aquilo que puderem fazer sempre em benefício e no interesse dos gouveenses será sempre bem vindo.-----

----- Respondendo à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Paio, como já foi referido e como a Senhora Presidente de Junta tem conhecimento, a situação que se verifica de ainda existirem Juntas de Freguesia a gerir a água, é uma situação que obviamente será sempre provisória, não é definitiva. Mas de acordo com aquilo que foram os protocolos feitos com as Juntas de Freguesia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

um dos compromissos era as Juntas de Freguesia aplicarem o tarifário da Câmara Municipal. Obviamente que agora com a empresa, também terá que ser feito com as Juntas de Freguesia um protocolo idêntico no sentido de haver também aplicação idêntica ou o mais semelhante possível ao tarifário de convergência que a empresa aplica, porquanto o território é um só. Mas isso será feito no devido tempo, e através de protocolo, com as Juntas de Freguesia o que for acertado entre a empresa, a Câmara e as Juntas de Freguesia. Agora, como é óbvio, dentro de algum tempo o tarifário terá que ser o mesmo.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD), referindo o seguinte:-----

“Não vou aqui lembrar os considerandos que estiveram na base da criação da Empresa Intermunicipal Águas Públicas da Serra da Estrela.-----

Mas é oportuno mais uma vez referir, que o sector das águas exige hoje, mais do que nunca, uma gestão com maior capacidade financeira e tecnológica capaz de assegurar a sustentabilidade atual e a das gerações futuras, acautelando sempre a vertente social, identificando as carências e adaptando os tarifários às necessidades do consumidor.-----

O grande pilar da Empresa Intermunicipal Águas Públicas da Serra da Estrela tem que ser sempre o serviço e o interesse público.-----

Novos desafios e oportunidades de investimento se afiguram nos próximos anos para a Empresa, tendo por referência os instrumentos financeiros do atual e futuro quadro comunitário de apoio (20/20 e 20/30) que possam dotar os nossos concelhos de modernas infraestruturas de abastecimento público de água e de drenagem e tratamento de águas residuais.-----

Temos que exigir a este propósito um serviço que se pretende de excelência e de grande proximidade.-----

Temos que impor, enquanto munícipes e enquanto eleitos que a Empresa Intermunicipal Águas Públicas da Serra da Estrela seja uma referência no sector, com ganhos de eficiência e qualidade de serviço, uma estratégia perseverante ao nível da sustentabilidade ambiental, e com elevado incremento na capacidade de investimento e intervenção.-----

Também é a própria entidade reguladora – a ERSAR, entidade que regula o setor e que obriga os municípios a terem serviços muito bem estruturados em termos de qualidade da água, qualidade do serviço e regulação económica.-----

Neste contexto, faço saber que em termos de qualidade da água nos três concelhos (Gouveia Seia Oliveira do Hospital) certificada pelas ERSAR, é de 99,8%, aqui é completamente seguro beber água da torneira. Temos uma das melhores águas do país.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

*Temos que realçar que não temos tido interrupções de água significativas, o que significa que a Empresa tem conseguido dar resposta rápida.-----
Será que os orçamentos municipais teriam hipótese de remodelação e modernização de redes com mais de 40 anos? Eu responderia talvez nunca.-----
A Empresa já tem, hoje, consciência quais são as zonas onde há maiores perdas. Já houve um trabalho de identificação que foi feito, já houve também no saneamento porque as águas pluviais não precisam de tratamento e entram nas redes de saneamento e nós pagamos o saneamento às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, nas ETAR's tratadas por eles.-----
E na água pagamos muitos metros cúbicos que não são vendidos por causa das perdas. Sabiam também que quando chove, a fatura do saneamento é muito maior?-----
Têm que ser resolvidos estes problemas estruturais que os três concelhos apresentam, para a APSE ter uma viabilidade económica com tarifas relativamente baixas, até porque a ERSAR obriga à recuperação dos custos. Isto é a empresa é obrigada a recuperar os custos daquilo que lhe custa o sistema. Se nós tivermos um sistema mais eficiente, mais modernizado, torna-se altamente sustentável para não ser necessário o aumento de tarifas para preços exagerados.-----
Assim, as grandes finalidades de Empresa só serão alcançadas e poderemos ter os custos dos tarifários mais baixos se forem dadas respostas a estas cinco prioridades:-----
1º combate às perdas;-----
2º lançamento de um conjunto de investimentos em ETAR's.-----
3º resolução do problema da introdução de águas pluviais nas nossas redes, separação dessas águas;-----
4º pensar a empresa com menos custos possíveis na sua estrutura para ter viabilidade financeira;-----
4º ficar com o abastecimento em "alta", porque as Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ALVT) vêm buscar a água aqui à Senhora do Desterro. A Empresa deveria negociar com as ALVT a compra do abastecimento em alta e assim, penso eu, nunca mais teríamos agravamento das tarifas da água. Porque o nosso preço ao consumidor depende do preço a que nós compramos a água às ALVT. -----
Reforço a ideia de que devem ser sempre os Municípios a ter o poder de decisão das suas próprias tarifas.-----
Em relação à proposta propriamente dita, não ficamos surpreendidos, vem na sequência do processo de criação da Empresa Intermunicipal Águas Públicas da Serra da Estrela que passou por esta Assembleia (agora condicionada pelos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

efeitos da pandemia) e que num dos seus pontos já preconizava a aplicação do tarifário de Convergência.-----

Uma referência à taxa de gestão de resíduos, a ANMP, através do seu Presidente, o socialista Manuel Machado, considerou "exorbitante" o aumento da taxa de gestão de resíduos, que é um "agravamento brutal" e vai "ser repercutido sobre os contribuintes". Diz mais, segundo ele está a ser gerada uma injustiça que deixa os municípios altamente preocupados e que leva a um agravamento brutal das taxas de gestão de resíduos que acaba por, inevitavelmente, repercutir-se sobre as tarifas ou as taxas municipais correspondentes como podemos ver na proposta que nos é apresentada. O Governo Socialista foi insensível aos argumentos do PSD, PCP e ANMP e o PS com o BE acordaram que o novo valor só começasse a ser pago no início do próximo ano.-----

Assim, no cumprimento da lei, a bancada do PPD/PSD vota favorável a proposta apresentada pelo executivo municipal porque acreditamos que só assim podemos ter uma empresa eficiente e deixa como recomendação ao Executivo para que logo que tenha condições possa rever o tarifário para a Coesão Social."-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa que colocou à votação a **Proposta do Tarifário de Convergência, Tarifário de Coesão Social e Taxa de Gestão de Resíduos a aplicar no ano 2022, no Concelho de Gouveia**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com **vinte e um (21) votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e **catorze (14) abstenções** por parte do Grupo Parlamentar do PS e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ribamondego, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

“PROPOSTA

Aprovação do Tarifário de Convergência, Tarifário de Coesão Social e Taxa de Gestão de Resíduos a aplicar no ano 2022, no concelho de Gouveia

Considerando que:

- Desde a Assembleia Municipal de dezembro de 2019 que aprovou as alterações propostas pelo Tribunal de Contas e ERSAR do Estudo Técnico Económico e Financeiro, para posterior remessa aos mesmos órgãos da tutela;*
- A outorga da Escritura pública de constituição da APdSE em 31 de julho de 2020;-----*
- Assinatura do Contrato de Gestão Delegada e respetiva adenda em 21 de outubro de 2020;-----*
- Decorrido o período de discussão pública do projeto Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais das*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM – SA, bem como a sua aprovação na Assembleia Municipal de Gouveia em 19 de fevereiro de 2021;-----

- No mesmo Regulamento, no seu art.º 95 tarifários especiais, onde no ponto iii da alínea a) do n.º 1, prevê a atribuição do tarifário de coesão social a quem seja atribuído esse reconhecimento pelo Município;-----

- Poderá o Município, e de acordo com o n.º 4 do mesmo art.º, assumir os encargos do tarifário de coesão social, dos serviços de abastecimento de água e saneamento águas residuais, enquanto a situação que originou a sua aprovação se justificar;-----

- A 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o novo vírus como pandemia, o que obrigou a sociedade a ajustar a sua forma de vida, acautelando os grupos de risco, com o objetivo de conter a propagação do vírus. Perante a situação foram adotadas várias medidas urgentes e extraordinárias;-----

- Os acrescidos custos do Município no combate à Pandemia nos anos 2020, 2021 e que se prevê que não diminuam em 2022, têm um impacto significativo nos Orçamentos Municipais;-----

- A redução de mais de 800.000,00 € nos fundos oriundos das transferências do Estado Central previstos para 2022;-----

- O aumento das despesas decorrentes da delegação de competências, nem sempre cobertas pelo envelope financeiro que devia estar associado;-----

- A aprovação no Conselho de Administração da APdSE de 27 de outubro de 2021, da proposta de tarifário de coesão social, enviada pelos serviços do Município de Gouveia;-----

- O Governo aprovou em Conselho de Ministros de 17/09/2020 uma alteração ao regime geral de gestão de resíduos, aumentando o valor da taxa de gestão de resíduos (TGR), de 11 euros por tonelada, para 22 euros por tonelada, desde janeiro de 2021;-----

- Este aumento da TGR vai afetar negativamente os municípios e a população, tendo em conta que a mesma terá de ser repercutida nos consumidores através da fatura dos serviços de água, saneamento e resíduos.-----

Propõe-se que a Assembleia Municipal, de acordo com as disposições da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, aprove o seguinte:-----

1) A aplicação do Tarifário de Convergência previsto originalmente no estudo aprovado pela Assembleia Municipal, em dezembro de 2019, para o ano de 2022.

2) O Tarifário para a Coesão Social para o ano de 2022 a aplicar aos consumidores do concelho de Gouveia, nos seguintes termos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

classificar de “esquisito”. É um orçamento num ano em que, por um lado, estamos a terminar a execução de um quadro comunitário e, por outro lado, avizinha-se eventualmente que durante o segundo semestre possa haver alguns avisos no âmbito do novo quadro comunitário 20/30, mas ainda assim é um orçamento de final de quadro comunitário e, nessa medida, aquilo que aqui apresenta transmite muito isso. Estão consignadas algumas intervenções que têm precisamente apoio comunitário, outras não o têm, sendo exclusivamente executados com fundos municipais.-----

É, acima de tudo, um orçamento que pretende focar os pontos principais que são desde logo os apoios às Juntas de Freguesia e o trabalho com as Juntas de Freguesia, seja através dos contratos interadministrativos, seja através de outras formas de intervenção direta da Câmara Municipal nas freguesias.-----

Por outro lado, procuramos continuar o apoio ao associativismo e às coletividades do nosso concelho.-----

No âmbito da proteção civil, continuam com os apoios às corporações de bombeiros, dando destaque a algumas intervenções que se tornam necessárias realizar em alguns quartéis. Uma dessas intervenções já está determinada e que se prende com uma intervenção no quartel dos Bombeiros Voluntários de Melo e que ainda se prevê uma determinada verba para o ano de 2022, uma vez que, ainda naquele dia, em reunião de Câmara, foi aprovada uma verba para ainda ser transferida em 2021 para esta corporação de bombeiros.-----

Prosseguiu, dizendo que, na área de educação, existem algumas novidades, decorrentes da obrigação em assumir responsabilidades no âmbito da delegação/descentralização de competências nesta área e que, portanto, vão ter que assumir a partir de abril e, nessa medida, estão previstos no orçamento milhão e meio de euros para esse programa.-----

Ainda na educação, vão continuar com todos os programas que existem e vão igualmente continuar com todas as intervenções em articulação com o Agrupamento de Escolas e, nessa medida, vão continuar com os investimentos de manutenção no parque escolar, uma vez que as intervenções mais profundas já foram efectuadas. Estão agora a terminar uma última intervenção na Escola de Moimenta de requalificação dos espaços exteriores para que as crianças possam jogar e brincar com toda a segurança e, portanto, nessa medida, essa intervenção fica concluída no final do ano.-----

No que diz respeito à ação social, verifica-se, igualmente, a assunção de competências na área social e, por outro lado, também aqui, para além de continuarem com todos os programas de apoio social que o município já desenvolve, vão também avançar com a execução concreta do Programa 1º Direito que, como sabem, se destina a reabilitação de habitações consideradas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

indignas e que com este programa se pretende que tenham melhores condições de habitabilidade, as que puderem, por que há casos em que terão que ser completamente novas e até em locais completamente novos.-----

Por outro lado, também ainda em termos de habitação, e a título de informação, uma vez que não está em orçamento, não podia estar neste momento, a Câmara pré-candidatou-se ao Programa para Apoio a Casas para imigrantes e nessa medida efectuou uma pré-candidatura de um conjunto de imóveis e durante o mês de janeiro terão que ser efectuados os trabalhos necessários para a efetiva concretização da candidatura. A seu tempo, se tal vier a ser aprovado, como é óbvio, teremos que fazer uma alteração ao orçamento.-----

Em termos de ordenamento do território, vão continuar com as intervenções que estão a realizar, ou seja, a requalificação e a atualização do PDM, também das próprias ARU's que têm que fazer. Vão prosseguir com um conjunto de programas que estamos a desenvolver, nomeadamente o programa SENZEB que, como sabem, tem a ver com um conjunto de imóveis que o município adquiriu na Rua da República e que pretendemos requalificar incluindo novas técnicas e tecnologias em termos técnicos e construtivos em imóveis que se destinarão a rendas acessíveis. Este é um outro programa, é outra medida que estamos a tentar desenvolver juntamente com a Secretaria de Estado da Habitação quer também até ao momento com o Ministério da Coesão para haver um financiamento para este programa de forma específica. Como sabem, no PRR a habitação que é apoiada é habitação para habitações em condições indignas ou para famílias de muito baixo rendimento.-----

Aquilo que nós precisamos é de estimular e de disponibilizar habitação requalificada, adequada mas a rendas acessíveis, já que, infelizmente no nosso concelho nós não temos propriamente mercado de arrendamento dinâmico e que, portanto, precisa de ser dinamizado por estas vias. Por isso mesmo, aquilo que pretendemos e que foi proposto à Secretaria de Estado da Habitação e ao Ministério da Coesão foi a criação de um programa que a nível nacional apoiasse a reabilitação de imóveis para a sua disponibilização a rendas acessíveis. Aquilo que existe hoje em dia é um programa a nível do IRHU, mas que não é a fundo perdido mas sim a título de empréstimo e, portanto, são condições completamente diferentes daquelas que nós precisamos nomeadamente nestes territórios de baixa densidade.-----

Vão continuar com outro conjunto de reabilitações, como a reabilitação do Bairro de S. Lázaro, que já está em execução e que vai prosseguir durante o ano de 2022. Para além disso, pretendemos avançar com outras intervenções que temos previstas, como intervenção no Caminho do Jancão, com intervenção efetiva com o seu alcatroamento. Vão avançar, a partir de janeiro, com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

requalificação da Av^a Domingos Paulo, em Vinhó, esta também uma empreitada que já está adjudicada desde 2021 mas, por impossibilidade do empreiteiro, não foi possível iniciá-la e dar execução em 2021. Para além disso, vamos avançar com a intervenção na estrada do Curral do Negro, aqui não como uma simples pavimentação mas mais do que, uma simples pavimentação, mas alargamento também. Vamos ainda avançar com intervenção em Nespereira no Bairro de Santo António, entre outras intervenções que vamos fazer e cujo custo se cifra aproximadamente em cerca dois milhões de euros.-----

Para além disso, na área ambiental vamos dar prosseguimento, já que finalmente conseguimos adjudicar as duas empreitadas. Vamos dar andamento à rede ambiental da CIMBSE e que tem a ver com a obra da Casa do Sumo da Rota do Rio Mondego e os Viveiros Florestais de Folgosinho, são aquelas que estão incluídas na candidatura. Para além disso, pretendemos desenvolver e efetuar as obras no Cowork de Folgosinho que, como sabem, é uma casa que era do ICNF e foi passada em termos de utilização, não de propriedade, para a Câmara de Gouveia para desenvolvermos o projeto cowork Aldeias de Montanha nesse imóvel. Vamos ainda prosseguir com a intervenção no Parque Ecológico de Gouveia, cuja intervenção, ultrapassa os oitocentos mil euros. Em termos ambientais, continuando com os outros programas que já vêm sendo executados e que vão ter continuidade, vamos desenvolver este em particular.-----

No âmbito da cultura, vamos continuar com as Redes de Programação Cultural em que estamos envolvidos, mas vamos aqui dar sequência à intervenção na requalificação da Villa Josephine, que está em procedimento concursal, esperando que até meados no limite até final do mês de janeiro a mesma possa vir a ser adjudicada ao empreiteiro que ganhar o procedimento. Uma intervenção muito importante e que esperamos vir a fazer é a requalificação deste espaço onde nos encontramos hoje, o Teatro-Cine, para a qual tínhamos previsto já duzentos mil euros de intervenção. Entretanto, e esta é uma das consequências deste final de quadro comunitário, nós fomos convidados a apresentar uma candidatura no âmbito da requalificação urbana até ao montante de cerca de cento e oitenta a duzentos mil euros. Nós então optámos pela requalificação completa deste imóvel, sendo que vão aqui ser investidos qualquer coisa como quatrocentos mil euros. Duzentos mil da parte da Câmara e os outros duzentos que vêm desta candidatura que foi possibilitada ao Município de Gouveia. Ao mesmo tempo que vamos dar continuidade a um projeto de requalificação e ampliação do Museu Abel Manta e que vamos querer aproveitar o ano de 2022 para fazer o projeto, para o termos pronto para quando for possível o candidatarmos a apoio comunitário. Já há um estudo prévio que esperamos mostrar brevemente aos senhores vereadores desde já, para depois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

disso avançarmos para o procedimento com o gabinete de arquitetura para a execução do projeto para o termos pronto para o concursarmos e candidatarmos. Vamos também avançar com o projeto da Fábrica dos Balões para que seja a Casa do Território. Uma aspiração que temos e que mantemos, a qual fomos já reforçando com verbas comunitárias que nos foram chegando. Fomos ali alocando a verba e vamos avançar com o projeto, concluir, para o mais depressa possível podermos apresentar a candidatura para podermos avançar com esta intervenção. Queremos também avançar com o campo arqueológico do Castro Verde, em Paços da Serra. Embora haja ali algumas questões que se prendem com a questão eventual da titularidade dos terrenos mas, ainda assim, é algo que nos motiva e queremos muito avançar.-----

Relativamente à parte desportiva, se 2021 foi um ano em que demos prioridade, por um lado, à requalificação dos balneários do Clube de Futebol “Os Vilanovenses” quer à requalificação total dos balneários das piscinas descobertas. Também estamos a concluir uma intervenção, uma vez que estamos com este período de pandemia, decidimos avançar com a requalificação, nomeadamente em termos de equipamentos das piscinas cobertas, cujos trabalhos estão praticamente concluídos. Se possível, se as questões de pandemia o permitirem, em janeiro, as piscinas cobertas serão reabertas para usufruto de todos os gouveenses que ali queiram praticar a sua atividade desportiva, ter aulas de natação, hidroginástica ou outras.-----

Para além disso, também aquilo que priorizaram para 2022, após a requalificação do ringue que se encontra junto à Escola de São Pedro, é a intervenção profunda que queremos fazer no estádio municipal no Farvão. É um investimento que nunca será inferior a setecentos, oitocentos mil euros e que não será possível executar em apenas um ano, isto porque é uma obra que será, para já, feita a expensas exclusivas do Município de Gouveia e que querem avançar com a mesma intervenção ainda este ano e que vai prosseguir nos próximos dois anos de modo a que aquela infraestrutura possa funcionar como deve ser para todos os amantes do futebol e todos aqueles que apreciando querem assistir e com condições e qualidade.-----

Vão continuar com ações de promoção do nosso território sejam elas na promoção dos nossos produtos endógenos, levando os nossos produtores a eventos, a feiras, etc. Ainda recentemente levámos os nossos produtores de vinhos, queremos continuar com eles e com todos os outros produtores de produtos de qualidade do nosso concelho e que estejam disponíveis e que queiram ir a certames a promover os seus produtos, porque ao promover os seus produtos estamos a promover o nosso território. O mesmo se passa em termos turísticos, se o setor do turismo reabrir como todos pretendemos e dessa forma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

também participar em certames promovendo o nosso território e a qualidade dos nossos estabelecimentos, seja em hotelaria, restauração todos aqueles que de alguma forma estejam associados a este setor também.-----

Por isso mesmo e tal como eu disse, este projeto é em grande parte um projeto de continuidade e de conclusão de um conjunto de intervenções que estavam programadas. Por outro lado, é um orçamento que não tenham dúvidas que ao longo do ano vai ter diferentes alterações em virtude de possíveis candidaturas que ainda seja possível efetuar no âmbito do quadro comunitário, que ainda está em conclusão. Como sabem, nós temos ainda perto de 40% do quadro comunitário 20/20 por executar e, nessa medida, é muito provável que o Município de Gouveia venha ainda a ser chamado ou convidado para apresentar novas candidaturas e nós certamente que vamos estar atentos e assim faremos. E, portanto, este é resumidamente o orçamento que apresentamos para 2022 e que procura ir de encontro aos anseios do gouveenses, continuando com a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que aqui vivem e que aqui queiram viver.-----

Aproveito também para dizer que há um reforço considerável da verba, rubrica, referente aos custos com o pessoal da Câmara Municipal, já que, como nós tínhamos dito e se tinham comprometido com os colaboradores da Câmara Municipal, vão avançar com a opção gestionária, representando para a Câmara um esforço adicional nesta rubrica de cerca de cento e cinquenta mil euros por ano. Para além disso, também vão aplicar e pôr em execução o subsídio de insalubridade e penosidade para todos aqueles que na Câmara Municipal estejam abrangidos e podem estar abrangidos por este apoio. Desta forma, por um lado com a opção gestionária efectuarem uma valorização salarial dos próprios trabalhadores e, por outro lado, também por via deste subsídio, darem cumprimento a esta hipótese legal e desta forma valorizar e reconhecer o esforço que estes trabalhadores fazem.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as inscrições para apresentação das respetivas propostas. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS) referindo que logo no início da apresentação deste documento o Senhor Presidente da Câmara começou por dizer e passou a citar *“as opções orçamentais aqui vertidas representam a linha política do executivo municipal”*. O Senhor Deputado não podia estar mais de acordo, porque o que lhes é dado a ver neste plano e orçamento para 2022 reflete precisamente isso. Reflete bem o que é o executivo municipal que o Senhor Presidente lidera e a sua linha política, ou seja, - e esta é a apreciação política global que a bancada parlamentar do PS faz do documento - uma manta de retalhos cosida por um conjunto infundável de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

tabelas e números que não formam um padrão reconhecível e que revelam a ausência de uma visão política clara e de um plano estratégico amadurecido e bem pensado para Gouveia.-----

Quer o texto da apresentação, quer o da conclusão que assina, é um conjunto de frases feitas que revelam que o atual executivo, que parece manter-se descoordenado, tal como o anterior, não tem uma ideia clara para Gouveia. Lemos e percebemos que a ideia é navegar à vista, navegaremos à vista e depois logo veremos consoante soprarem os ventos e se formarem as marés.-----

No meio do emaranhado de números, o uso e abuso da rubrica “outras despesas”, “outras receitas”, “outros investimentos” também revela bem isso e revela que este executivo parece ser um barco à deriva.-----

O que lemos são quase sempre referências a iniciativas avulsas e a anúncios. Anúncios de captação de fundos comunitários, mas não sabemos bem como e muitas vezes não sabemos para quê. Anúncios, nomeadamente, de obras em curso que há muito deveriam estar concluídas e de outras que já deviam ter começado e até terminado e ainda estão no papel.-----

E, ao contrário do que escreve, não me parece que haja sinais claros quanto aos grandes investimentos que construam efetivamente as grandes opções do plano estratégico para Gouveia.-----

A arranjar desculpas é claro, o COVID. É certo que foi e continua a ser um problema, mas não pode servir de desculpa para tudo.-----

A queixar-se também é claro quando fala da transferência de competências na área da educação e da ação social.-----

Mas quando se trata de definir claramente o que se quer, quais as metas e como é que lá se chega, por muito que diga que é uma visão ambiciosa, eu diria antes que é uma visão muito curta e ambígua, o que se lamenta ainda mais sobretudo tendo em conta tudo aquilo que não foi feito nos últimos anos e que deveria ter sido feito e o muito que há a fazer, sobretudo num concelho como o nosso, face aos indicadores que todos nós conhecemos.-----

A dada altura o Senhor Presidente da Câmara até admite que afinal importa não continuar o rumo, que há algum tempo dizia ser certo, e utiliza expressões como “mudança”, “iniciar um movimento de mudança”, “iniciar a construção do caminho para o futuro”, aliás, como se passados vinte anos, ou se quiser, passado oito anos, pretendesse recomeçar de novo, dizendo de certa forma “desta vez é que é, agora é que vai ser”.-----

Claro que é preciso mudar, é preciso uma nova política e um novo rumo, mas, infelizmente, o que lemos neste documento não augura nada de bom e oxalá, disse, se enganasse.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Parece-lhe que será preciso definir com clareza um plano estratégico que apostasse num dos nossos principais ativos que o definisse como prioridade: o território, a serra, o ambiente, as árvores, a água, o património, a cultura, as pessoas, o seu saber fazer ancestral, a nossa herança cultural. Só seremos competitivos se soubermos diferenciar-nos, e é fundamental por aquilo que somos e que temos, que Gouveia trabalhe a sério de forma altamente qualificada – e isso não tem acontecido - no sentido de afirmação de um turismo sustentável.-----

Que nesse quadro reconheça também o valor sócio-económico do ambiente, dos ecossistemas, que os saiba preservar e depois potenciar. Que olhe para a nossa Serra, finalmente, não com um passivo, mas sim como um ativo, sob o ponto de vista socioeconómico.-----

E continuou dizendo que certamente o Senhor Presidente concordará de que não basta termos recursos naturais, ambientais e culturais únicos, é preciso saber potenciá-los. É preciso saber criar e afirmar a marca “Gouveia, Serra da Estrela”, coisa que não foi feita. E há tantas imagens de marca que podem ser criadas no quadro de uma estratégia bem pensada de marketing territorial, tantas imagens de marca que já deviam ter sido pensadas e concretizadas. E há tanto por fazer a este nível, porque de facto pouco foi feito a este nível. E há tanto para fazer capaz de colocar Gouveia no mapa dos destinos turísticos desta região. E esta visão, esta aposta, não a encontram claramente definida neste plano, estando a bancada parlamentar do Partido Socialista disponível para colaborar com o executivo municipal. -----

Prosseguiu o Senhor Deputado a sua intervenção, reforçando o seguinte:-----

“Senhor Presidente da Câmara, era preciso ainda um plano e orçamento que apostasse também no apoio às empresas, nomeadamente, naqueles ramos industriais como, por exemplo, os lanifícios que sempre marcaram a identidade de Gouveia, recriando essa componente fundamental da nossa identidade. Ou criando ainda, por exemplo, uma central de compras, operacional e eficaz, recorrendo ao que de melhor as novas tecnologias nos dão, que promovesse e distribuísse os nossos produtos locais, os nossos produtos agrícolas, os nossos produtos tradicionais com a marca GOUVEIA associada. Produtos esses, que como todos nós sabemos, são tão apreciados por todo o país, eu diria, por todo o mundo, mas que, paradoxalmente, não chegam a lado nenhum ou chegam a poucos lados ou têm muitas dificuldade em fazer chegar, para mal dos nossos pequenos produtores, da nossa economia, da nossa cultura, da nossa identidade, porque eles também fazem parte da nossa cultura e da nossa identidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Senhor Presidente, deixe que lhe diga, não é com mais festas que lá vamos, como aliás há pouco disse, com os tais pequenos investimentos nesta área, tem que se apostar forte nesta área.-----

O cidadão comum que ler este plano e orçamento - e é importante que pensemos no cidadão comum, nos munícipes que leem este plano e orçamento - acho que não vai perceber qual a vossa ideia para Gouveia. Há pouca transparência neste documento, este documento é tudo menos claro. E era importante, por uma questão de transparência, que todos, mas mesmo todos, o entendessem.-----

Já para não falar dos malabarismos financeiros através das alterações sucessivas ao orçamento, como aconteceu com aquela aprovada há um ano atrás precisamente na anterior assembleia municipal, diminuindo os valores da receita e da despesa, por forma a conseguir uma execução orçamental superior a 85% como é desejável, martelando-se os números. Mas essa é outra questão. -

Senhor Presidente, concluo esta minha intervenção. Esta é a minha apreciação política deste documento. Não basta - e saberá muito bem isto e é importante que todos nós pensemos nisto - ter acesso aos fundos comunitários, conseguí-los seja como for, seja de que maneira for, é preciso sobretudo ter bons projetos, projetos altamente qualificados, projetos bem pensados, assentes no conhecimento, prontos ou desenhados de forma atempada - não preparados à pressa, à pressão e mal - por forma depois a investir esses fundos comunitários aplicando bem esse dinheiro, gerando retorno, gerando vantagens competitivas, atraindo gente e fixando população.-----

É precisamente esse o nosso conselho. Eu diria que esta, e saberá melhor do que eu, é uma oportunidade única. Eu diria, também, que esta é uma questão de sobrevivência.-----

Termino, dizendo que estes novos fundos europeus que aí veem do PRR e do Portugal 20-30, vão exigir mais do que nunca a energia, a criatividade e a determinação para saber agarrar os projetos, concebê-los bem, executá-los rapidamente e com sucesso com verdadeiros investimentos que ajudarão a construir o futuro de Gouveia, E, infelizmente, não foi isso que o anterior executivo – e que continua a ser o atual – demonstrou, não demonstrou ter estas características que, quanto a nós, são fundamentais mais do que nunca: a energia, criatividade, determinação para saber agarrar os fundos que aí veem e concretizar bons projectos”. – Disse.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD), colocando algumas questões solicitando a devida resposta em ações que estão contempladas no plano e orçamento para 2022:-----

A primeira questão prende-se com o setor da educação. Perguntou ao Senhor Presidente se o pacote financeiro que a autarquia vai receber destinado às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

competências assumidas ao nível de educação, é suficiente para as despesas que envolvem e se mesmo assim há a possibilidade de continuar os apoios anteriores em que a Autarquia foi pioneira.-----

No âmbito da ação social e habitação, pretendia saber quantas famílias vão ser contempladas pelo programa 1.º Direito e se a Câmara está a apoiar as famílias no processo e se existem casos de apoio a 100%. Também neste setor saudou as preocupações com a eficiência energética e aplaudiu e sublinhou a nível do ordenamento do território a revisão do PDM que está contemplada neste orçamento.-----

Ainda nesta área perguntou em que vai consistir a recuperação do pavilhão Bellino e Bellino, porque se é uma recuperação significa que não é um pavilhão de raiz, pediu esclarecimento sobre isso.-----

Reforçou a importância da intervenção na estrada do Curral do Negro e perguntou se essa beneficiação será uma beneficiação mais aprofundada ou aquela que referiu aqui numa das últimas assembleias do último mandato.-----

Realçou a importância a nível do ordenamento paisagístico, nomeadamente no que se refere ao espaço da União de Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra e da Freguesia de Folgoso, englobadas nas Áreas Integradas de Gestão de Paisagens, pretendia esclarecimento que é que consiste.-----

Ainda a nível do ambiente, uma área cara ao Município, hoje, tal como foi assim no passado, salientou a preocupação com a requalificação dos espaços verdes do concelho e a beneficiação da rede viária florestal, assim como a criação do canil municipal, perguntando como se encontra esta obra.-----

Referiu-se, também, ao Parque Ecológico de Gouveia, uma prioridade, questionou o timing de conclusão deste projeto.-----

No desporto, realçou a requalificação do Estádio Municipal do Farvão, um espaço mítico para os gouveenses.-----

A nível da cultura, saudou o avanço do processo de requalificação da Villa Josephine, em Melo e salientou a grande preocupação com a requalificação do Teatro Cine em Gouveia.-----

Para finalizar, parabenizou o executivo pela inclusão no orçamento de 2022 da obra de recuperação do edifício dos Paços do Concelho, perguntando qual é o sentido desta requalificação, em que vai consistir esta requalificação.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia referindo que escutou atentamente a apresentação deste orçamento pelo Senhor Presidente da Câmara e a alusão a tantas ações, projetos e iniciativas que, por tão comuns e tão repetidos, lhe fez lembrar uma história que o jornalista António Valdemar contava a propósito de Mestre Abel Manta, nos seus convívios e tertúlias no café da Brasileira, no Chiado, com os seus amigos Aquilino Ribeiro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Pulido Valente, etc. À época, nos anos de 1920/1930, “O Século” era um género de jornal oficial, era o jornal do regime e com a ironia e com o humor que era uma também marca típica do nosso Mestre Abel Manta, quando ele se sentava para tomar café pegava no jornal, olhava a primeira página e perguntava “*Mas quem é que raio já me leu o Jornal?*”, porque aquilo era todos os dias a mesma coisa, a primeira pagina era sempre parecida, as notícias quase sempre as mesmas. Este plano de atividades e orçamento fez-me lembrar um pouco essa história do nosso Mestre Abel Manta. Quem é que já me leu este orçamento? Isto porque é um orçamento e plano de continuidade, um decalque do que nos tem sido apresentado ano após ano e que faz transparecer uma fraca capacidade de execução por um lado, e por outro lado uma manifesta falta de ambição e inovação. De realce, mais uma vez, é o cumprimento por parte do Governo de António Costa da lei das finanças locais e, aqui, permito-me dizer ao Senhor Deputado António Machado que não concordo com a alfinetada que pretendeu dar ao Governo em relação àquilo que são as transferências de verbas para as autarquias, porque como eu tenho dito reiteradamente, e como os números comprovam, se há governo que tem cumprido integralmente a Lei das Finanças Locais e os compromissos assumidos com os municípios e as freguesias é e tem sido este governo, desde 2015 e até agora, sendo as receitas do nosso município, portanto, na sua grande parte, dependentes do orçamento geral do Estado. Reafirmo ainda a preocupação com o peso crescente com as despesas com o pessoal, cinco milhões oitocentos e oitenta mil euros. Se se disser que só de FEF o município receberá seis milhões e seiscentos mil euros facilmente se constata que deste valor pouco sobra para despesas de investimento. Ainda bem que referiu que dos cerca de trezentos mil euros de aumento em relação ao ano anterior, muito dessa verba deverá ser dirigida para o exercício da opção gestonária o que é um perfeito ato de justiça para com os trabalhadores do município. Mas não deixa de ser inusitado que em três anos de mandato, de 2019 para 2022, a despesa com o pessoal aumenta um milhão e setecentos mil euros, sendo que opção gestonária só agora é que se coloca.-----
Se olharmos para o quadro resumo do orçamento para 2022 é bem elucidativo da poupança ou da falta dela, da receita corrente e do que dela resta para imputação no reforço das despesas de investimento, de um total de catorze milhões e duzentos mil de receita corrente a despesa corrente absorve treze milhões e setecentos mil euros, portanto quase ela por ela.-----
As freguesias independentemente ao aumento do valor para contratos- programa ou acordos interadministrativos continuam a ser os parentes pobres: uma dotação de trezentos e trinta e oito mil euros para cobertura dos contratos em curso ou para as novas ações a candidatar em 2022, ou seja, uma “fortuna” de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1,5% do total de receitas previstas no orçamento. No que a Gouveia diz respeito não há margem sequer para criar expectativas, lá continua o caminho do Azeveiro com um euro, apenas para manter a rubrica aberta, tal como a beneficiação do espaço público e das infraestruturas da urbanização Mira Serra, um euro, ou seja, para as calendas. A requalificação do estádio do Farvão já tem barbas, depois dos milhões prometidos em maio 2016, não sei se o Senhor Presidente se lembra, lá aparece repetida de alguns uns anos para cá uma verba de cento e vinte mil euros e mais duzentos mil euros para os dois anos seguintes. Do relvado sintético nem uma palavra, provavelmente há muito que se desistiu da ideia e ainda não tínhamos dado conta. Da segunda fase de requalificação da zona Ribeira/Bellinos apenas a inscrição de setenta e cinco mil euros para reconversão do pavilhão da antiga fábrica para uma intervenção que se vai arrastar até 2024, vá se lá saber porquê.-----

Sobre o recinto da Cerca nem uma palavra. Se a intervenção que foi feita não foi o princípio de uma intervenção mais vasta, então a obra peca por escassa, foi algo que se fez e que não deixa de ser uma ação minimalista, que sabe a pouco. O recinto da Cerca requer mais. A continuação dos desbastes e dos tratamentos fitossanitários de todo aquele espaço verde, a reabilitação do palco, a reconversão e reabilitação dos camarins, a melhoria dos acessos, etc, etc., isto só para falar daquilo que salta à vista.-----

Senhor Presidente da Câmara, não chega o cumprimento dos serviços mínimos. Gouveia, o concelho de Gouveia reclama mais ambição, mais criatividade e mais ousadia, portanto, ainda não é desta vez que posso dar o meu aval, o meu voto favorável, a este orçamento e plano plurianual de investimentos.-----

----- Usou da palavra a Deputada Cezarina Maurício (PS) iniciando a sua intervenção fazendo uma apreciação geral do documento em apreço, que é um documento importante, um orçamento para um novo ano.-----

Assim, é mencionado neste documento que este orçamento apresenta uma visão ambiciosa. É dito ainda que pretende criar um movimento coletivo de valorização da comunidade e dos ativos do concelho. Perante estas afirmações impõem-se as seguintes questões:-----

Onde está a ambição? – Perguntou. As intervenções do Senhor Deputado Pedro Carvalho e do Senhor Presidente de Junta João Amaro já responderam a esta minha questão. – Disse.-----

A mencionada valorização é efetivamente para toda a comunidade do concelho, ou seja, para todas as freguesias?– Perguntou. Também já têm a resposta a essa pergunta ou, pelo menos, a Senhora Deputada já tem e nem era necessário ler este documento, bastava estar com atenção à apresentação do Orçamento por parte do Senhor Presidente da Câmara. A verdade é que continuamos com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

desigualdades dentro do concelho. Desigualdades nas opções de investimento da Câmara Municipal quer por via de candidaturas a fundos comunitários, para não falar do parco montante que é dedicado às Freguesias.-----

Aliás, ficaram hoje a saber pela intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira, que o anterior executivo precisou de oito anos para se pronunciar sobre a traça de um caminho, se era romana ou não, o que impediu a sua melhoria, impossibilitou a intervenção que poderia ter beneficiado obviamente essa freguesia. Oito anos! Oito anos é muito tempo para uma simples questão.-----

Nítidamente, as relações entre as Freguesias e a Câmara Municipal são pautadas pela ausência de diálogo, o que é curioso, porque neste documento é dito - e deve ser o sentimento do Presidente e da Câmara Municipal, portanto, deste executivo – que “queixando-se” da postura do Governo Central ou do Estado Central que é de parco diálogo quando se refere à transferência de competências para o poder local.-----

Portanto, é caso para dizer “faz o que eu digo, mas não faças o que eu faço”. Ficaram, também, a saber que - achando que foi um bom conselho ou pelo menos uma boa estratégia - para se fazerem ouvir é necessário “subir várias vezes as escadas”, supondo que se estava a referir às escadas da Câmara Municipal mas, se calhar, mais do que subir, é necessário dormir nos claustros da Câmara Municipal para fazerem ouvir as suas ambições.-----

A segunda consideração, prende-se com os queixumes relativamente à descentralização. No entanto, é esquecido e não foi mencionado, o visível aumento das transferências do Estado Central que está presente no quadro 2 e a relevância das verbas vindas através dos fundos comunitários. Isto significou um aumento considerável da receita que, aliás, as Juntas de Freguesia também já deram por ela, e é verdade que se calhar é por este motivo que este mesmo documento, mais noutra página, diz que se apresenta um orçamento robusto.-----

Última consideração, o documento refere ainda que, em virtude da maré de incerteza e em tempo de reflexão ajustada às necessidades, a opção passa por criar respostas sociais, salvaguardar a saúde, fomentar o investimento e aumentar a qualidade de vida. Perante estas palavras seria de esperar da parte da bancada parlamentar do Partido Socialista, novas apostas e novos programas na área social, mas tal não encontraram. Encontram a continuação do Programa Gouveia Social, encontraram uma referência à habitação, um Programa iniciado pelo Estado Central e amplamente divulgado, nomeadamente, até em termos da campanha eleitoral e há uma ausência notória, uma ausência que considera que os deve preocupar, que é uma ausência de uma atenção a um grupo alvo que são os mais velhos e que é tanto preocupante que temos um concelho que apresenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

como índice de envelhecimento 417 e, mais do que isso, não é só a preocupação com aquele grupo que tem 65 ou mais anos, é que dentro destes, tem crescido o grupo dos 75 ou mais anos, que é medido através do índice de longevidade. Deste modo, considera que faria sentido aquilo que já debateram e que não está plasmado no documento e que tem a ver com a presença e a implementação em todo o território do concelho do projeto Teleassistência, que é um programa importantíssimo para permitir a segurança dos séniores, para a sua manutenção no ambiente de toda a sua vida e que vem de acordo com aquilo que são as considerações e as diretivas das organizações internacionais, envelhecer em comunidade e que também dá um contributo importante para o retardar do processo de residencialização ou institucionalização. -----

A seguir, a Senhora Deputada colocou as seguintes questões que pretendia ver esclarecidas:-----

Uma primeira questão que tem a ver com as IPSS's a quem é atribuído uma verba. Pretendia saber se existe um novo modelo de articulação com estas entidades, uma nova modalidade de apoio ou o montante que está mencionado neste documento prende-se com gastos com refeições, transporte das crianças em diferentes níveis de ensino.-----

Outra segunda questão, é referido o Plano de Igualdade, aliás à semelhança do ano transato, gostaria de obter informações sobre este Plano de Igualdade.-----

No Orçamento vem mais uma vez a execução do Programa de Combate ao Insucesso e ao Abandono Escolar, com trezentos e vinte mil euros. Já têm conhecimento da existência deste programa, via Comunidade Intermunicipal, há já muito tempo. Este programa fala em execução, portanto, supõe-se que já está em andamento e que, em 2022, teremos o seu desenvolvimento. Contudo, pretendia saber se é assim ou, pelo contrário, não, uma vez que, no ano passado, as informações foram exatamente diferentes.-----

Em jeito de conclusão, a Senhora Deputada fez uma última referência relacionada com a área da proteção do ambiente e natureza. É referida a questão da criação de um canil intermunicipal, no valor de setenta mil euros. Gostava de saudar este projeto, mas a verdade que não o poderá fazer, porque aqui terá uma postura como o São Tomé que é “Ver para Crer”, porquanto há vinte anos que este projecto é mencionado sucessivamente e, portanto, vamos ver se é desta.----

No que respeita ao apoio à esterilização, todos têm conhecimento da sua existência, porque também há o apoio do Estado Central.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Pinto (PS), tecendo as seguintes considerações:-----

“Diz-me como orçamentas dir-te-ei como és como Município”.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Questiono desde já: quais as diferenças em relação aos orçamentos anteriores? É ou não verdade que a transferência de competências Governo/Câmara, mais que um objectivo, é uma obrigação.-----

Quando se refere que o orçamento para 2022, apresenta 1.6 milhões de euros perguntamos em relação a quê? Ao valor do orçamento 2021 ou ao executado? É que ainda hoje a Câmara deu a conhecer uma alteração orçamental, a tal engenharia financeira para atingir os valores acima dos 85 %, e que já foi mencionado anteriormente pelos Senhores Deputados, com o propósito de retirar ao orçamento 2.6 milhões de euros face ao orçamento inicial aprovado há um ano.-----

O rigor, a precisão do orçamento municipal tem de ser ainda maior que o Orçamento de Estado. No orçamento de Estado submetido à aprovação da Assembleia da República, os deputados, as forças políticas, podem na especialidade apresentar propostas de alteração. No ano 2020 o orçamento para 2021 teve mais de mil propostas de alteração. Os deputados municipais ou aprovam ou rejeitam o orçamento municipal, mas não o podem alterar, só a Câmara o pode fazer. Sublinho, só a Câmara o pode fazer. Esta Assembleia não pode por isso passar cheques em branco. O orçamento tem de ser claro para as pessoas, qualquer empresário, qualquer agricultor, qualquer operário, gente normal da nossa terra tem de o entender. Este orçamento é confuso, labiríntico e ninguém consegue interpretar, nem consultar com rapidez.-----

O meu desafio é este: abram o orçamento à comunidade, aos investidores. O orçamento tem que ser um livre trânsito para as pessoas, o passaporte para o investimento, quanto mais transparência, melhor. No orçamento são os números que têm que falar por si, as palavras são meras cortinas de fumo às vezes para esconder. Discutir o orçamento não é nenhuma prova de concurso de admissão a um técnico ou contabilista, é puro debate político. A demonstração da importância de um orçamento ainda há dois meses se verificou, quando obrigou à queda de um governo nacional. O orçamento abusa no recurso às “outras despesas” transformado numa espécie de saco azul ou roxo, no nosso caso, na dependência direta da câmara que as usa como muito bem entende para reforço de despesas nas muitas alterações orçamentais à revelia desta assembleia. Aceitem o meu desafio; orçamento que todos entendam, receitas e despesas de fácil leitura.-----

Todos sabemos que as receitas da Câmara têm duas fontes essenciais. As transferências do Orçamento de Estado e os fundos comunitários, não é sustentável que o investimento nas freguesias seja praticamente discricionário, havendo mesmo freguesias que não são citadas uma única vez no orçamento, 1,5%, segundo disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

João Amaro. Como dizem na minha terra “Carvão que vai a Melo não volta a Folgoso”, ou seja, a cada terra o que merece.-----

O plano e orçamento que nos é proposto nada tem de estratégico, repito, é o resultado da caça ao tesouro que são os fundos comunitários. Um orçamento muito diferente daquele que sentimos que o concelho precisava.-----

As frases feitas com que se justifica e auto-elogia na apresentação inicial, demonstram bem o que falta fazer: mais humildade, ouçam as pessoas e atendam às alternativas políticas. -----

A Câmara ambiciona uma Gouveia como lugar para viver uma vida inteira. Pergunto: com que políticas de habitação e emprego? Aponto uma política de habitação que fixe jovens e atraia trabalhadores em idade ativa que não seja o programa 1º direito protocolado com o Governo. Incentivos à natalidade, medidas concretas, senhor Presidente! Vai a Câmara querer pôr em prática uma medida única no país que consiste em pagar um ano de vencimento para acompanhamento dos filhos, em cada nascimento, para um real aumento de natalidade?-----

O capítulo mercado, turismo e empreendedorismo, choca com tanta demagogia, quando as feiras e eventos, o mercado municipal, como motores de desenvolvimento do concelho, quando todos sabemos que a agricultura familiar está cada vez mais abandonada.-----

Aproveite este mandato para realizar um projeto estruturante para Gouveia. Ao menos aproveite o parque zoológico ou ecológico e seja ambicioso nas obras que ali decorrem.-----

Pensar nas gerações vindouras, agir micro, é impulsionar a economia local criar esperança e ajudar em rede. Apoiar o concelho como um todo, Senhor Presidente.” – Concluiu.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Rui Monteiro (PS) referindo que pela análise do documento, pode ler-se no Orçamento para 2022 que se tem como estratégia ser o melhor lugar para viver. No entanto, não se vislumbra qualquer projeto para requalificar, por exemplo, a zona industrial. Sem empresas, não há emprego, não há fixação de pessoas para viver no nosso concelho.-----

Por outro lado, com um apoio às freguesias de 1,5 % de um orçamento com um valor total de 22.230.276,00 euros, são de opinião que o Município devia transferir mais verbas e mais competências para aqueles que mais perto estão das populações e dos problemas que as afetam diretamente.-----

No texto introdutório a este orçamento, a certa altura, lê-se o seguinte “se há traço distintivo desta administração municipal reconhecido pelos eleitores e pelos órgãos de supervisão é a sua capacidade de fazer obra no presente sem hipotecar o futuro, de fazer mais com menos, de ser fiscalmente prudente, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

honrar os compromissos sem necessidade de fazer promessas”. Como se pode fazer esta afirmação, sem hipotecar o futuro, quando está assumido um plano de pagamentos até dezembro 2045 que ronda os 12 milhões de euros relativo a dívidas contraídas pelo executivo PSD, entre 2009 e 2015, às Águas de Lisboa e Vale do Tejo? – Perguntou.-----

Aproveitou para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara informação sobre a MRG - Engineer & Solutions que ainda consta com um valor de dívida de 882 mil euros e a Revolta de Mérito de 296 mil euros.-----

Pediú, também, alguns esclarecimentos sobre algumas rubricas que lhes são apresentadas propostas, projetos como o “Sistema de Informação Urbana”, o “Centro Interpretativo de Identidade e Memória Casa do Território”.

Perguntou, ainda, em que consiste a rubrica “Pavilhão pré-fabricado na ZIG das Amarantes” e o “Plano da Igualdade Casa da Igualdade de Gouveia”.-----

Por último gostaria de perceber qual a explicação para se assumir um saldo geral, ou seja, receita efectiva, menos despesa efectiva, e sempre a citar: *“em 2022 de 2.754.050 euros e irá diminuindo supostamente até 2026 com um valor de 1.316.718 euros”*.-----

Para finalizar, pediu esclarecimento acerca do ponto de situação do procedimento concursal para Chefes de Divisão, se já está em processo de finalização ou não.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS), perguntando qual é o projeto ou qual a política ambiental do atual executivo municipal. Fica a dúvida, mais uma dúvida neste orçamento. Aquilo que verificam é que a gestão ambiental, não é, nem aqui, nem em lado nenhum, um conjunto de propostas avulsas, projetos importantes, um dos quais, lhe é muito caro e que se prende com o Parque Ecológico e do qual o investimento é naturalmente avultado, mas também se prende por aquilo que foram os anos e anos e anos de abandono, senão não seria necessário tanto investimento.-----

Aquilo que se verifica no orçamento, é que a política de gestão ambiental associada àquilo que já falou no ponto 5 da ordem de trabalhos relacionada com a gestão de resíduos, e aqui é só para clarificar, mantém tudo o que disse, mas reiterou aqui uma questão: a bancada parlamentar do PS não está disponível para tentar alocar esse imposto, está disponível sim, para com o executivo, e em nome de Gouveia, promover uma melhor gestão daquilo que é a gestão de resíduos, promovendo um correto encaminhamento, aumentando as taxas de reciclagem e com isso fazer com que a taxa de gestão de resíduos seja cada vez menos significativa, mesmo que aumente e, pelo que esteve a analisar, ela aumentará em 2025 para os 55 euros.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Então, mas a gestão de resíduos deve continuar, à gestão de resíduos devemos somar a gestão da água, a gestão de energia, onde a manutenção dos espaços é fundamental. Aquele espaço em concreto, o Teatro Cine, que será intervencionado, segundo informou o Senhor Presidente da Câmara, verificamos que, e não só este, mas particularmente este, mas também o edifício dos Paços do Concelho, verificamos uma coisa importante, é que aquelas janelas, sabe que também não são trocadas ou o edifício não está reformulado, poderá eventualmente não ter dinheiro para isso, mas é um poço sem fundo relativamente áquilo que é perda de energia e com a perda de energia vem a perda de dinheiro. Dinheiro esse que podia ser canalizado ou então poderia muito bem ser retirado ao peso que atribui a taxas e impostos.-----

Economia circular, sustentabilidade, descarbonização da economia e dos serviços, carece tudo de um projeto maior do que meia dúzia de propostas como disse no início relativamente à gestão ambiental. A gestão ambiental é muito mais daquilo que podemos imaginar do que os simples ecopontos, importantes, não pense que os desvaloriza, que o Planalto Beirão de quando em vez aí vem atribuir a Gouveia, mas também é relevante que possamos ter uma política ambiental junto da nossa juventude, junto das escolas com resultados efetivos e que possa trazer então maior rentabilidade ao nosso concelho.-----

Abordando o tema da gestão do território, da gestão integrada do território e da gestão da floresta, onde também verificam uma falha que tem existido e que aqui vê e saudou, a questão da água. Já falou disso muitas vezes publicamente, é muito difícil encontrar, seja num restaurante, seja num café, água “Serra da Estrela” e é muito mais fácil encontrá-la no Algarve do que aqui na nossa região. E isto goste-se ou não se goste também é política ambiental, porquê? Porque se diminuiu aquilo que são os impactos ambientais associados à cadeia de transporte dos materiais.-----

Concluindo, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse não ter nenhuma questão para lhe formular neste âmbito, pelo simples motivo de que não encontrou nada mais do que sejam propostas avulsas que em nada acrescentam para Gouveia.-----

Mas mantém e reiterou aquilo que é a disponibilidade da bancada municipal do PS para com o Senhor Presidente da Câmara, para com o seu executivo, para com a bancada do PPD/PSD, junto com a mesa da Assembleia Municipal, promoverem aquilo que for necessário para elaborar e apresentar um plano a médio prazo que estabeleça objetivos específicos, devidamente sinalizados e justificados e que coloquem Gouveia como uma referência a nível nacional daquilo que é uma resposta ambiental, porque não haverá futuro se não existir o ambiente, acrescentou, se não existir bom ambiente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Almeida (PS), dizendo que relativamente ao orçamento proposto para 2022, não pretendia alongar muito mais nas considerações, uma vez que os Senhores Deputados da bancada do PS já tinham feito anteriormente boas apreciações sobre o documento. No entanto, fez um breve comentário e deixou algumas questões que a seguir se reproduzem: *“Desde logo, no texto de apresentação do orçamento surge um parágrafo que diz o seguinte: “Apresentamos um orçamento robusto que estabelece prioridades e opções e inicia a construção de um caminho para futuro”.*-----
Acontece que, analisado o orçamento, nomeadamente, as suas rubricas e demais elementos integrantes do mesmo, não conseguimos descortinar que prioridades e opções são essas.-----
Neste sentido, eu pergunto: Quais são, efetivamente, essas prioridades e opções? E para uma melhor compreensão dos nossos cidadãos, peço alguns exemplos.-----
Por outro lado, e já aqui hoje falei deste assunto.-----
Gostaria de colocar outra questão que é a seguinte.-----
Da análise do orçamento para 2021 verificava-se que a receita prevista a título de IMI era de 1 MILHÃO e 310 MIL euros.-----
Neste orçamento para 2022 a previsão desta receita é de 1 MILHÃO e 350 MIL euros, não havendo qualquer alteração da taxa a aplicar.-----
Pergunto: Em quê que se traduz, concretamente, este aumento de receita em 40.000,00 euros?-----
E não gostaria de ter uma resposta vaga como a justificação deste valor em potenciais requalificações ou novas construções. Pretende-se saber efetivamente quais e em concreto o que esteve na base desta previsão?-----
Por fim, da análise da despesa prevista para o ano de 2022, no orçamento apresentado, em grande parte das rubricas principais, surgem “sub-rubricas”, se é que assim lhe podemos chamar, denominadas por “outras” ou “outros”, ou com uma denominação que não nos permite efetivamente perceber de que despesas se tratam.-----
Assim, por exemplo, na página 43 do orçamento, nas despesas da Câmara Municipal surge com a previsão de um gasto de 202.500,00 euros a rubrica “Pessoal em qualquer outra situação”.-----
Na página 47, surgem rubricas como “outro” e “investimentos corpóreos”, num caso com uma previsão de despesa na ordem dos 460 mil euros, e no outro de 750 mil euros.-----
Ora, face a estes valores tão avultados de despesa, os cidadãos merecem um esclarecimento suficiente e capaz no sentido de se perceber a que despesas se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

referem concretamente estes valores, pelo que, gostaria de ver estes itens devidamente esclarecimentos.”-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Mota (PS) para fazer uma abordagem do orçamento, começando pelos processos em contencioso. Há quatro anos saiu desta Assembleia Municipal com um problema. Quatro anos depois, volta a entrar com o mesmo problema. Agora dois, Manuel Rodrigues Gouveia e Revolta de Mérito. Assim perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação em relação a cada uma destas empresas.-----

Na página treze é possível identificarem as Atividades Mais Relevantes como a proteção civil. Perguntou: que explicação tem para a redução de verbas num setor tão importante para a segurança das populações? Proteção civil, existem dois problemas, antes era só um, os incêndios florestais, hoje temos a pandemia, mas verifica-se que de facto que esta despesa diminuiu.-----

Por outro lado, refere as corporações de bombeiros como os únicos elementos da proteção civil. Algo está errado. Recordou que as equipas de sapadores florestais são igualmente membros da proteção civil. Pretendia saber a razão de terem sido ignoradas.-----

Ainda no âmbito da proteção civil está previsto a construção de perímetros de segurança à volta dos centros urbanos, pretendia esclarecimento acerca desta medida.-----

Na página dezassete, encontra-se descrito o investimento no Parque Ecológico de Gouveia. Saudou esta intervenção, pecando apenas por surgir com vinte anos de atraso. O Município continua a ter uma visão do “Portugal dos Pequenitos”, à Gouveia. Esta requalificação deveria ter uma estratégia de afirmação turística de Gouveia - já transmitiu isso várias vezes, mesmo em reuniões de Câmara - a nível regional, com um equipamento na área da educação ambiental, afirmá-lo como um verdadeiro Centro de Educação Ambiental, que congrega-se o Centro Hípico, o Cervas, o Parque Biológico e o Parque do Curral do Negro. Este era um grande investimento, esta era uma estratégia de desenvolvimento para Gouveia e de afirmação turística de Gouveia. Mas não. Continuamos como os pequenitos. Assim seremos.-----

Álvaro Amaro, grande estadista, como é evidente, quando lhe foi colocado o desafio, disse, e passo a citar: *“foi já encomendado um estudo à Universidade de Aveiro, que inclui, entre outras coisas, a introdução do urso “*. Está em atas. O que é que o Senhor Deputado verifica? Nem plano, nem urso!-----

“Senhor Presidente, continuamos a fazer investimentos em projetos sem futuro quando o verdadeiro Centro de Educação Ambiental é, naturalmente, o Parque Biológico de Gouveia. Não brinque com investimentos públicos, Senhor Presidente! Pergunto-lhe Senhor Presidente está disponível para se sentar à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

mesa? Vamos discutir estratégias para afirmar este território e este equipamento” – Disse.-----

Na cultura, verificam mais uma vez, e já lá vão vinte anos, a não contemplação de um espaço próprio para o arquivo histórico de Gouveia. Vinte anos, depois disso já esteve previsto, mas depois perdeu-se. No entanto, surge um novo investimento, curioso, que ninguém sabe o que é, pelo que pretendia saber do que se trata a “Casa da Igualdade de Gouveia”, com uma dotação de 33 mil euros.-----

Na página 19, o Senhor Presidente refere “*a Autarquia mantém estratégia de promoção setorizado do território, trabalhando em parceria com os agentes económicos locais*”, não pode estar mais de acordo. Só que fala no queijo, fala no vinho, nas associações de pastores e nem uma palavra sobre o setor florestal e muito menos sobre Associação Floresta Urze! Até quando vai continuar a ignorar?! – Perguntou. Continua a não perceber a importância da floresta e do seu movimento associativo independentemente dos seus dirigentes. “O Senhor Presidente hoje está à frente da Câmara, amanhã não está! Eu fui Presidente da Urze, hoje não sou e as pessoas têm que continuar a conviver naturalmente, não pode haver fronteiras quando se está à frente das entidades.-----

Na página 20, fala de Incubadora de Negócios de Gouveia, projeto inovador, empresas, cibersegurança. Pretendia saber quantos postos de trabalho estão previstos ser criados, bem como que outras empresas estão previstas para este espaço de memória dos lanifícios. Pretendia ainda saber onde fica a memória do setor de lanifícios e a sua preservação, aquela que foi a atividade que fundou Gouveia e o seu concelho que foi de facto os seus lanifícios.-----

Deste modo, deixou um alerta ao Senhor Presidente da Câmara e fica responsável por isto, ou seja, se nada for feito a curto prazo corremos o risco de perdermos para sempre o saber e o saber fazer de tantas gerações de operários do concelho.-----

Na página 37, é referida a obra de “Ampliação da Escola Básica de Moimenta da Serra”, perguntando se este estabelecimento escolar vai ser ampliado novamente, uma vez que ela foi inaugurada em 2017, ou se é para pagar dívida.

Na página 66, é apresentada uma despesa de 1.1milhões de euros para “Estudos, parcerias, projetos, consultadoria e outros trabalhos especializados”. O Município tem vindo, e bem, a dotar os seus quadros com novos técnicos nas diferentes áreas. “Porque não realizam eles muitos destes estudos e projetos? Porque não os rentabilizamos? Será que os técnicos que nós admitimos não são capazes de o fazer?” - Perguntou. “Então não deviam ter sido recrutados. Alguma coisa está errada Senhor Presidente! O Município não pode dar-se ao luxo de continuar a recrutar pessoas e técnicos para depois solicitar trabalhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

externos! Isto não faz qualquer sentido, ou seja, metem-se as pessoas e depois compra-se o serviço fora! Vamos rentabilizar os quadros que temos, que há bons quadros técnicos, dando-lhes condições de trabalho que muitas vezes é isso que lhes falta! – Disse.-----

Nas Grandes Opções do Plano, encontra-se contemplada a construção de um Pavilhão Industrial na Zona Industrial das Amarantes, em 2023. Nada contra, no entanto pretendia saber porquê e para quê.-----

No que diz respeito ao “Sistema de Informação Urbana” pretendia saber o que é que está subjacente a este investimento de 207 mil euros.-----

No que diz respeito às Entidades participadas pelo Município, verifica-se a existência de duas empresas, ambas gerem águas e o Município faz parte das duas: Águas do Vale do Tejo e, mais recentemente, Águas Públicas da Serra da Estrela. Das duas uma, continuamos a precisar das duas empresas? Continuamos a ser acionistas de duas empresas desnecessariamente? – Perguntou. Deve haver alguma explicação para tal facto.-----

Concluindo a sua intervenção, fez referência às Áreas Integradas de Gestão de Paisagem que vai abranger, sobretudo, o Alto Concelho. Mas, para além destas há outras, nomeadamente, no Aljão, em Arcozelo, a AIGP do Aljão. É um investimento interessante, é um investimento para vinte anos, garantia de investimentos para vinte anos e que quem vai gerir essa AIGP é a URZE Serra da Estrela.-----

Deste modo, perguntou ao Senhor Presidente quem é que vai gerir a AIGP da qual a Câmara foi candidata, uma vez que a Câmara não a pode gerir. Encontra-se no Orçamento, mas não a pode gerir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PSD/PSD), referindo que lhe coube fazer uma intervenção mais política da Bancada do PSD relativa a este ponto. Claro que, obviamente, o Senhor Presidente irá fazer uma série de considerações às questões, mais que legítimas, dos Senhores Deputados do Partido Socialista e também do Partido Social Democrata.-----

Antes dessa apreciação, fez notar que folga muito em saber e ver que o Partido Socialista em Gouveia está favorável à descida de impostos, nomeadamente, na Derrama, no IRS, no IRC e até faz votos que levem esse espírito ao Largo do Rato, porque de facto o PPD/PSD também não quer ter a maior carga fiscal da Europa. Consideram é que, para começar, em vez de ser a nível das receitas do Município, podem começar onde dói a sério e onde realmente está a maior fatia.-----

Prosseguiu na sua apreciação dizendo que o orçamento de uma autarquia deverá ser sempre um reflexo das opções políticas de um executivo, considerando sempre, obviamente, a sua saúde e situação financeira. Um orçamento é por isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

sempre um exercício simultaneamente de ambição e de realismo. A ambição de querermos fazer o melhor para Gouveia e para os gouveenses e o realismo de percebermos de que forma, em quanto tempo, com que recursos e que prioridades devemos colocar para alcançarmos essas metas.-----

Um orçamento não é a mesma coisa que a realidade, um orçamento prevê, a realidade essa vai acontecendo. Por isso, um orçamento deve sempre servir de guia à ação política governativa, sendo claro nas opções e prioridades do ano em questão e rigoroso na forma de como empreendemos os recursos financeiros que são, nunca devemos esquecer, públicos.-----

No entanto, o rigor orçamental não deve ser confundido com dogmatismo orçamental e, muito menos, com futurologia ou astrologia, para isso temos o velhinho infalível “Borda d’Água”. É que há coisas que nós de facto não conseguimos prever.-----

No Orçamento de 2020 não encontrávamos uma única vez a palavra pandemia, confinamento ou coronavírus, muito menos existia qualquer rubrica, qualquer euro alocado a esta realidade. Mas não foi por isso que não foi possível ao Município agir quer seja através da disponibilização de testes, de material de proteção às instituições ou no apoio, estímulos, isenções ao comércio local.-----

Esta ambição realista e essa flexibilidade na ação e alocação de recursos é o que se exige a este executivo que continue a ter para os próximos quatro anos, para que possamos no final do mandato ter um concelho mais próspero, mais justo e inclusivo, sem que, para isso, tenhamos que comprometer a sua boa saúde financeira e a sua tão importante capacidade de investimento. -----

Por fim, e depois de ouvir muitas intervenções sobre este ponto, é importante referir o seguinte: Não devemos confundir orçamento do Município com orçamento do Estado. Muito do que aqui se exigiu e se criticou nunca será possível enquanto o país não tiver como prioridade a coesão territorial e afete recursos para tal em sede própria. Ou seja, vimos, por um lado, um Partido Socialista, hoje, a exigir menos impostos em Gouveia, mas a exigir mais investimento e mais capacidade de investimento nos pontos imediatamente a seguir. Bem sabemos que para “fazer omeletes são precisos ovos” e se há coisa que, nos últimos anos, o Município se pode orgulhar é que tem conseguido fazer obra e gerido bem as suas finanças públicas.-----

Por último, convém também dizer que é um facto que às vezes os fundos europeus mais parecem uma caça ao tesouro. Mas é importante percebermos que não são uma caça ao tesouro, são de facto a única forma realista que hoje uma Câmara Municipal consegue fundos para projeto que se querem ambiciosos e diferenciadores. Ter capacidade de investimento para tal e ter projetos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

preparados para tal são importantíssimos se queremos desenvolver o nosso território.-----

O Orçamento 2022 denota um aumento de receita para cerca dos 22 milhões de euros. Este aumento deve-se, sobretudo, às transferências do Governo no âmbito das transferências de competências, particularmente, estamos a falar de cerca de um milhão e meio na área da educação e cerca de trezentos mil euros na área da ação social.-----

Devolveu a “alfinetada” que já veio do Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) e também já veio do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, para dizer que é um facto que o Governo tem cumprido rigorosamente com aquilo que foi estabelecido, o problema tem sido quando se estabelece. Aqui nesta Assembleia, como em centenas de outras Assembleias, ao longo dos últimos quatro anos, independentemente da cor de quem governava, deparam-se com a emissão de parecer sempre negativo às transferências com o mesmo argumento: “o envelope financeiro não se coadunada com as competências que se queriam transferir”. É preciso que se diga, o problema mantem-se, e será importantíssimo que o Município e as suas instituições consigam gerir aquilo que aí vem da melhor forma, para que tudo continue a funcionar nestas áreas tão importantes da melhor forma e será fundamental fazer uma análise ao longo do ano ou no final do ano, sobre como correu este processo de descentralização.-----

Por fim, dizer que para a bancada do PSD é um orçamento equilibrado, claro e que tem investimentos e atividades em todas as áreas da ação governativa, seja no setor social, seja na valorização salarial dos quadros da autarquia, no urbanismo e na habitação com o Programa 1º Direito, por exemplo, no empreendedorismo e no turismo, no associativismo, na educação e no desporto.- É um orçamento ambicioso porque está a preparar novamente para fazer face a novas oportunidades de investimento que possam surgir ainda do *PT2020* com alguns *overbookings* que, certamente, estarão a acontecer e que nós podemos ter preparados, como estar preparados para novas oportunidades no Novo Quadro 2030, sobretudo, a partir do segundo semestre deste ano.-----

Destacou um investimento importante que foi feito a nível de infraestruturas, em Vila Nova de Tazem, no campo dos Vilanovenses, mas também nas piscinas cobertas e descobertas. Há hoje uma noção clara que, nos próximos três anos, teremos que investir num projeto plurianual e que será custeado inteiramente pela Câmara Municipal que é a requalificação do Estádio do Farvão que tanto necessita.-----

Na cultura, é também bom saber que poderemos este ano estar disponíveis a candidatar-mos a verbas para a requalificação daquele espaço do Teatro Cine.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

E, por fim, referiu, também, que tal como a pandemia veio provar que podemos olhar para o trabalho de outra forma, é bom saber que Gouveia está na linha da frente não só porque tem uma incubadora de grande qualidade praticamente construída e concluída capaz de atrair certamente novos nómadas digitais e trabalhadores remotos, mas também com a candidatura que existe no âmbito das Aldeias de Montanha do projeto cowork, também de montanha, em Folgosinho. Hoje quer se queira, quer não, as exportações vão se fazer mais por banda larga, fibra ótica do que por auto estrada e, por isso, nós queremos ter o território preparado para atrair jovens, atrair nómadas digitais, pelo que temos que ter essas infraestruturas.-----

Concluindo, afirmou que o início deste novo ciclo autárquico foi sufragado democraticamente pelos gouveenses. Exige-se, assim, que a Câmara Municipal consiga por isso trazer ambição e esperança para Gouveia e para os gouveenses, sem nunca esquecer de garantir sempre, e todos os dias, as condições para que um gouveense ou alguém que escolha Gouveia para viver, possa aqui ter as condições necessárias para realizar o seu projeto de vida e simplesmente ser feliz. Para que uma empresa que aqui se queira fixar possa encontrar no Município um parceiro e um agilizador, ao invés de um bloqueador que tantas vezes a máquina do Estado consegue ser. Para que todos os clubes, associações, instituições possam promover a sua atividade, para que qualquer família possa ter habitação condigna e uma oferta educativa de excelência e para que todos, sobretudo os que menos possibilidade têm não fiquem nunca para trás.-----

No fundo, como diz no texto do orçamento para que em Gouveia se possa ser feliz num dia, numa semana ou vida inteira. Por tudo, isto a bancada parlamentar do PSD votará favoravelmente a proposta de orçamento para 2022.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o documento que aqui é apresentado é algo que, como orçamento e como proposta de orçamento, se pretende concretizar, não é a concretização. Tal como em 2020, aquilo que se propunha executar foi completamente alterado pela realidade dos factos e espera que, finalmente em 2022, seja possível concretizar aquilo que hoje estamos aqui a apresentar aos gouveenses. Porque muitas das coisas que aqui apresentamos, obviamente, que não são por nossa vontade que não serão realizadas mas que são algo que firmemente queremos realizar porque convictamente acreditamos que são importantes para o nosso concelho. E é por isso que aqui as propomos, caso contrário não as estávamos a propor.-----

Um orçamento é aquilo que é possível em cada momento realizar face às receitas e face às despesas. É muito curioso ouvir falar que a Câmara de Gouveia não faz; não faz, comparem com outros, vejam os apoios que a Câmara Municipal de Gouveia dá na área social e depois comparem com outros e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

verifiquem como são as coisas. Porque parece que não, parece que a câmara de Gouveia não faz nada, a Câmara de Gouveia não apoia ninguém. Há muita gente em Gouveia que sobrevive diariamente com aquilo que a Câmara de Gouveia lhes apoia, lhes dá de apoio, seja na renda, seja na própria alimentação, seja no próprio vestuário, é preciso ter em conta isso também. Porque isto não é um mar de flores, não é só planos, não se vive de planos para se combater a fome, não se vive de planos para combater a falta de apoio na doença, é com dinheiro, com dinheiro e com ação direta social dos técnicos da Câmara que apoiam as pessoas, isso está aqui tudo! Não está aqui, não se vê, não está aqui a dizer é o Manuel, a Maria, o agregado familiar A ou B! Mas as pessoas em Gouveia sabem, tal como sabem quem é que os ajudou durante estes dois últimos anos a pagar rendas, a pagar prestações bancárias de estabelecimentos comerciais! Foi a Câmara, não foi mais ninguém, foi a Câmara!-----

Aquilo que nós aqui propomos, dizem que não tem a ambição, tem a ambição que neste momento é possível ter porque, como disse, estamos num ano atípico, estamos num ano de encerramento de um quadro comunitário e estamos naquilo que esperamos que venha a ser, que não depende de nós, o arranque do novo quadro comunitário. E os senhores deputados também sabem muito bem que um orçamento municipal, nomeadamente num município do interior, num território de baixa densidade precisa muito do apoio nomeadamente de fundos comunitários para efetivamente realizar investimentos que de outra forma nunca seriam possíveis de realizar. Por isso mesmo, aqui estão aqueles que neste momento sabemos que é possível realizar. É evidente que vamos passar aí nos próximos anos por anos que supostamente serão de fartura de dinheiro, mas não vai ser para os municípios, o dinheiro do PRR pouco virá para os municípios, o dinheiro do PRR não é para os municípios do interior. Vai ser no âmbito do 20/30 que efetivamente os municípios do interior vão ter possibilidades, porque não é no PRR. Já se começou a notar que os próprios membros do governo já não falam tanto do PRR. É preciso ter a realidade do país e saber muito bem aquilo que se comprometeu com Bruxelas, porque efetivamente não é para aqui que esse dinheiro virá com a abundância, com a riqueza, que se vai falando.----- Voltando ao orçamento, é feito dentro daquilo que são as nossas possibilidades, mantendo os apoios sociais, todos os apoios na educação, investindo na educação.-----

Esclareceu o Senhor Deputado José Mota (PS) que o investimento na Escola de Moimenta é aquele que está a ser concluído neste momento e o que está no orçamento para o próximo ano será uma verba residual precisamente se houver alguma coisa que ainda transite, ou seja, alguma revisão de preços ou outra situação. Esse investimento que está a ser feito neste momento, não é mais uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

promessa, irá ser concluído se o tempo assim o permitir até ao final desta semana. E, até ao fim desta semana, serão enviados para a CCDRC os comprovativos da execução, do pagamento e da conclusão da obra. É assim que se trabalha e é assim que tem que ser.-----

Relativamente à parte da cultura, acha curioso falar-se de falta de ambição. Falta de ambição quando se vai fazer um investimento que, para já, vai ser superior a trezentos e cinquenta mil euros na requalificação da Villa Josephine, que vai ser um espaço de cultura de excelência deste concelho, totalmente a expensas deste município. Também vamos fazer, como aqui já disse, a requalificação do Teatro Cine, peça fundamental na promoção da cultura no nosso concelho que ascende quase aos quatrocentos mil euros, em que o Município também tem que pôr praticamente 50% desse montante. É falta de ambição? – Perguntou. É falta de ambição quando falamos no realizar do projeto da “Casa do Território” e se queira avançar com a obra e para isso ter ali já colocado verbas para puderem avançar, porque senão era mais uma obra que era totalmente a expensas do Município. Como também o Museu Abel Manta. Queremos requalificá-lo, queremos dar-lhe, conferir-lhe a dignidade que verdadeiramente hoje é necessária para um equipamento de cultura com a excelência que aquele património merece. Vamos requalificá-lo, queremos aumentá-lo. Pelas estimativas é um investimento superior a um milhão de euros. Cá virá a seu tempo. Não está aqui, mas nem por isso deixamos de ter a ambição de perseguir essa obra e de conferir àquele espaço e a Gouveia, um espaço com a dignidade e com o valor que Mestre Abel Manta e todas as exposições que ali estão merecem e todos os gouveenses merecem.-----

É falta de ambição também queremos trabalhar com as juntas de freguesia? – Perguntou. É uma percentagem pequena, mas se somarmos a isso investimentos diretos do município nas freguesias, se somarmos a isso investimentos que fazemos em articulação com as juntas de freguesia, é óbvio e será sempre pouco. Será sempre pouco todo o investimento que fizemos nas freguesias. É aquele que, em cada momento, é possível e também de acordo com aquilo que os Senhores Presidentes da Junta nos apresentam como ambição para os seus territórios em cada ano.-----

Por isso, queremos desenvolver na parte ambiental um projeto que é importantíssimo para Gouveia, todos reconhecem isso, ou melhor, parece que todos reconhecem isso, que é no Parque Ecológico. Vamos também requalificar o espaço e colocá-lo nas condições que deve ter e que sempre quisemos que tivesse nos Viveiros de Folgosinho; vamos requalificar a Casa Sumo do Mondego para que faça parte integrante da Interpretação do próprio Rio Mondego; isto é tudo falta de ambição? – Questionou. Queremos, por outro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

lado, também investir e continuar a investir na rede viária do nosso concelho, fundamental para permitir que investimentos se concretizem, para que mais gente venha. Queremos continuar a investir na nossa capacidade de atrair gente para o nosso território e é por isso que vamos investir e avançar nos espaços cowork que vamos criar diretamente ou em articulação com juntas de freguesia do nosso concelho que já manifestaram essa intenção. É falta de ambição? Tudo isto, ao contrário do que aqui disseram os Senhores Deputados do Partido Socialista, para nós não é falta de ambição, para nós é continuar a trabalhar com pés bem assentes na terra, naquilo que queremos para Gouveia. Poderão dizer: é pouco! Ele também diria, gostaria de muito mais, se tivessem capacidade financeira, se estivéssemos no início de um quadro comunitário em que pudéssemos apresentar candidaturas para investimentos na cultura, para investimentos no ambiente, ainda mais no ambiente, para podermos ainda fazer mais e melhor, porque o que fazemos não esgota que queiramos e que precisemos de fazer mais e melhor, isto está sempre em aberto. Fazer mais e melhor. E todos os dias procuramos fazer isso.-----

E, por isso mesmo, esta proposta de orçamento que aqui trazemos é uma proposta que neste momento é a proposta que é possível de concretizar e que deixa a porta aberta para intervenções, para programas e para projetos que, eventualmente, mas que nós não podemos pôr aqui, porque nós não temos a certeza, não temos neste momento a certeza de que tal vá ocorrer. No entanto, este orçamento, como eu disse na apresentação, como qualquer orçamento é um documento em aberto porque ao longo do ano ele próprio vai sendo adaptado, alterado, porque como eu disse há pouco estamos no final do quadro comunitário e estão a surgir quase todos os meses possibilidades de novas candidaturas. Mas nós não sabemos hoje quais vão ser e quando vão ser. Quando forem, faremos as alterações ou revisões orçamentais que tivermos de fazer para tal. Por isso mesmo, este documento é um documento como todos os orçamentos, é um documento que não é um documento fechado, é um documento aberto às possibilidades que durante o próximo ano obviamente venham a ocorrer.-----

Por outro lado, na área ambiental, o Senhor Deputado José Mota (PS) falou, para além da questão do Parque Ecológico, falou da questão das AIGP's. Como o Senhor Deputado sabe e tem possibilidade de informação privilegiada, a AIGP que foi aprovada pela Câmara Municipal de Gouveia há uma semana atrás, ficou em aberto, está em aberto. O próprio Senhor Secretário de Estado deixou em aberto a possibilidade de o próprio executivo ser a entidade gestora, mas se o próprio Município não puder, ele sozinho, ser entidade gestora, certamente que em consórcio com outras entidades pode ser feita a gestão daquela AIGP. Neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

momento não temos certezas, não sabemos. Aquilo que nos foi aberto foi a possibilidade. Aquilo que nos foi dito foi que há a possibilidade de o próprio Município por si só vir a poder ser a entidade gestora, mas se ainda assim não for, nós também temos sempre a possibilidade de com parceiros fazer a gestão daquela área integrada. É isso que faremos, logo que esteja clarificada qual vai ser a possibilidade. Agora, com a questão das eleições, a situação pode eventualmente atrasar-se, alterar-se. Vamos ver para que o mais rapidamente possível esta situação seja autorizada ou pelo menos esclarecida para podermos avançar.-----

Relativamente à descentralização de competências e, respondendo ao Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) quando perguntava se o pacote financeiro era suficiente, informou que, neste momento, perante os custos com ordenados, como sabe, o próprio Ministério estabelece, faz umas contas e define o valor. Hoje em dia, a situação já não é favorável para a Câmara, se a isso juntarmos que os prémios de seguro são assumidos pela Câmara, é mais uma despesa para a Câmara. Estamos a falar de oitenta trabalhadores, sendo que este custo não está incluído no pacote a transferir. E, portanto, neste momento o que lhe pode dizer é que vamos para um processo porque somos obrigados, não porque o queiramos. Por outro lado, vamos para um processo que neste momento não será favorável para a Câmara, mas porque somos obrigados. Há despesas que não são comparticipadas, também sabemos que somos nós, Município, que temos que assumir à conta do erário municipal. Tudo isto vai depender da articulação que vai existir entre o Município e o diretor do Agrupamento de Escolas de Gouveia. Espera que corra tudo bem. Felizmente temos uma boa articulação com o Agrupamento de Escolas e estou certo que assim continuará e é muito importante que essa boa articulação continue de modo a podermos levar a bom porto esta situação.-----

Relativamente à questão do 1º Direito, o Senhor Deputado colocou a questão de quantas famílias seriam apoiadas neste processo. Beneficiários indirectos temos sessenta e sete famílias, nos directos temos trinta e dois agregados familiares. A maioria dos que foram atendidos até agora têm previsto um apoio a 100%.-----

No que respeita à intervenção na estrada do Curral do Negro, tal como eu disse á pouco ao Senhor Presidente da Junta de Gouveia, não é um simples asfaltar, é uma requalificação em profundidade, com alargamentos já que para além do eixo viário pretendemos que possa contemplar uma ecopista, uma faixa para percursos pedestres, caminhada etc.-----

Foi também aqui colocada a questão do canil, intermunicipal pela Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS). Senhores Deputados esta é uma obra que está em execução e portanto não é uma promessa, é algo que está em execução e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

se prevê no meio do ano estar concluída e colocada ao serviço do bem estar animal.-----

O Senhor Presidente da Freguesia de Gouveia falou da falta de ambição, aqui também teremos que ser corretos e sinceros, é uma repetição do discurso do Senhor Presidente da Freguesia de Gouveia quando se falou da requalificação do Mercado Municipal, quando se falou da requalificação dos Belinos, também é falta de ambição; mas felizmente as coisas estão praticamente concluídas e dentro em breve entrarão em funcionamento e certamente serão do interesse de todos os gouveense e não só.-----

A Senhora Deputada fala sempre com aquele timbre de ironia que a caracteriza e muito bem, falta da ausência de diálogo entre a câmara e as juntas de freguesia. Senhora deputada diálogo há todos os dias. Os Senhores Presidentes de Junta falam com o Presidente da Câmara ou com os Senhores Vereadores ou com os técnicos da câmara todos os dias, para os assuntos que entenderem e para aquilo que precisam. Falta de diálogo, não percebo o que será falta de diálogo.-----

Depois, no que diz respeito à questão que falou da ausência notória com a preocupação com os mais idosos e falou da teleassistência, Senhora Deputada nós já temos teleassistência no concelho. Com a pandemia houve algum atraso, mas para além disso estamos em conjunto com a Guarda Nacional Republicana no terreno a fazer o acompanhamento dos mais idosos. Quando se começou a falar de teleassistência nós até fomos dos primeiros no distrito a implementar este programa.-----

O Senhor Deputado Rui Monteiro (PS) e o Senhor Deputado José Mota (PS) questionaram sobre o ponto de situação dos processos da MRG e Revolta de Mérito. No que respeita à MRG, o processo continua da mesma, está em tribunal. Não houve qualquer desenvolvimento, está no mesmo ponto em que se encontrava. No que concerne à Revolta de Mérito está também tudo na mesma, não houve qualquer outro desenvolvimento, fruto certamente também, desta questão pandemia. Da informação que tem não houve qualquer uma outra alteração.-----

No que diz respeito à questão colocada respeitante a um pavilhão nas Amarantes, esse pavilhão será um pavilhão para construir no sentido de servir os serviços municipais. É um lote de terreno nas Amarantes e que ficou assim destinado para utilidade pública e não é para construir. Não podemos vender aquele lote para instalação de qualquer empresa e será um pavilhão onde podemos vir ali a construir por forma a melhorar a instalação de equipamentos e serviços municipais.-----

No que diz respeito à questão colocada pelo Senhor Deputado relativa ao concurso para os Senhores Chefes de Divisão, é um procedimento que tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

estado parado, com a questão da pandemia e nós já solicitámos aos diferentes júris para o reativar porque temos todo o interesse em que este processo também fique resolvido.-----

O Senhor Deputado Pedro Pacheco (PS) falou na questão dos resíduos, nós vimos já há bastante tempo a incentivar e a promover a separação dos resíduos, seja através de ecopontos, seja através de ecopontos enterrados, como ultimamente temos feito sempre que fazemos uma intervenção de requalificação de áreas urbanas, como vamos fazer nos Chões. Não é o Planalto Beirão que vai ali instalar algum contentor, será o Município que o vai fazer no âmbito desta requalificação. Como é óbvio, nós vamos insistir e muitas vezes temos tido nomeadamente por estabelecimentos como os de hotelaria e restauração têm-nos solicitado para na maior proximidade desses estabelecimentos a colocação de contentores de separação de resíduos porque, como é óbvio, aquela taxa de que falámos anteriormente, quanto maior for a separação menos pagaremos. É uma questão de educação, que infelizmente apesar de termos os ecopontos muitas vezes o que vamos encontrar é apesar de não estarem cheios, pelo contrário, vamos encontrar é o lixo encostado aos contentores e não depositado nos contentores. É um trabalho de educação ambiental que tem que ser feito, que nós já vimos a fazer nas escolas e que já vai passando para os pais, mas ainda há muita coisa a fazer. Ainda há muitos cidadãos que ainda não reagem como nós gostaríamos a essa separação, esperando que isso se venha a verificar.-----

Falou-se também da requalificação que queremos efetuar nos Paços do Concelho, que tem a ver com a requalificação de toda a ala onde se encontravam instalados os serviços do tribunal, gabinetes de juiz e advogados, etc. Intervenção a nível de instalação elétrica e telecomunicações, de fibra, requalificação dos próprios espaços, melhorar os espaços de modo a ali colocar serviços, funcionários, técnicos da Câmara, que naquele espaço passam a ter condições adequadas ou pelo menos o mais adequadas possível para ali poderem trabalhar e, como é óbvio, tentaremos dentro possível efetuar nesta intervenção uma intervenção a nível das janelas, embora em termos de eficiência do edifício a obra tenha que começar logo pelo telhado, é fundamental. Não basta colocar umas janelas todas bonitinhas e dizer que aqui já não entra ar, vento, porque o telhado é o que é, não tem a estrutura que devia ter e por ali contínua a haver muita entrada de ar, frio no inverno e calor no verão, pelo que teremos sempre esse problema.-----

A Senhora Deputada Sara Almeida (PS) coloca a questão sobre quais são as prioridades orçamentais no orçamento que aqui apresentamos, Senhora Deputada, são mesmo aquelas que estão lá. São primeiro que tudo os gouveenses, e os gouveenses precisam de obra, de apoios, precisam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

equipamentos culturais com melhores condições, precisam de estradas melhores para puderem circular, precisam no fundo de melhor qualidade de vida. Precisam de equipamentos culturais, desportivos e é isso que está aqui, dentro das possibilidades que é possível fazer neste orçamento. Com há pouco já foi dito neste ano preocupámo-nos com equipamentos desportivos como foram os balneários de Vila Nova de Tazem, como foram os balneários das piscinas cobertas, para o ano vamos prosseguir com a intervenção no exterior das piscinas descobertas de forma a que o equipamento no seu conjunto fique todo ele requalificado e assim completar a intervenção naquele espaço. Como disse, também nas piscinas cobertas fizemos intervenção nomeadamente em termos de equipamentos de aquecimento do espaço do ar e da própria água, com ganhos de eficiência energética. Houve essa preocupação, só esses equipamentos custaram mais de cem mil euros e, portanto, aproveitámos a paragem das piscinas cobertas para requalificar os balneários de modo a que agora quando recommencarmos com o funcionamento daquela estrutura, certamente que as pessoas vão encontrar melhores condições naquele equipamento para o poderem usufruir com melhor qualidade.-----

No que diz respeito à questão colocada referente ao IMI e às restantes rubricas, com a autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal pedia a ajuda do Dr. Pedro Patrício, consultor financeiro para prestar os devidos esclarecimentos.-----

Relativamente aos perímetros de segurança, dentro daquilo que for possível vamos efetivamente também agir nessa área. No que respeita ao arquivo municipal não está ainda contemplado, não temos capacidade para isso neste momento.-----

No que diz respeito à Casa da Igualdade, com a autorização do Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor Vice-Presidente para explicar do que se trata.-----

Em relação ao Pavilhão dos Bellinos e o número de postos de trabalho que irão ser criados, pode aqui informar que iremos em breve levar a reunião de câmara os documentos relativos ao contrato de comodato que vai ser efetuado com as empresas que ali se vão instalar, estando previsto que até ao limite, quinto ano, estejam lá a trabalhar pelo menos quarenta pessoas.-----

Quanto à questão da informação urbana isto diz respeito à colocação de equipamento de informação nomeadamente nos pontos de paragem de autocarro com diversa informação relativa ao circuito, tempo de espera e outra informação que é possível passar neste tipo de equipamentos.-----

Em relação às empresas das águas, nós fazemos parte da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo que quem é que nos fornece água em alta. Em baixa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

temos a empresa de Águas Públicas da Serra da Estrela da qual fazemos parte e é quem gere a questão da distribuição de água e saneamento e das intervenções e das requalificações que já estão a decorrer em baixa. São coisas diferentes, uma é em alta a outra é em baixa.-----

Dizer que concorda com o que disse o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD), os orçamentos nunca são verdadeiramente aquilo que queremos, são aquilo que é possível, porque obviamente se um orçamento fosse aquilo que cada um quer, não tínhamos um orçamento, teríamos um orçamento individual de cada um, porque não pensamos todos o mesmo, mas chegamos a pontos de encontro que permitem criar um documento que sintetize de alguma forma as preocupações e as prioridades. Este é o orçamento que aqui apresentamos que dentro do ciclo e do ano em que estamos e vamos entrar, tal como eu disse tem estas vicissitudes todas e por aquilo que eu também já expliquei podem surgir novas candidaturas, logo novos investimentos e obviamente que dentro daquilo que for possível à Câmara Municipal nós nunca deixaremos de as aproveitar nessa medida. Esperando que rapidamente entre o Quadro 20/30 e, que por exemplo, seja possível avançar com um programa que permita financiar, a fundo perdido, pelo menos uma parte, a requalificação de imóveis para serem destinados ao arrendamento acessível, tão importante é para jovens, para os de cá e para outros que de fora venham trabalhar para Gouveia. Isso é pensar futuro, isso é ter ambição, não é estar a olhar para trás, isto é olhar para a frente porque assim, nós já temos notícias de algumas pessoas que virão até do estrangeiro fixar-se em Gouveia para virem trabalhar nesta área da cibersegurança. Só por isso já valeu a pena e atrás de uns vêm outros. O Senhor Deputado sabe, porque tem informação disso, há uma freguesia, pelo menos, neste concelho que aumentou a população. Não perdeu população graças à comunidade estrangeira que alberga e que precisamente por isso a Senhora Presidente de Junta quer neste momento porque a comunidade que lá está precisa de um espaço para trabalhar em conjunto. E nós vamos trabalhar com a Junta de Freguesia para transformar um espaço que existe para ser um espaço de cowork para todos aqueles que precisarem e desde já para elementos da comunidade estrangeira que estão ali a viver e que pretendem continuar a viver, porque têm qualidade de vida. É que nós somos muito bons a desvalorizar aquilo que temos e muitas vezes precisamos de gente que venha de fora para dizer as qualidades e as vantagens que é viver em Gouveia. Mas nós que vivemos cá todos os dias certamente passa-nos ao lado.-----

----- Devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da Mesa, usou da palavra o Senhor Dr. Pedro Patrício, consultor financeiro da autarquia, dizendo que relativamente ao mencionado pelo Senhor Presidente da Freguesia de Gouveia o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

aumento dos custos com pessoal de 1,7 milhões de euros nos últimos anos, esclareceu que deste 1,7 milhões, 1,05 milhões é um aumento direto este ano e que tem a ver com a educação. -----

----- Foi também mencionado uma eventual redução das transferências do orçamento estado, e no mesmo sentido esclareceu que neste orçamento ainda não se encontra vertido, o que levará a uma alteração orçamental, uma vez que esta redução se irá confirmar, independentemente do resultado das próximas eleições legislativas. -----

----- Relativamente a um aumento de verbas transferidas para as IPSS's, penso que não foi esclarecido pelo Senhor Presidente, queria esclarecer que há aqui um aumento de transferências que tem a ver com a delegação de competências da ação social, uma vez que há duas das competências que neste momento estão a ser exercidas por uma das IPSS's do concelho. -----

----- Foi também mencionado que no mapa há a utilização da rubrica “de outras despesas” e que isto serve para fazer várias dotações possam ser utilizadas eventualmente de uma forma menos clara no orçamento, informou que já havia esclarecido esta questão na reunião de câmara, aproveitando para clarificar que em muitas circunstâncias as rubricas “de outros” são utilizadas porque o classificador assim o obriga, ou seja, não são necessariamente dotadas as rubricas “outras” por forma a não clarificar onde se pretende realizar a despesa mas sim porque o classificador, nalguns casos, não tem rubrica específica, sendo muito redutor, existindo apenas uma ou duas opções no máximo, sendo que quando uma delas não se aplica, por maioria de razão, tem de se aplicar a rubrica “outras despesas”. Deu como exemplo as transferências para as famílias em que só existem as rubricas 040801 e 040802, não se aplicando a primeira, a rubrica utilizada será a 040802 designada por “outras”. --

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rui Monteiro (PS) e quanto ao saldo deficitário, relativo ao constante na página 51 afirmou que esta questão está relacionada com o saldo global nos vários anos. Esclareceu que este assunto havia sido abordado em reunião de Câmara resultando de um erro na exportação do mapa da aplicação da AIRC, como é comprovável nos mapas seguintes. No mapa seguinte relativo ao orçamento plurianual, página 52 e seguintes, constata-se que o total do orçamento da receita e da despesa estão equilibrados. Este mapa terá que ser corrigido e assim que seja possível poderá ser distribuído pelos senhores deputados até porque terá de ser corrigido o documento original. Poder-se-ia também questionar o porquê da utilização da rubrica “outras receitas de capital” ao longo dos anos, a minha dúvida era se teria a ver com o equilíbrio do orçamento em si ou com esta rubrica. Esta rubrica tal como tem sido explicado ao longo de vários anos tem a ver com a previsão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

por forma a dar alguma coerência ao documento e não ter de ser efetuadas ajustamentos ao orçamento, quer através de alterações, quer através de revisões, prevendo-se nesta rubrica a estimava do saldo de gerência do ano anterior, bem como nos anos subsequentes as verbas de componentes nacionais que eventualmente tenham que vir a ser financiadas por empréstimos e que neste momento não possam ser previstas. -----

----- No que diz respeito à intervenção da Senhora Deputada Sara Almeida (PS) relativamente ao IMI, esclareceu que no IMI verificamos que tem vindo a registar um ligeiro ajustamento em crescendo, nada de muito expressivo. Esta variação corresponde a sensivelmente três por cento, entre o orçamento de estado de 2021 e 2022. Relativamente ao IMT também se tem vindo registar um ligeiro aumento resultante, muito provavelmente, das reavaliações dos prédios, o que faz com que haja igualmente um ligeiro aumento do IMI. Quanto às questões das outras rubricas, na rubrica “pessoal em qualquer outra situação”, esclareceu que os valores desta rubrica correspondem a com três tipos de encargos: estágios PEPAL; membros de apoio do GAP e do GAV e do pessoal que esteja em mobilidade inter serviços. No que respeita á rubrica dos “investimentos incorpóreos” e dos “outros investimentos”, bem como dos outros trabalhos especializados, esclareceu que esta questão foi abordada na reunião de câmara e sugere que se possa distribuir à posteriori um mapa detalhado para melhor compreensão dos valores globais do orçamento. Não que os documentos apresentado não sejam transparentes, contudo, esclareceu que as rubricas do orçamento da despesa estão agregadas no Orçamento, estando integralmente vertido nas GOP’s, sendo essas GOP’s divididas em PPI e AMR’s. Entende que quem esteja a fazer a análise de uma rubrica especifica, designadamente uma rubrica como a dos “outros investimentos”, não seja fácil identificar a desagregação da mesma, sendo necessário percorrer a totalidade do PPI, tal como havia realizado naquele momento quando surgiu a questão colocada pela Senhora Deputada. Assim, havendo um mapa detalha os projetos por classificação que permiti identificar os projetos incluídos em cada rubrica da despesa. É óbvio que este documento, se o Senhor Presidente da Assembleia assim o entender, poderá ser distribuído à posteriori facilita a leitura da distribuição destas rubricas. -----

----- Relativamente aos valores do orçamento e às questões que foram colocadas, afirmou pensar ter respondido genericamente a tudo, mas se houver mais questões em concreto estava disponível para prestar esclarecimentos. -----

----- Devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da Mesa usou da palavra o Senhor Vice-Presidente Jorge Ferreira, esclarecendo que o Município desde 2014 que tinha esta ambição de criação do Plano Municipal para a Igualdade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Entretanto, estavam sempre a prometer que iam abrir avisos para a construção desses planos, o que é um facto é que os anos foram passando e apenas abriam avisos para capacitação. Em 2020 surgiu finalmente o aviso para nos podermos candidatar a financiamento para a construção do Plano Municipal para a Igualdade. Na altura a equipa que colaborou para a construção desta candidatura achou por bem dar-lhe esta designação de “Casa da Igualdade”, mas não é nenhum edifício, é a construção do Plano Municipal para a Igualdade. Gostaria de dizer muito rapidamente, se lhe for permitido, e para não existirem dúvidas no futuro que em relação ao 1º Direito, quando o Senhor Presidente falou anteriormente na questão dos financiamentos a 100%, estamos a falar de uma estimativa, o que está a acontecer é: a equipa de trabalho, as duas técnicas, que estão com este projeto, preparam todos os documentos, habilitaram-nos com tudo o que é necessário e já começaram a fazer a receção neste caso aos beneficiários diretos. As famílias que elas próprias deviam fazer a intervenção nas suas próprias casas, como não têm capacidade para isso recorrem ao Município para nós ajudarmos nessa concretização. É possível fazer o primeiro levantamento, primeiro daquilo que vai ser essa intervenção calculando pelos valores base de intervenção estimando o valor para recuperação/construção da casa, daquilo que vai ser preciso fazer, depois mediante os rendimentos das pessoas, há um simulador, que permite logo perspetivar valores e apoios. Até ao momento de todas as famílias que foram atendidas apenas duas famílias não se enquadravam no financiamento a 100%, lembrar que estamos a falar de famílias muito carenciadas, de poucos rendimentos e por isso não é de estranhar que estas famílias que estão sinalizadas, a grande maioria destas famílias a necessidade é extrema, as condições de habitabilidade também são extremas e como tal vão ser financiadas, sendo nossa expectativa que a grande maioria delas seja financiada.

----- Usou ainda da palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo que em resposta o Senhor Deputado Rui Monteiro (PS) que a Casa do Território diz respeito à requalificação que pretendemos fazer à antiga fábrica dos balões, que como o próprio nome indica será um repositório de memórias do que ali trabalhou e será um espaço de presença das marcas do território que ali queremos colocar como ponto de partida para uma visitação mais cuidadosa, mais prolongada das pessoas que venham ao nosso concelho. Por isso, será uma forma de reabilitar a antiga fábrica dos balões mantendo a sua memória, mantendo aquilo que a fábrica foi e acrescentando-lhe outras riquezas que o nosso território tem e nessa medida não posso deixar de aqui fazer referência que o Dr. Pedro Carvalho, independentemente de qualquer questão partidária, esteve, está e vai estar sempre ligado a essa obra e a esse projeto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

PONTO 7 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS 2021-2030

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo que este é o culminar de todo um processo com várias etapas e após o seu período de discussão pública e após a sua consolidação na própria Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios onde foi aprovado por unanimidade, foi remetido para esta assembleia para conclusão do processo e passarmos a ter assim um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para os próximos anos devidamente cumpridas todas as formalidades, aprovado, bastando agora seguir com a sua concretização. Qualquer questão que queiram colocar, está presente nesta sessão e com a permissão do Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Engenheiro Hugo Teixeira que coordenou este trabalho e com a devida permissão poderá dar uma explicação mais profunda.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Mota (PS) aludindo que, se se pretende que seja um plano de gestão para dez anos no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, isso pressupunha a necessidade de participação de todos os responsáveis pela gestão do território do concelho o que, lamentavelmente, não aconteceu. Foram pura e simplesmente ignorados!----- Trata-se de um documento que teve como coordenador o responsável pelo Gabinete Técnico Florestal que, como sabem, está aqui representado e, ao mesmo tempo, assume-se como equipa deste próprio projeto. Considera estranho este procedimento.-----

Neste processo foram ignorados os responsáveis pela gestão do território como as associações de caça, as entidades gestoras de baldios, as entidades gestoras de ZIF's, as associações florestais. Nenhuma destas entidades foi ouvida. Este comportamento traduz, aliás, como já vem sendo hábito, a inexistência de uma cultura democrática no executivo. A atual maioria lida mal com a diferença de opinião, sobretudo se ela é oriunda dos socialistas.-----

Fazendo a descrição dos acontecimentos, informou que o plano foi apresentado aos conselheiros numa reunião, onde o Senhor Deputado esteve presente, como uma proposta fechada, com urgência na sua aprovação, não permitindo que o documento fosse enriquecido com os contributos e propostas dos conselheiros e, em particular, da URZE.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

A ata da reunião em que a proposta foi aprovada, em 27 de abril, não traduz o que, na realidade, ocorreu nesta reunião. Refere que a ata foi aprovada, por unanimidade, e é verdade, mas esconde todo o desenrolar da reunião. O Senhor Presidente da Câmara esteve na reunião em dois momentos, procedeu à abertura da reunião, elogiou o seu técnico pelo trabalho apresentado, como se esse não fosse o seu dever enquanto funcionário, e saiu da reunião para só voltar para o seu encerramento.-----

Considera que a importância do Plano, e o seu período de validade, não se coaduna com esta prática, bem pelo contrário. Todos os gestores do território deviam ter sido convidados e incentivados à participação na elaboração do Plano e só a insistência e determinação da URZE impediu que a reunião terminasse sem qualquer discussão. O documento foi assim melhorado, mas ficando aquém do que seria desejável, com a introdução de algumas sugestões e propostas, enquanto entidade gestora de ZIF, a URZE, com a inclusão de mosaicos de gestão de combustíveis no Farvão, no Aljão, áreas fustigadas pelos incêndios e ameaçadas pelas populações de Gouveia e Arcozelo, para além de outras correções.-----

No que diz respeito à discriminação dos baldios, parece que só existe o baldio de Folgoso, esquecem-se que, de facto, para além deste, existe o baldio de S. Paio, o baldio de S. Pedro, Baldio de Aldeias e Mangualde da Serra, não estando quantificado nesse plano a área a intervir em cada uma delas, ou seja, para Folgoso sabemos o que vamos fazer, para as outras é tudo junto. É esta a forma de se estar e de fazer o planeamento.-----

Quanto à consulta pública, a bancada parlamentar do PS lamenta que as sugestões manifestadas não tivessem sido acolhidas no Plano, tendo sido consideradas pelos técnicos como “*observações não pertinentes ao Plano*”, citou.-----

Desafiou todos os membros ali presentes a lerem com atenção as apreciações e propostas apresentadas por alguém que conhece o território e sabe do que fala relativamente à freguesia de Paços da Serra.-----

Terminou, deixando registada em Ata a seguinte recomendação: os Planos não são instrumentos estáticos, pelo que se recomenda a sua correção e enriquecimento, ouvindo e desafiando todos os conselheiros à participação. O concelho e a floresta agradecem.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD), referindo que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios foi elaborado com a colaboração de todas as entidades com assento na Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), foi aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e esteve em consulta pública.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

É um documento que contém as ações de prevenção, previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndio.-----

É um documento verdadeiramente realista, não é um documento de gaveta mas sim de ação. Procura a compatibilização de instrumentos em áreas tão importantes como o ordenamento do território e o ordenamento florestal, a silvicultura, a vigilância, deteção, combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio e fiscalização, permitindo que entidades públicas, com competências nesta área, e as entidades privadas, com intervenção no sector florestal, possam concertar, identificar e simplificar procedimentos.-----

Cria condições para a implementação de ações de natureza estrutural, tendo em conta a necessidade de dar primazia à gestão do património florestal, numa altura em que a preservação da floresta portuguesa tem que ser encarada como uma efetiva prioridade nacional.-----

Por conseguinte, a bancada do PPD/PSD vota favoravelmente o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2021-2030 (PMDFCI).-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia colocando à votação a **“PROPOSTA DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS 2021-2030”**, tendo sido o documento aprovado, por maioria, com **vinte e um (21) votos a favor** por parte do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e **doze (12) abstenções** por parte do Grupo Parlamentar do PS, ao abrigo do n.º 10, do artigo 4, do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro.-----

PONTO 8 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que se trata de um assunto já tinha sido discutido e analisado no anterior mandato, onde tinha sido deliberado, por unanimidade, propor à Câmara a adesão à ANAM. Há neste momento, cerca de 160 assembleias municipais já inscritas e brevemente, em fevereiro, vai realizar-se o Congresso da ANAM, na cidade da Covilhã.-----

À semelhança da proposta anterior, apresentada por si, na presente reunião continua a defender a adesão a esta associação, em relação à qual a Câmara Municipal decidiu, por unanimidade, pagar a quota anual. Portanto, submete-se à apreciação deste órgão a adesão da Assembleia Municipal de Gouveia e entrada como sócios à ANAM - Assembleia Nacional de Assembleias Municipais.-----

----- De seguida declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir não se verificando nenhuma intervenção.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa colocando à votação a **PROPOSTA DE ADESÃO À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por **UNANIMIDADE**:-----

PROPOSTA

Adesão à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais

Considerando que:

- 1) A ANAM, enquanto associação de direito privado que é, rege-se, entre o mais, portanto, pelo estipulado nos art.ºs 157.º e seguintes do Código Civil;*
- 2) De acordo com o art.º 2.º, n.º 1 dos seus estatutos, constitui objeto da ANAM a valorização do papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios (de onde aqui também resulta, a contrario sensu, que não nos deparamos com um exemplo de associação de municípios de fins específicos previstos nos arts. 108.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);*
- 3) A valorização que se pretende, com efeito, é algo mais profundo e complexo, que passa por visitar o espírito democratizante da Constituinte de 1975-1976, e daí alicerçar uma maior salvaguarda do papel da assembleia municipal enquanto verdadeira “casa da democracia” no âmbito local;*
- 4) A adesão a uma associação de direito privado de municípios que tem em vista a representação institucional dos seus associados – e aqui especificamente a adesão à ANAM – encontra-se dependente do acordo prévio do Município;*
- 5) A Assembleia Municipal de Gouveia, na sua sessão ordinária realizada em 30 de junho de 2021, deliberou, por unanimidade, recomendar à Câmara Municipal que esta delibere a participação do Município na ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais,*

Nestes termos, proponho à Assembleia Municipal que delibere definitivamente a adesão à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, com uma quota anual no valor de 1.425,00 euros.

Mais se propõe, de acordo com o estipulado no art.º 33.º, n.º 1, al. oo) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designar como representante do Município na ANAM, atendendo aos estatutos ora em vigor desta associação de direito privado de municípios, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

PONTO 9 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA, EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para a apresentação de propostas. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) referindo que, nos termos do disposto na alínea d) do artigo 5º da Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto e do n.º1 do artigo 3º do Regimento do Conselho Municipal de Educação, a bancada do PPD/PSD propõe a Presidente da Freguesia de Vila Nova de Tazem, Sandra Cristina Nogueira Borges Cunha, em representação das Freguesias do Concelho, para integrar o Conselho Municipal de Educação de Gouveia.

----- Foi designado pelo Presidente da Mesa como Lista A, a única Lista apresentada à Mesa pela Bancada Municipal eleitas pelo PPD/PSD.-----

----- Feita a votação por escrutínio secreto apresentou esta os seguintes resultados:-----

----- **Favor: 20 (vinte);** -----

----- **Branco: 15 (quinze);** -----

----- Foi eleita, com vinte votos a favor a **Presidente da Freguesia de Vila Nova de Tazem, Sandra Cristina Nogueira Borges Cunha**, em representação das Freguesias do Concelho, para integrar o **Conselho Municipal de Educação de Gouveia**, nos termos do disposto na alínea d) do artigo 5º da Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto e do n.º1 do artigo 3º do Regimento do Conselho Municipal de Educação.-----

PONTO 10 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA “PRÉMIO DE MÉRITO ACADÉMICO/ESCOLAR PEDRO BOTTO MACHADO”

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Deputado José Mota (PS), na qualidade de proponente, a apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Mota (PS), prescindindo da leitura da proposta, na medida em que cada um dos membros da Assembleia Municipal são portadores desse documento e todos tiveram oportunidade de a ler, interpretar e de ajuizar da sua validade ou não.-----

No entanto, pretendia tecer algumas considerações e, obviamente, encontrava-se disponível para o esclarecimento de alguma dúvida.-----

Em primeiro lugar, esta é uma proposta que pretende repor uma deliberação da Câmara Municipal de Gouveia de há cem anos atrás, de 1 de novembro de 1921, interrompida durante a Ditadura, Estado Novo e esquecida depois do 25 de Abril de 1974. A provar isso, o Senhor Deputado possui alguns registos fotográficos que poderiam visualizar. Este foi um diploma passado em 1923 e que atesta a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

quem foi entregue o prémio de mérito escolar: foi entregue à Senhora Raimunda Rebelo Tinoco Barbas, onde era atribuído um quantitativo de cinquenta escudos. Associado a isto, estava um outro documento enviando dinheiro, onde se pode ler: *“tenho a honra de lhe enviar, incluindo o diploma, o prémio de cinquenta escudos, instituído pela Câmara Municipal deste concelho para perpetuação da memória do inolvidável cidadão Pedro Botto Machado, 16 de outubro de 1923”*.-----

O que se pretende com esta proposta é repor alguma justiça.-----

Em segundo lugar, tendo por conta que Pedro Botto Machado não é um homem dos socialistas, não é um homem do PSD, não é um homem de Gouveia, é transversal aos partidos políticos, é transversal a cada uma das freguesias do concelho, nesse sentido, todos perceberam que a proposta não está assinada, ela não foi assinada e não foi assinada deliberadamente. Assim, sendo Pedro Botto Machado uma personalidade de facto transversal, no seu entender, propôs que a proposta fosse assinada não por ele, mas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelo Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS). Deviam ser estas duas personalidades a subscrever esta proposta no sentido de não ser de A, de B ou de C, nem de ninguém, é de todos. -----

Em terceiro lugar, que esta proposta seja assumida pela própria Assembleia Municipal como o seu primeiro galardão a atribuir anualmente por este órgão e suportada pelo seu orçamento. Há uma verba no orçamento de “outras despesas”, de sete ou dez mil euros que era suficiente para fazerem este enquadramento, se assim o entenderem.-----

Por último, deixar-se-ia à consideração de uma reunião entre grupos parlamentares a afinação de pormenores tendentes à elaboração de um Regulamento para definição dos critérios (mestrado ou doutoramento), o montante a atribuir, bem como os termos de desempate das candidaturas. O que se pretende é que seja um prémio anual com estas características, seria uma forma de dignificarmos esta Assembleia Municipal.-----

Além disso, numa reunião entre o PS e o PSD, com a presença do Senhor Vice Presidente da Câmara, foi entendido até repor aquilo que foi deliberado então, que é a colocação da fotografia de Pedro Botto Machado - e até foi o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que adiantou - na Sala da Assembleia Municipal. Pensa que era é unanime, que é uma questão de justiça fazer isso. Deixou à consideração desta Assembleia esta proposta, estando ao dispor dos senhores deputados para quaisquer dúvidas ou incorrecções.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia no sentido de expressar algumas dúvidas. A primeira dúvida, é que o Senhor Deputado, tal como ele e outras pessoas que estão ali presentes, fazem parte de um grupo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

trabalho que está a tentar organizar a comemoração dos cem anos da morte de Pedro Botto Machado. Assim, podiam ter discutido nessa reunião estas propostas de modo a que fossem submetidas a este órgão mais sedimentadas.----

A outra dúvida é no sentido de saber como é que a Assembleia vai decidir atribuir um prémio, face à não existência de um orçamento próprio, o que os leva a que tenham sempre que solicitar à Câmara Municipal que lhes pague o que este órgão, eventualmente delibera.-----

Por outro lado, no seu entender, concordaria que fosse uma recomendação aprovada pela Assembleia para que a Câmara atribuísse o prémio. A Assembleia deliberava recomendar à Câmara a criação do Prémio Pedro Botto Machado e era atribuído um prémio de acordo com o Regulamento a elaborar oportunamente e haveria o Prémio Botto Machado por recomendação da Assembleia Municipal.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD, dizendo que não é curial um elemento do PS, apresentar esta proposta, quando há um grupo de trabalho da Assembleia incumbido da celebração do centenário da morte de Pedro Amaral Botto Machado.-----

Esta bancada não se esquece que recentemente foi iniciado um diálogo entre a bancada do PSD e do PS para entendimentos possíveis.-----

Este era um dos assuntos em que facilmente se chegaria a um consenso. Alguém não quis. Porquê tanta pressa? Lamentamos.-----

Não pomos em causa o valor inestimável de Pedro Amaral Botto Machado. Diversas Assembleias Municipais, Executivos, Instituições de Gouveia já mostraram em diferentes momentos como reconhecem o legado de tão ilustre gouveense.-----

A Câmara Municipal já tem no grau de ensino apresentado um prémio instituído no âmbito do Programa Ser Gouveia.-----

Para reflexão, vejamos também, já tempos:-----

- Avenida Pedro Amaral Botto Machado;-----
- Busto Pedro Amaral Botto Machado;-----
- Sociedade Gouveense Pedro Amaral Botto Machado;-----
- Centro Republicano Pedro Amaral Botto Machado - Associação de Socorros Mútuos dos Artistas e Operários de Gouveia;-----
- Bairro Pedro Amaral Botto Machado;-----
- Bosque Pedro Amaral Botto Machado;-----
- Mirante Botto Machado.-----

A Bancada do PPD/PSD vota contra a proposta apresentada e está disponível para apresentar, nesta Assembleia, uma recomendação à Câmara Municipal para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

que esta pondere a possibilidade de atribuir um patrono a cada um dos prémios de mérito escolar já existentes.-----

----- Solicitou o uso da palavra o Senhor Deputado José Mota (PS), dizendo que ficava contentíssimo em saber que um homem senense conhece tão bem de facto a amplitude de Pedro Botto Machado, isto só refere a dimensão dele, ficando contente por isso. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia para dizer que as razões para serem razoáveis e terem razoabilidade têm que ter base. Não gostou que o Senhor Deputado agora para fazer a sua argumentação falasse do Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) como um senense. Tem segundas intenções, não considera curial e não acha que fique bem também para um homem que vive em Gouveia, que adotou Gouveia e que já tanto deu a Gouveia em muitas coisas. Desculpe ter que o corrigir, é o seu estilo, mas não é estilo que se possa usar sempre.-----

----- Usou novamente da palavra o Senhor Deputado José Mota (PS) aceitando e entendendo perfeitamente isso, acrescentando que não ofendeu ninguém, aliás, muito pelo contrário, pensa que até é abonatório da pessoa em questão.-----

Referiu que a Bancada do Partido Socialista não tem qualquer problema em transformar esta proposta, por sugestão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, numa recomendação ao executivo municipal. Onde se diz proposta passa a dizer recomendação e será esta, na mesma medida, na sua opinião, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelo Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS).-----

----- Usou novamente da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concordando e defendeu isso e até propôs que isto passasse a ser uma Recomendação à Câmara. Se a votação for fortemente ou unanimemente, gostaria ele, a favor da aprovação dessa recomendação é a Assembleia no todo e quem representa a Assembleia no todo é ele e quem vai ter que fazer chegar à Câmara é ele através de ofício. O assinar, terá muito gosto em assinar com o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS).-----

----- Interveio o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) solicitando o uso da palavra para defesa da Honra a propósito da intervenção do Senhor Deputado José Mota (PS) ao dirigir-se à sua pessoa aludindo “(...) *um homem senense conhece tão bem de facto a amplitude de Pedro Botto Machado*”:-----

“Sou sandomilense por nascimento, o que muito me honra, mas Gouveia e as suas instituições sabem que hoje sou gouveense. São mais de cinquenta anos nesta terra e com muita dedicação profissional e associativa a esta terra, a quem estou grato, e que o digam as associações/coletividades que têm contado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

comigo, sem nada em troca, desde os Bombeiros, à Banda, ao Desportivo e outras.”-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS), argumentando que não vale a pena este órgão criar um caso onde não há caso nenhum, não se entrando em exageros porque não vale a pena.-----

Considera que foi uma ideia feliz - ele próprio não sabia que há precisamente 100 anos que Pedro Botto Machado instituiu esse prémio para os melhores alunos de Gouveia - e trata-se agora de recuperar essa memória, e será fácil através de uma recomendação à Câmara, como o Senhor Presidente da Assembleia propôs, e bem, renomear o prémio existente.-----

A Bancada Parlamentar do Partido Socialista continua aberta ao diálogo, provaram-no na reunião anterior, tomaram a iniciativa de dialogar, de promover consensos e assim será enquanto o Senhor Deputado e os restantes elementos da bancada do PS fizerem parte daquele órgão.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Morgado (PPD/PSD) recordando o dia da tomada de posse em que o Senhor Deputado José Mota (PS) pediu a palavra para falar sobre as comemorações. Há um grupo de trabalho, há um grupo parlamentar do PSD que todos têm o contacto telefónico e, mais uma vez, aqui foi dito hoje que seria uma “proposta para ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelo Líder da Bancada do Partido Socialista” e, uma vez mais, nem em sede de grupo de trabalho, nem em sede daquele órgão, nem através de contactos bilaterais foram contactados para apresentar esta proposta. E nem pretende comentar a adjetivação que foi feita para classificar o líder da bancada parlamentar do PPD/PSD.-----

Mas a verdade é que bancada parlamentar do PPD/PSD teve tempo para ler a proposta, para a discutirem em sede de bancada parlamentar e como já tinha sido anunciado o sentido de voto será contra.-----

----- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitando esclarecimento se o voto contra mencionado se aplica igualmente no caso da Proposta passar a Recomendação, tendo recebido da parte da bancada parlamentar do PPD/PSD resposta que a intenção de voto se mantém inalterável, ou seja, voto contra.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Mota (PS) que, na qualidade de proponente, retirou a proposta.-----

PONTO 11. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA “CLASSIFICAÇÃO DO BOSQUE DO FARVÃO/BOSQUE BOTTO MACHADO DE INTERESSE MUNICIPAL”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, no que concerne a este ponto da ordem de trabalhos, ao contrário do ponto anterior, está designado como “proposta/recomendação”.-----

De seguida autorizou o Senhor Deputado José Mota (PS), na qualidade de proponente, a apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Mota (PS), referindo que tinha um conjunto de fotografias, mas que optava por não as mostrar.-----

Esta proposta apresenta um percurso, pelo menos, desde 2010, sem resultados práticos e passou a citar algumas escritas/citações de algumas atas:-----

Em 10/05/2010 foi uma proposta semelhante a esta apresentada em reunião de Câmara, tendo sido aprovada, por unanimidade. Resultado dessa aprovação: Nada! Na altura, Álvaro Amaro disse *“damos por boa a sugestão do Senhor Vereador, vamos proceder à elaboração de um regulamento”*.-----

Em 14/07/2010 foi aprovada, por unanimidade, a classificação do bosque. Ao lerem a proposta, verificam que a mesma contempla, o fundo, três partes:-----

Uma, é a classificação do bosque; Outra, é a elaboração do regulamento que não existe desde 2010 apesar de ter sido aprovado por unanimidade e apesar do Senhor Presidente da Câmara ter dito *“damos por boa essa ideia, vamos fazê-lo”*. Porque classificar o bosque, podem sempre classificá-lo, no entanto, precisa sempre de um enquadramento legal que tem que ser aprovado nesta Assembleia, o tal Regulamento. E, uma terceira, tem a ver com aquilo que se passa em todo o lado, por exemplo, o concelho do Sabugal, entre outros, já procederam à classificação de árvores com mais de cem anos. Praticamente em todas as regiões autónomas em Espanha todos têm esta preocupação ambiental que é preservar aquilo que é a memória viva de um concelho que, neste caso, são as árvores e as árvores têm tanta coisa para dizer.-----

Assim, fica à consideração desta Assembleia a aprovação ou não da proposta, que já foi aprovada na Câmara Municipal, por unanimidade, em 2010 e não teve consequências. Foi aprovado a elaboração de um regulamento e não teve regulamento.-----

Portanto, aquilo que lhes resta é voltar a solicitar à Câmara Municipal para dar cumprimento ao deliberado em 2010. Parece que estamos a recuar a 2021 para atribuir o prémio de 1921. Há uma diferença apenas 90 anos, mas não são muitos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia apenas para fazer notar que esta é uma recomendação à Câmara Municipal. De seguida declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD), referindo que a bancada do PPD/PSD considera que o documento não pode ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

duas figuras regimentais. Ou é recomendação ou é proposta. Não pode ser as duas coisas ao mesmo tempo.-----

A bancada do PPD/PSD também defende a importância da preservação do património natural, a importância da arborização e memória histórica e que é possível unir o progresso à preservação da natureza e do património.-----

Para esta bancada, todas as árvores contam para fazer face aos problemas da perda de biodiversidade e às alterações climáticas.-----

Assim, reconhecemos a importância de uma recomendação à Câmara Municipal no sentido de proceder ao levantamento de todas as árvores centenárias e bosquetes do concelho de Gouveia e sensibilização dos proprietários para a sua preservação, sabendo que o corte de árvores só se justifica em caso de risco iminente de queda, total ou parcial, que possa causar danos em pessoas e bens. E a avaliação deve ser feita árvore a árvore com recurso a especialistas e equipamento próprio de modo a obter um correto diagnóstico que possa servir de apoio às decisões de gestão do arvoredo.-----

E reconhecemos também que é importante a criação de um Regulamento de Classificação e Valorização de Árvores Centenárias e Bosquetes do Município de Gouveia, à semelhança do que acontece em outros concelhos.-----

O documento apresentado diz: *“início ao procedimento administrativo, de acordo com a Lei 53/2012 e a Portaria 124/2014, com vista à Classificação do Bosque do Farvão de Interesse Municipal, de forma a garantir a sua salvaguarda”*.-----

Esta bancada não se revê neste parágrafo porque existe um contrato de comodato, que já garante essa preservação desde 2013, entre o Município de Gouveia e o atual proprietário e que está a ser cumprido. Há um diálogo franco e profícuo entre as partes refletido na defesa do interesse mútuo. Sabemos que o proprietário não abateu nenhuma árvore e a Câmara Municipal tem procedido à limpeza do espaço garantindo assim a sua preservação.-----

Podemos recomendar que em relação a este ponto concreto, a Câmara Municipal, sempre em diálogo com o proprietário, sem qualquer tipo de questionamentos e interesses privados, possa aprofundar o contrato existente valorizando a vertente da preservação.-----

Podemos questionar também como é que se pode dar início quando ainda não existe um regulamento aprovado? – Perguntou.-----

Conforme o documento é apresentado, a bancada do PPD/PSD vota contra.-----

----- Usou novamente da palavra o Senhor Deputado José Mota (PS), referindo que existem aqui duas questões que convém esclarecer.-----

Primeiro, o contrato de comodato estabelecido entre o Município de Gouveia e o proprietário não existe, porque ele apenas tinha a validade de um ano. Sabe o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

que se encontra plasmado no documento, uma vez que foi estabelecido no mandato em que foi Vereador na Câmara e diz “não renovável”.-----

O que tem acontecido é que, numa boa articulação, a Câmara porque tem interesse em preservar aquele espaço e, tal como é dito no próprio documento, tem interesse no ponto de vista ambiental e educativo, executa aquela limpeza, isto é, faz um favor ao proprietário, porque mantém aquele espaço, cerca de cinco ou seis hectares, limpos.-----

Portanto, não existe comodato nenhum, porquanto só foi válido durante um ano em 2013 e não foi renovado.-----

A Associação em que foi Presidente da Direção, em 2007, desencadeou um processo de identificação e classificação de árvores. A única árvore classificada no concelho de Gouveia é o carvalho das Aldeias e foi feito pela URZE. É bom que estas coisas se digam, interesse público.-----

Segundo, convém esclarecer que há uma diferença entre “classificação de interesse público” e de “classificação de interesse municipal”, uma não implica a outra e uma não põe em causa a outra.-----

Para haver “classificação de interesse público” tem que haver a concordância da parte do proprietário. O proprietário, neste caso, não aceitou e a proposta caiu. Mas há sempre a possibilidade do Município recorrer a uma outra figura que é a “classificação de interesse municipal”, que já não carece da autorização do proprietário.-----

O que se pretende é apenas o desencadear do processo com vista à classificação do bosque, pois Regulamentos é o que mais há, ainda há uma semana esteve na Câmara Municipal do Sabugal, contactou com o técnico, de quem é muito amigo, e tem os documentos necessários que poderá facultar caso assim entendam.-----

Concluiu, reafirmando que aquilo que se pretende é classificar o bosque e para isso é necessário desencadear o processo. Desencadear o processo de elaboração de um regulamento, fazer o enquadramento nesse próprio regulamento, proceder a um levantamento técnico, sendo de opinião de que a Câmara tem no seu quadro tantos técnicos, até na área ambiental, que possam desencadear este processo de identificação e, se necessário, solicitarem ajuda a quem sabe sobre classificação e identificação.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado António Machado (PPD/PSD) referindo que a bancada parlamentar do PPD/PSD considera que o bem maior são as árvores e a sua preservação. Para esta bancada é indiferente que seja uma entidade pública ou privada a fazê-lo. Tem havido salvaguarda do Bosque? Tem. É para esta bancada ponto assente que a Câmara não deixará de dar atenção ao que se passa no Bosque.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Assim, a bancada parlamentar do PPD/PSD sugeriu à bancada do PS que retire o 2.º parágrafo da recomendação: *“Dê início ao procedimento administrativo, de acordo com a Lei 53/2012 e a Portaria 124/2014, com vista à Classificação do Bosque do Farvão de Interesse Municipal, de forma a garantir a sua salvaguarda.”* E assim votarão favoravelmente.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa colocando à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista **“Classificação do Bosque do Farvão/Bosque Botto Machado de interesse municipal”**, tendo sido reprovada com 19 (dezanove) votos contra, 5 (cinco) abstenções e 13 (treze) votos a favor.-----

PONTO 12 - APRECIACÃO DAS SEGUINTE MEDIDAS DE RESPOSTA DA AUTARQUIA NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID, PRATICADAS AO ABRIGO DA LEI N.º 6/2020, NA REDACÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 6-D/2021, DE 15 DE JANEIRO

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, referindo que não tinha nada a acrescentar.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir não se verificando nenhuma intervenção.-----

----- Deliberou a Assembleia Municipal apreciar e, conseqüentemente, tomar conhecimento das informações e propostas relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na redação dada pela Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, nomeadamente:-----

I. Isenção total do pagamento das taxas relativas ao Mercado Municipal e das taxas diárias de ocupação da Feira Semanal durante os meses de novembro e dezembro de 2021;-----

II. Proposta de criação do Programa “GOUVEIA INVEST IV”-----

PONTO 13 APRECIACÃO DAS SEGUINTE INFORMAÇÕES:

I. Informações das Atividades do Senhor Presidente

II. Informações dos Serviços Externos

III. Informação da Situação Financeira em 15/12/2021

IV. Informação sobre a situação económica e financeira do semestre a 30 de junho de 2021

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Vice Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, referindo que não tinha nada a acrescentar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Carvalho (PS), apenas para breves observações de natureza técnica. Em primeiro, deu conta de que na informação do ROC a 30 de junho de 2021, nas conclusões, no ponto 1, ele refere uma vez mais as suas reservas quando à valorização do imobilizado que se arrasta há vários alguns anos. É uma situação que devia ser resolvida, porque depois tem repercussões e vai ter repercussões no acerto das contas.-----

Em segundo lugar, no que diz respeito ao ponto 4, chamou a atenção para a incompleta implementação do sistema contabilístico do SNCAP da administração pública que continua a não permitir a obtenção de dados de gestão tão importantes. É algo que também devia ser retificado.-----

----- Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações referentes aos **Pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12 e 13**, da presente “**Ordem do Dia**”, de modo a produzir efeitos imediatos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa foi declarada encerrada a reunião pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutas, da qual e para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e pela sua 1.ª Secretária. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Luís António Vicente Gil Barreiros)

A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal

(Ana Paula Alves Morgado Mendes)